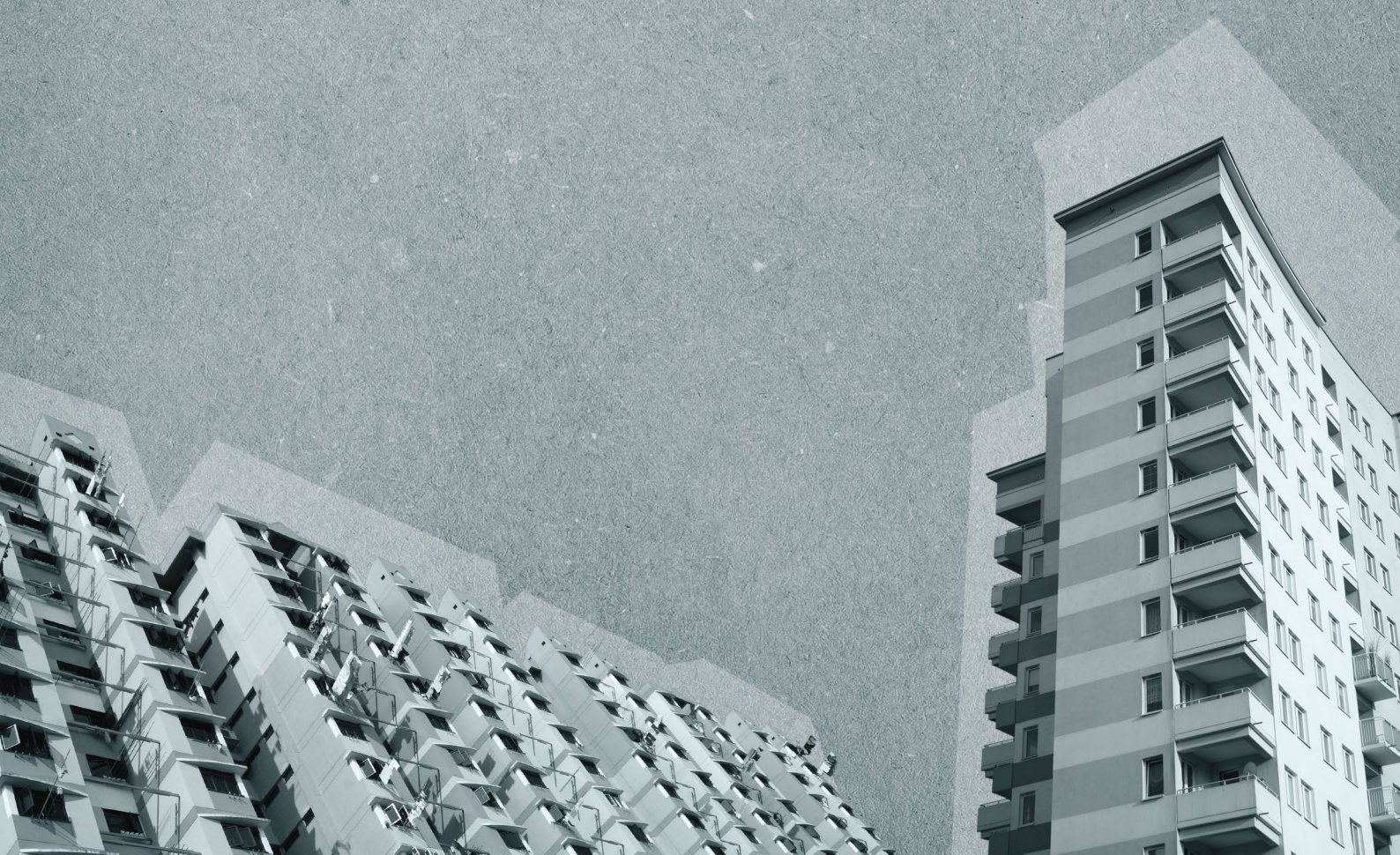
08 NOVEMBRO

guia internacional sobre a metodologia do trabalho de rua através do mundo

2008

Rede Internacional dos Educadores de Rua e **Dynamo International.**
Com o apoio de: programa **PROGRESS, Comissão Europeia - Direcção-Geral da Cooperação para o Desenvolvimento,** Bélgica.



2008

guia internacional sobre a metodologia do trabalho de rua através do mundo

guia internacional sobre a metodologia do trabalho de rua através do mundo

Agradecimentos:

Agradecemos a todos aqueles que participaram na elaboração e na concepção deste guia, nomeadamente aos membros[1] da rede internacional de Educadores de Rua através dos ateliês nacionais, assim como a todas as pessoas e grupos[2] que se mobilizaram para o efeito. Os seus preciosos conselhos e os testemunhos provenientes do terreno permitiram enriquecer este documento.

Obra colectiva:

Grupo de redacção: Annie Fontaine (Quebeque), Malin Andersson (Suécia), Tran Quoc-Duy (Vietname), Jon Etxeberria (Espanha), Edwin de Boevé (Bélgica), Juan Martin Pérez (México), Sébastien Kabw Mukanz-Diyamby (República Democrática do Congo), Maïta Giraldi (França).

Grupo de leitura: Helder Luís Santos (Portugal), Moussa Sow (Senegal), Per Arne Skjeggestad (Noruega), Graeme Tiffany (Reino Unido), Bernard Heckel (França), Henning Pedersen (Noruega).

Coordenação: Maïta Giraldi Dynamo International.

Edwin de Boevé, Dynamo International.

Dynamo international:

Rue de l'Etoile, 22

1180 Bruxelles

Tel.: +32 2 378 44 22

Fax.: +32 2 378 44 21

Email: dynamo-int@travail-de-rue.net

Sítio: www.dynamoweb.be

Gráfica:

Cuarto y Mitad.

Impressão:

Arteder.

Registration of copyright:

SS-411-2009

«Este guia é dedicado a Humberto Duran Campoamor, coordenador do ateliê mexicano e professor na Faculdade de Psicologia da Universidade Autónoma do Estado de Morelos (UAEM), Cuernavaca, México, que nos deixou a 27 de Junho de 2008».

1. Ver Anexo 2: Lista de contactos dos "membros da rede internacional dos Educadores de Rua".
2. "Youth in Action" Program, Monette Hennart, os colegas do GPAS, Action Jeunesse de Pessac (Atelier Aquitaine), os tradutores, os correctores...

Preâmbulo **08**

Introdução **10**

1. O trabalho educativo de rua, uma abordagem global **14**
1.1. Princípios do trabalho educativo de rua 16
1.2. Objectivos do trabalho educativo de rua 18
1.3. Mais vale prevenir que remediar! 19
1.4. A primazia do sujeito sobre os sintomas 21
1.5. O trabalho educativo de rua, uma educação "extramuros" 23

2. Práticas, métodos e ferramentas do trabalho educativo de rua **26**
2.1. As etapas 28
2.2. Fase preliminar: onde e quando fazer trabalho de rua? 31
2.2.1. Negociar o investimento nos espaços e ritmos da rua 31
2.2.2. Ciclos e tempos do trabalho educativo de rua 34
2.2.3. O «vaguear»: uma das principais chaves do Educador de Rua 37
2.2.4. Dar-se a conhecer no meio, consolidar os contactos 39
2.3. Métodos de trabalho educativo de rua 41
2.3.1. O acompanhamento individual 42
2.3.2. A acção colectiva 45
2.3.3. A acção comunitária 47
2.3.4. As diferentes concepções do trabalho educativo de rua 49
2.3.5. Atitudes e posturas 50
2.4. Gestão do trabalho educativo de rua 57
2.5. Avaliação do trabalho educativo de rua 61

3. Contextos e desafios do trabalho educativo de rua **64**
3.1. Uma prática plural 65
3.1.1. Uma pluralidade de influências 66
3.1.2. Uma Profissão, vários nomes 67
3.1.3. Públicos diversificados 69
3.1.4. Uma diversidade de realidades sociais 70
3.2. As facetas da exclusão social 72
3.2.1. Viver na rua: fenómeno social emergente face à exclusão social 72
3.2.2. O que fazer com aqueles que não deixam a rua? 74
3.2.3. O consumo de substâncias como causa do desencadeamento da exclusão e da negação dos direitos 75
3.2.4. Criminalização e repressão 76
3.3. Os desafios de posicionamento do trabalho educativo de rua 77
3.3.1. O trabalho educativo de rua, uma resposta social a um problema social 77
3.3.2. O Educador de Rua: uma testemunha privilegiada 78

Conclusão **82**

Epílogo, por Jean Blairon **84**

Anexos **92**
Carta da constituição rede internacional dos Educadores de Rua 92
Lista de contactos dos membros da rede internacional dos Educadores de Rua 96

Bibliografia **102**

Preâmbulo.

Movido por valores de justiça, de igualdade, de dignidade humana e de solidariedade, o Educador de Rua pode dar –ou devolver– às pessoas em dificuldade o poder de agirem sobre a sua própria vida e de perspectivar um futuro melhor.

Pela sua proximidade ou sua integração nos contextos de vida dessas pessoas fragilizadas, o Educador de Rua é o primeiro elo do acompanhamento e do apoio social.

À imagem das minhas prerrogativas enquanto Secretário de Estado da Luta contra a Pobreza, o Educador de Rua age sobre problemas que abrangem numerosas questões que tocam o conjunto dos direitos fundamentais das pessoas: habitação, emprego, apoio social, saúde...

O trabalho educativo de rua consiste, em primeiro lugar, em considerar o ser humano em todas as suas componentes e particularidades: quer se trate de jovens em situação de abandono, quer de pessoas sem abrigo, de ilegais ou ainda de pessoas em situação de exclusão social.

O trabalho educativo de rua, é adaptar constantemente os seus métodos de trabalho e de avaliação. É também, às vezes, satisfazer-se com acções sem efeito garantido. Mas é sobretudo a necessidade de partilha das diversas experiências vividas nos quatro cantos do mundo...

Só posso portanto regozijar-me, hoje, com a publicação desta obra, que se quer uma ferramenta prática de formação destinada aos Educadores de Rua.

Desejo manifestar-vos novamente todo o meu apoio e encorajar-vos no vosso trabalho.

Jean-Marc Delizée
Secretário de Estado da Luta contra a Pobreza – Bélgica

Cidades para todos.

A propósito dos jardineiros de um outro futuro para a humanidade.

Pensar, pensar o mundo e o seu futuro, pensar-se ao pensar os outros e, através disso, contar o mundo, a história, os sonhos, os projectos... tarefa fundamental para qualquer pessoa, família, grupo social, colectividade, empresa, Estado... Está na base da capacidade de transformar a sociedade.

Existe, portanto, uma profissão –aliás, são várias– de rua, como há a rua, uma rua, muitas ruas... para contar. As ruas onde moramos, mas também as ruas onde nunca vamos, porque elas nos são alheias, mais do que longínquas. Há as ruas sem crianças, sem seres humanos, desertas, desertificadas. Há as ruas violentas, feias, mortas, becos sem saída, onde se sofre. Há também as ruas vivas, pacíficas, "belas", que respiram a alegria de viver. Os Educadores de Rua existem para que as ruas onde "trabalham" se transformem em caminhos para um outro futuro humano e societal. No fundo, todos os habitantes das ruas podem eles próprios transformar as suas ruas, balizar novos caminhos. Os Educadores de Rua não são mais do que uma parte desses jardineiros do futuro, de um outro futuro, feito pelos habitantes da Terra.

Assim, as ferramentas dos Educadores de Rua são essencialmente a escuta, o respeito, a participação, a cooperação. A sua actividade não constitui um acto de imposição de pensamentos, visões, objectivos e métodos provenientes de fora, de cima ou do lado, mas é a expressão de práticas de partilha de experiências, de leituras e interpretações feitas em conjunto. As "lições" retiradas dessas experiências são elaboradas em grupo para realizar acções comuns, em que todos são e devem ser responsáveis.

As experiências relatadas neste documento põem a tónica na partilha da identidade e na solidariedade; porque não se é "cidadão" num contexto de uniformização e homogeneização das pessoas, em que os "indivíduos" são reprodutíveis, formatáveis, estandardizados. A solidariedade (do Latim in sólido) não significa a compaixão e a caridade dos "ricos" para com aqueles "que não têm", mas a responsabilidade de cada um para com os membros da comunidade de pertença e entre a comunidade e as outras comunidades que vivem na Terra, no respeito pelas regras do "viver juntos" fundadas sobre o direito de todos à vida e à segurança de existência.

Nos últimos anos, a degradação e a destruição das cidades –a todos os níveis– e do mundo do trabalho acentuaram-se. A agência da ONU "Habitat" anuncia, além disso, que em 2025/30, mais de 2400 milhões de pessoas viverão em "bairros de lata", isto é, em sítios onde as castas ricas do planeta não deixariam viver os seus cães "de companhia". Prevê-se também que o número de pessoas sem trabalho remunerado deverá ultrapassar os 2000 milhões durante a próxima década. Os jovens, as mulheres, as crianças, serão as principais vítimas deste futuro inaceitável.

Os Educadores de Rua têm um gigantesco trabalho pela frente. Daqui a 20-30-40 anos, esperemos que a sua função seja radicalmente transformada, por já não serem necessários, após a erradicação dos processos de empobrecimento generalizado das populações, de exclusão e de violência entre os seres humanos no seio das nossas sociedades. Deveríamos, assim, já não necessitar de apoio social, mas somente de segurança social. Não deveríamos necessitar de apoiar e amar os excluídos mas sobretudo promover e reforçar a solidariedade mútua. Como se diz comummente mas com razão, a acção curativa actual –indispensável– deverá, o mais rapidamente possível, dar lugar à prevenção e à concretização dos direitos (de todos os direitos) para todos.

Será que, ao afirmar isto, estaremos uma vez mais a praticar um acto de boas intenções, apenas retórico? Não. A história mostra que a verdadeira inovação societal (simultaneamente cultural, política, social, económica, técnica...) é aquela que é capaz de fazer mover montanhas, que vai até às bases, às raízes das estruturas e que atinge objectivos considerados impossíveis à partida. Sabemos que o impossível é o espaço determinado e imposto pelos grupos sociais dominantes. A "cidade proibida" é um espaço de vida possível que as forças dominantes das oligarquias tornaram e mantêm impossível, inacessível aos sujeitos dominados. É o que fazem, hoje, na Europa, os autarcas das grandes cidades e os nossos governos, ao correr com os empobrecidos dos nossos espaços urbanos e ao "amontoá-los", qual detritos, em subúrbios transformados ao longo do século passado em "lugares dos banidos". Em democracia, pelo contrário, a cidade é o espaço aberto, livre e participado do viver juntos. O objectivo é que ninguém seja tratado como um clandestino na Terra. O século XXI deve tornar-se o século da "cidade para todos", dando assim sentido à expressão "cidade cosmopolita", lugar de vivência da humanidade e de prática da "res publica".

Riccardo Petrella
Doutor em Ciências Políticas e Sociais,
Fundador e Secretário-Geral do Comité Internacional para o Contrato Mundial da Água.

Introdução.

Os actores[1] reunidos na rede internacional dos Educadores de Rua têm, desde os seus primeiros encontros de 2000 e 2002, a preocupação de partilhar uma reflexão comum sobre a metodologia da sua prática. É assim que, depois de realizarem em 2005 o "Guia de formação em comunicação com a comunicação social"[2], os membros da rede internacional dos Educadores de Rua decidiram avançar com a realização de uma obra de cariz internacional que tratasse da metodologia do trabalho educativo de rua[3].

O que está em jogo é importante. Uma obra desta natureza quer-se antes de mais nada uma ferramenta prática de formação, que possa ajudar os Educadores de Rua a melhorarem a sua própria acção no terreno. Quer-se além disso uma ferramenta política destinada a promover o reconhecimento desta profissão e o conhecimento das situações vividas na rua pelos Educadores de Rua e pelos públicos que acompanham, um pouco por todo o mundo.

Uma ferramenta que quer permanecer fiel às diversidades e às especificidades locais[4]. Trata-se sobretudo de valorizar essencialmente **"um modo de pensar particular"** próprio à acção dos Educadores de Rua, num contexto internacional que valoriza geralmente uma abordagem mais instrumental, sanitária e focada nos problemas de segurança pública. Falar da prática dos Educadores de Rua no mundo é também questionar as orientações dominantes de desenvolvimento das nossas sociedades.

A realização deste guia demonstra mais uma vez o apego dos Educadores de Rua a uma **ética forte**, baseada no respeito e na tolerância, em benefício das populações mais excluídas.

A prioridade dada a uma presença social e educativa sustentada nos lugares de vida não é simplesmente uma opção metodológica entre muitas outras. Ela é testemunho de uma real vontade de querer ser **"parte integrante"** e de um **compromisso** face às causas da exclusão e dos maus-tratos. A ideia é tornar-se o mais acessível possível ao público-alvo, sempre que surge uma necessidade de apoio ligada a uma situação de vida difícil, tendo em conta, a cada momento, que a relação de proximidade estabelecida implica o total respeito pelo outro, em conformidade com os princípios enunciados pela Declaração universal dos Direitos do Homem[5] e pela Convenção internacional sobre os Direitos da Criança[6].

Reflectir acerca desta profissão particular que é o trabalho educativo de rua, realizado em contextos tão diferenciados, com realidades e públicos muito distintos, demonstra uma vez mais que cada Educador de Rua é confrontado com uma problemática comum, e com desafios iguais, tanto locais como internacionais.

Não existe, felizmente, um quadro teórico universal sobre a metodologia do trabalho educativo de rua. Tornar-se-ia redutor e desprezível face à diversidade e à criatividade das abordagens. Os elementos contidos neste guia não constituem portanto um modelo ou um padrão "pronto a aplicar", mas antes uma ajuda ao actor de terreno, qualquer que seja o seu território, o seu país ou a sua realidade, para **inventar e reinventar a sua própria prática.**

1. O uso do masculino neste documento serve como simplificação e não deve ser visto como uma discriminação de género.
2. Editions l'Harmattan, Maio de 2005 e sítio www.travail-de-rue.net/fr/outils_guides_01_fr_00.htm
3. Como referido na secção 3.1.2., vários termos são utilizados para descrever a prática abordada nesta obra. Por uma questão de maior facilidade de leitura, optou-se, neste documento, pela designação "trabalho educativo de rua".
4. Os vários estilos de escrita reflectem essa diversidade. A equipa de redacção optou por respeitar essa pluralidade de expressão dos autores implicados, em vez de uniformizar o estilo a partir de um padrão específico.
5. Declaração universal dos Direitos do Homem, proclamada pela Assembleia-geral das Nações Unidas, em 10 de Dezembro de 1948.
6. Proclamada pela Assembleia-geral das Nações Unidas, em 20 de Novembro de 1989.

Este guia, redigido por Educadores de Rua, é o reflexo e a síntese de múltiplas realidades provenientes de todos os cantos do mundo. A partir desta apresentação genérica, diversas publicações poderão nascer no futuro para desenvolver temas mais específicos e diversificados, como por exemplo o público da rua, as dependências, as minorias, etc.

As próximas publicações realizadas pela rede internacional desenvolverão o tema da formação dos Educadores de Rua.

O que é o trabalho educativo de rua? Porque existe? Para que serve? Quais são os seus públicos-alvo? Onde, quando e como é praticado, e por quem?

É a todas estas perguntas que o guia tenta responder.

A rede internacional dos Educadores de Rua.[7]

A realização deste guia inscreve-se no quadro das actividades da rede internacional dos Educadores de Rua[8].

Constituído por actores de terreno oriundos de cerca de trinta países do Sul e do Norte, a rede estabeleceu dois eixos de trabalho prioritários:

- por um lado, o desenvolvimento de actividades que pretendem aumentar a **eficiência** e a **qualidade** das práticas de terreno através da **formação,** a **partilha de experiências** e a elaboração de **ferramentas pedagógicas;**
- por outro lado, uma mobilização internacional que aponta para a construção de **respostas estruturais e duradouras** face às problemáticas vividas pelos públicos encontrados nas ruas pelo mundo fora.

Trata-se efectivamente de construir uma verdadeira estratégia de **solidariedade internacional** face às discriminações e à pobreza, cujo cimento é constituído pela "afirmação forte e orgulhosa de uma identidade partilhada"[9], particularmente sentida no seio da rede internacional dos Educadores de Rua.

O guia, um processo colectivo.

Este guia é fruto dum vasto **processo de partilha de experiências** entre os Educadores de Rua membros da rede internacional.

Concretamente, a primeira etapa realizou-se a partir de um inquérito composto por quatro perguntas. Essas perguntas, disponíveis no sítio Internet[10], foram enviadas a cada plataforma nacional da rede.

Para algumas plataformas, o tratamento dessas perguntas foi objecto de vários dias de trabalho colectivo entre Educadores de Rua ao nível local. Outras foram mais além e levaram a reflexão até à produção de pistas de análise.

Cerca de trinta países estiveram implicados neste processo.

Além das respostas escritas, muitos testemunhos registados durante os encontros internacionais completaram esta recolha de dados particularmente rica.

7. Anexo 1: "Carta da constituição da Rede Internacional dos Educadores de Rua".
8. Sítio www.travail-de-rue.net
9. In Actes du forum international des acteurs clés de l'enfance et du travail de rue – Jean Blairon – p.41 – Novembro de 2002.
10. www.travail-de-rue.net

A segunda etapa deu-se aquando da realização de dois seminários participativos de trabalho organizados pela **LUK**[11] e o **Centro de Competências**[12], na Noruega, em finais de 2007 e em Abril de 2008. A partir das respostas recebidas, mas também tendo em conta as várias publicações já existentes sobre o trabalho educativo de rua e a experiência redactorial de alguns Educadores de Rua, os participantes dessas reuniões construíram os alicerces do futuro guia.

Um índice foi proposto e permitiu a constituição de um grupo de redacção que redigiu uma primeira versão, e de um grupo de leitores que acompanhou esse processo de escrita.

Essa primeira versão foi submetida às várias plataformas nacionais, que propuseram correcções e novos contributos. O presente trabalho resulta de um segundo nível de trocas.

Este segundo guia produzido pela rede constitui uma sequência lógica do primeiro (Guia de formação em comunicação com a comunicação social), que introduzia o tema do "trabalho educativo de rua como profissão específica", questão que merecia ser aprofundada.

Como utilizar este guia?

Este guia não é destinado exclusivamente aos Educadores de Rua: poderá ser útil a muitos outros actores que trabalham no terreno, assim como a outros agentes educativos, políticos ou funcionários da administração.

Os vários aspectos do trabalho educativo de rua são tratados de um ponto de vista tanto metodológico como prático e mereceram uma reflexão ao nível social, cultural e político.

Adverte-se contudo o leitor sobre os limites deste exercício. Embora tenha beneficiado de uma larga mobilização internacional, não é pretensão deste guia tratar as questões do trabalho educativo de rua no mundo de maneira exaustiva.

As realidades do terreno serão sempre mais complexas e diversificadas que um documento escrito. Deseja-se que este guia possa favorecer uma optimização das práticas efectivas e o melhoramento de sua inteligibilidade e compreensão; adverte-se no entanto que não deverá ser entendido como sendo uma referência única e indiscutível, antes pelo contrário. Ele constitui uma etapa, um suporte, uma "fotografia" e, antes de mais, um convite à continuação da reflexão e da acção.

«Mantendo o rumo na direcção da necessária protecção dos direitos da criança em qualquer canto do mundo, deve-se aprender a avançar com minúcia e inteligência, sem que nenhuma cultura nacional seja esmagada por outra, supostamente mais avançada.»

Ateliê dos Educadores de Rua do Senegal

Este documento de reflexão é publicado pela rede internacional com humildade, desejando-se que seja entendido como tratando-se de uma ferramenta evolutiva e em constante progressão. Encoraja-se portanto o leitor a utilizar esta obra realmente como uma ferramenta. Efectivamente, o modo de utilização deste guia de geometria variável poderá tomar diversas formas, não se impondo uma leitura linear. Cada um, em função da sua curiosidade e dos seus interesses pessoais poderá consultar o documento à sua maneira, seja lendo-o do princípio até ao fim, seja retirando informações pontuais conforme as suas necessidades.

11. Landsforeningen for utekontakter (LUK), Federação dos Educadores de Rua da Noruega - www.utekontaktene.no
12. Kompetansesenteret www.rusinfo.no

Cooperação internacional e luta contra a pobreza e a exclusão social no mundo.

Este processo colectivo foi tornado viável graças aos numerosos apoios provenientes de vários horizontes. Em cada país, actores e instituições locais implicaram-se no projecto, designadamente durante o encontro na Noruega, mas também aquando dos encontros de Educadores de Rua organizados em Thiès (Senegal) em Abril de 2005 pela associação **Avenir de l'Enfant,** em Kinshasa (República Democrática do Congo) em Abril de 2006 com o **Comité d'Appui au Travail Social de Rue,** no México City (Mexico) em Novembro de 2007 através da associação **El Caracol** e em Lisboa (Portugal) em Novembro de 2008 com a **Conversas de Rua – Associação.**

A Comissão Europeia, e mais concretamente a Direcção Geral do Emprego, dos Assuntos Sociais e da Igualdade de Oportunidades tem também contribuído com o seu apoio através do Programa Progress[13].

Este programa tem por objectivo o fomento da cooperação e das partilhas de experiências, tanto ao nível de acções específicas como para a definição de soluções institucionais podendo sustentar as políticas de inclusão e de protecção social na Europa. Esta promoção da aprendizagem mútua das boas práticas e das políticas pretende facilitar a aplicação do **método aberto de coordenação sobre a protecção e a inclusão social[14].**

É nesta perspectiva que as plataformas nacionais de Educadores de Rua prosseguem com as suas reflexões e conversações com os responsáveis políticos locais.

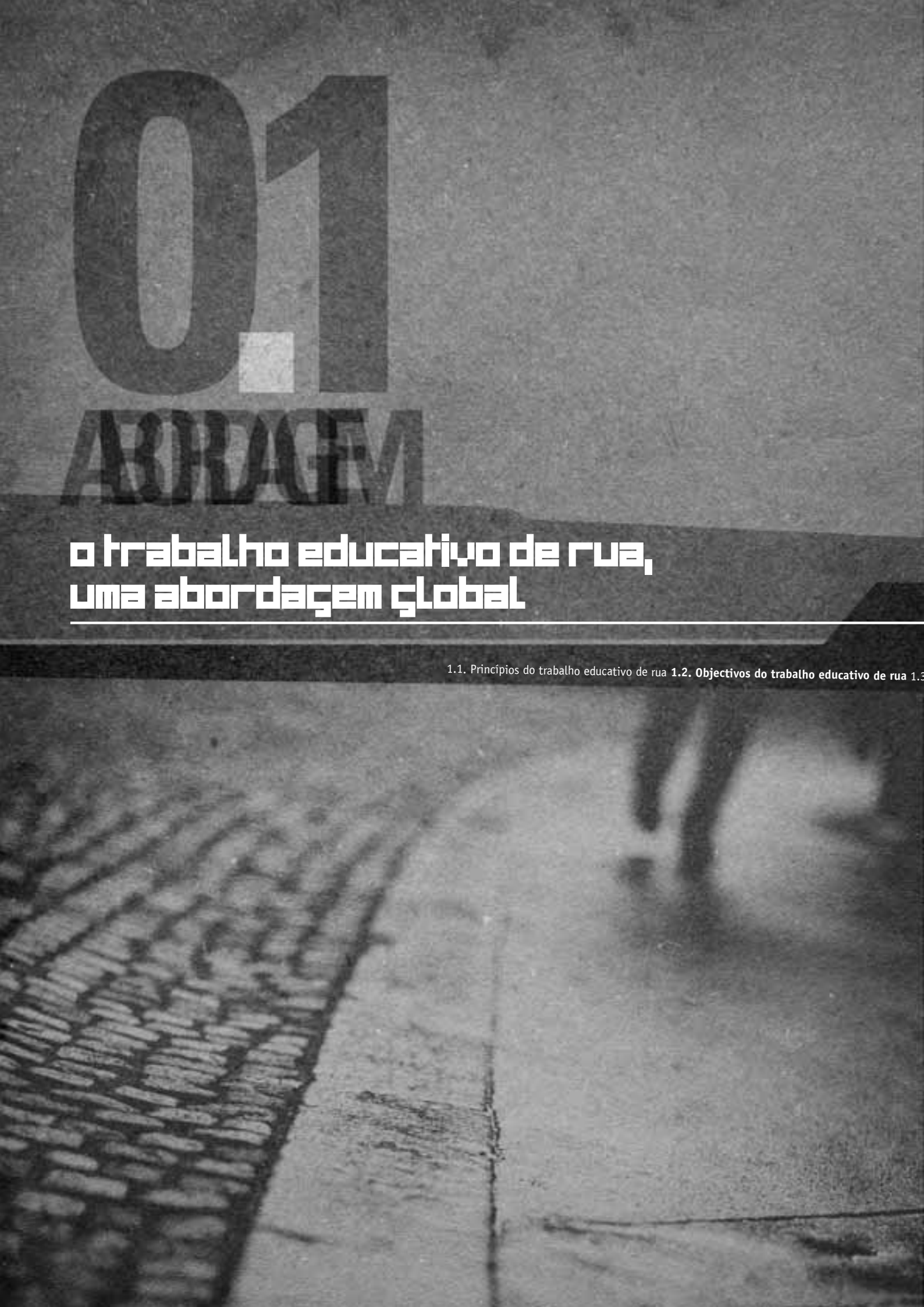
A **Cooperação Belga[15]** implicou-se também para apoiar a dimensão internacional do processo, facilitando assim a participação dos países em vias de desenvolvimento.

É neste aspecto que reside provavelmente uma das grandes valências deste guia, por ser o fruto do empenho conjunto de numerosos actores, comprometidos em construir laços concretos de solidariedade internacional.

13. ec.europa.eu/employment_social/progress/index_fr.htm
14. ec.europa.eu/employment_social/progress/soc_prot_fr.htm
15. www.dgdc.be

0.1 ABORDAGEM

o trabalho educativo de rua, uma abordagem global



1. O trabalho educativo de rua, uma abordagem global.

Mais do que uma metodologia sistematizada, apresentamos nesta obra os elementos recorrentes em todas as narrativas dos Educadores de Rua, reflectindo os temas chave que fazem do trabalho educativo de rua uma prática específica e problemática, necessária e tangencial, permanentemente revista e autoavaliada. Deve ter-se em conta que existem projectos de educação de rua dirigidos a jovens e adolescentes, e outros para adultos; que alguns estão implantados em territórios marginais e periféricos e outros em zonas centrais e ricas; que se alguns põem a tónica nas necessidades básicas, outros preferem focar a importância dos aspectos relacionais: tudo depende da análise dos espaços e dos tempos que estão em jogo. É de sublinhar que a riqueza desta diversidade de abordagens, e as acções aqui apresentadas, dão precisamente a imagem deste vasto leque de pontos de vista e maneiras de apreender e fazer o trabalho educativo de rua, em função dos contextos e das tradições em presença.[1]

Antes de introduzir os aspectos mais práticos ligados à metodologia do trabalho educativo de rua, importa enunciar as motivações e os valores sobre os quais se baseia esta prática, e que constituem a sua ética.

1. Os testemunhos que ilustram este guia descrevem situações contextualizadas e sentimentos individuais que por vezes podem parecer contraditórios. No entanto relatam episódios reais e transmitem as diversas realidades vividas pelos Educadores de Rua em todo o mundo.

1.1. Princípios do trabalho educativo de rua.

Não existe propriamente um quadro teórico universal nesta matéria. No entanto, pode-se afirmar que, um pouco por todo o lado, alguns actores sociais têm, em determinada altura, privilegiado uma **abordagem extramuros dotada de uma ética forte, feita de respeito e de tolerância em benefício das populações mais excluídas.**

Para esses actores, trata-se de se tornar acessível com a maior simplicidade possível para um público de crianças, de jovens e de adultos vivendo em condições precárias e sofrendo múltiplas formas de exclusão.

Devido à sua proximidade ou à sua integração nos meios mais excluídos, **o Educador de Rua constitui o primeiro elo da cadeia educacional e do apoio social** quando as restantes instâncias falharam.

O trabalho educativo de rua privilegia uma abordagem **inovadora de proximidade** na qual o público-alvo tem um papel predominante na acção, tanto no seu início (o pedido) como no seu desenvolvimento (o acompanhamento). É sem dúvida a relação de confiança estabelecida com o sujeito que vai quebrar o seu silêncio e permitir que lhe seja fornecida uma ajuda.

A ideia subjacente ao trabalho educativo de rua não é a de retirar a pessoa da rua ou do seu meio "a todo o custo", sobretudo se isso implica confiná-la num novo espaço social que lhe é estranho. Qualquer que seja o contexto, quer se trate de uma criança, de um jovem ou de um adulto, o trabalho de acompanhamento consiste em cultivar a **auto-estima,** desenvolver as **competências pessoais,** independentemente do grau de exclusão, e suscitar uma **participação na vida social.**

Dentro do respeito pelos princípios fundamentais da pessoa, o trabalho educativo de rua pretende proteger e capacitar os públicos mais vulneráveis.

«A institucionalização, a todo o custo, das crianças em centros de acolhimento sem trabalho prévio de conhecimento... tem por consequência uma adaptação difícil da criança no centro. Esta deriva tem a ver com a ideia de que "a criança estará sempre melhor no centro de acolhimento do que na rua ou detida, e que isso representa para ela uma oportunidade de sair da desgraça".

Se por vezes isso funciona, não deixa de ser verdade que a criança não exprimiu essa escolha de maneira reflectida e com conhecimento de causa. Nessas condições, os riscos de fracasso são importantes.»

Ateliê dos Educadores de Rua das Filipinas

«As crianças em ruptura, nomeadamente aquelas que fogem de casa, protestam contra uma realidade que se tornou insuportável para elas. Elas procuram afastar-se dum contexto no qual deixaram de ser ouvidas. A rua é bela e boa enquanto via de acesso ao outro. Quando o homem se instala nela, é a sua própria sociabilidade que é posta em causa e, sem dúvida, só pode sofrer por este facto. Neste aspecto, o Educador de Rua faz também um trabalho curativo, ao tentar reatar os laços desfeitos.

Mas no seu esforço, pode deparar-se com casos específicos face aos quais se sente sem recursos. Quando a reincidência é recorrente, quando a criança que foge manifesta de forma repetitiva sinais evidentes de ausência, quando a ansiedade é permanente e a agressividade é praticamente contínua, parece útil questionar-se se o recurso ao terapeuta especializado não será o único caminho.»

Ateliê dos Educadores de Rua do Senegal

É dada a prioridade à **prevenção,** à **educação não formal e informal,** à **redução de riscos** e estratégias de remediação **numa óptica de bem-estar social**[2]**.** O bem-estar não significa a ausência de problemas ou de conflitos, é pelo contrário a sua aceitação e a capacidade de os superar.

«O que esperamos, é que alguns jovens que encontramos na rua acabem por olhar para o seu passado e sua adolescência pensando: "Afinal de contas, acho que globalmente tudo correu bem". Não penso que o resto da vossa vida possa ser decidida por UM só factor. Penso que existem vários elementos que formam um sistema complexo, que pode no fim encontrar uma saída positiva. Cada puzzle é constituído por uma grande quantidade de peças. Espero que, no meu ofício de Educador de Rua, consiga reforçar as capacidades dos jovens e que eu me torne, talvez, uma pequena peça num puzzle de alguns.»

Ateliê dos Educadores de Rua da Suécia

2. In "Guia de formação em comunicação com a comunicação social" – 2004.

1.2. Objectivos do trabalho educativo de rua[3].

A relação que liga os Educadores de Rua ao seu público é o resultado de um equilíbrio muito particular *entre intenções formais e aparências informais*.

Atingir o inatingível – Dirigir-se a indivíduos, grupos de crianças, de jovens ou de adultos que necessitam de apoio ou ajuda, mas que parecem estar fora do alcance, ou não estão habilitados para ser tocados pelas organizações e instituições existentes.

Motivação e acompanhamento – Acompanhar o público-alvo a fazer as suas escolhas e a empreender, eventualmente, actividades alternativas (escola, trabalho, lazer) e, quando necessário, procurar outras formas de apoio ou de tratamento.

Educação social – Ensinar o público-alvo a fazer uso do sistema de remediação estabelecido e a estar predisposto a potenciar os recursos do meio para que este lhe forneça as ferramentas e os serviços mais apropriados.

Acção a montante – Diminuir o processo de inadaptação ou de exclusão no qual certos públicos estão inseridos, quer indirectamente através de acções sobre o seu contexto, quer directamente ao trabalhar no seio de grupos de crianças, de jovens ou de adultos.

Consciência política e social – Testemunhar as condições de vida das crianças e dos jovens, de modo a poder solicitar a implementação de medidas que possam trazer uma melhoria e, sistematicamente, responsabilizar as autoridades políticas relativamente à sua situação e às suas necessidades.

As margens de manobra no exercício deste tipo de trabalho e o cumprimento dos objectivos supracitados variam de país para país. Essas variações têm a ver com o facto de o Educador de Rua pertencer a uma organização pública ou privada, uma associação local (laica ou religiosa), do grau de reconhecimento do trabalho educativo de rua e da sua existência ou não nos textos legais.

Na prática, trata-se de propor a públicos em ruptura, ou potencialmente em ruptura, e para os quais os dispositivos organizados em função dos problemas sociais e dos sintomas não representam uma oferta adequada, **um acompanhamento relacional que lhes permita uma evolução pessoal, uma inserção e uma participação na vida social.**

«– Ir ao encontro dos públicos-alvo nos momentos e nos locais onde podem ser encontrados;
– oferecer a estes jovens uma relação de ajuda com um adulto, relação essa que eles possam aceitar livremente, em confiança e enquanto precisarem desse acompanhamento;
– realizar uma abordagem global da pessoa sem se limitar aos sintomas. Estes são a violência, a delinquência e as dependências;
– propor acções diversificadas, tanto ao nível individual como ao nível do grupo;
– desenvolver mediações entre o público-alvo e o meio, e entre os vários parceiros e instituições.»

Estes são os objectivos partilhados pelos Educadores de Rua de todo o mundo.

3. Esta secção está inspirada do documento "Outreach social work aimed at young people", Børge Erdal, Oslo, Noruega.

1.3. Mais vale prevenir que remediar!

O conceito de **prevenção** é utilizado em sectores de actividades muito diversos, e dá lugar a múltiplas interpretações e confusões.

A prevenção policial dos comportamentos desviantes, por exemplo, não tem evidentemente nada que ver com a prevenção socioeducativa própria do trabalho educativo de rua. Tantas vezes utilizado em múltiplos contextos e significados[4], o termo "prevenção" é empregue para todo o tipo de situações. Não é portanto de admirar que a confusão exista e que se tenha tornado difícil a compreensão do que é realmente o ofício de Educador de Rua[5].

Se é verdade que existe uma dificuldade[6] na maneira como os Educadores de Rua se apresentam, sobressai contudo da realidade do terreno uma concepção relativamente clara da ligação existente entre trabalho educativo de rua e prevenção.

A partir de uma leitura sociológica[7], a prevenção é conceptualizada à volta da distinção operada por Pierre Bourdieu entre três tipos de violência. Pode-se discriminar:

- **Violências estruturais,** económicas e/ou sociais produzidas pelos mercados dominantes, como o desemprego, a pobreza, a exploração, etc.
- **Micro-violências,** muitas vezes derivadas das violências estruturais e que são exercidas no dia-a-dia, de maneira às vezes quase **invisível.** O racismo, a estigmatização, as violências domésticas, as violações dos direitos, o delito de fácies, a rejeição, são todas elas micro-violências que escapam à vista, escapando consequentemente também às sanções.

  Essas violências nem sempre são voluntárias, e é isso mesmo que as torna ainda mais **insidiosas.** A estigmatização, por exemplo, é particularmente violenta por parecer que faz parte da "ordem das coisas". Ao indivíduo estigmatizado a partir duma característica objectiva, é-lhe atribuído na relação social, toda uma série de outras características, não fundadas, que levam in fine à **desumanização** do indivíduo incriminado. Este processo leva a que a ideia que se faz de um indivíduo, por fim, se torne realidade.
- **Violências visíveis** (delinquência, vandalismo, agressividade...), que muitas vezes constituem as respostas aos dois tipos de violências anteriores.

«São muitas as pesquisas que demonstram que aqueles que foram submetidos precoce e intensivamente a situações de exclusão e de violência (que podem ser de natureza muito diversa) têm grandes hipóteses de se tornarem eles próprios portadores de violências contra si mesmos (toxicodependências, suicídio) ou contra os outros.»[8]

É esta lei da "reprodução da violência" que os Educadores de Rua tentam contrariar, estando por um lado, próximos e, por outro, conscientes dos problemas vividos.

Daí a importância de uma **abordagem preventiva no meio onde vivem** as populações mais excluídas. O objecto da prevenção realizada pelos Educadores de Rua é portanto duplo:

- **Reduzir a quantidade de violências e desigualdades,** preocupando-se mais especificamente com as exclusões que escapam aos olhares, como a pobreza e a estigmatização.

4. In Handicap et politique – Emile Servais - "Eléments d'analyse sociologique des pratiques d'accompagnement" – Bruxelles, Equipage Editions 1993 – p. 250
5. In "Guia de formação em comunicação com a comunicação social" - 2004
6. In La prévention, "un concept en déperdition". – Editions Luc Pire – Jacqueline Fastrès e Jean Blairon – 2002
7. In "Méditations pascaliennes" – Pierre Bourdieu – Paris, Seuil – 1997 – p. 275 – 276.
8. In La prévention, un concept en déperdition. – Editions Luc Pire – Jacqueline Fastrès e Jean Blairon – 2002

– **Evitar que as reacções a essas violências e exclusões se traduzam em reacções inoportunas,** com o risco de se voltarem contra os seus protagonistas, nomeadamente no caso dos mais novos e dos mais excluídos.

Como se vê, tal abordagem do conceito de prevenção coloca o trabalho educativo de rua num processo de educação permanente informal e/ou não formal

Uma abordagem educativa e também emancipadora:

«É tão importante que o adolescente exista "fora", em espaços onde possa escapar, tanto às imposições da filiação (família) como às da aprendizagem sistemática da racionalidade (escola)...» «...na realidade, é essa participação na vida social em quadros relativamente independentes dos quadros familiares e escolares, que é garante da emergência progressiva da autonomia do adolescente.»[9]

A questão da prevenção e do sentido que lhe é atribuído é portanto essencial, desde que se trate efectivamente da **relação com o sujeito.** É neste debate que se define a missão do Educador de Rua.

É assim que, por exemplo na Bélgica, alguns Educadores de Rua fazem, por assim dizer, a aposta pedagógica de que o jovem em dificuldade estará mais fácil e rapidamente inclinado a falar das suas preocupações com um educador que já conhece, com o qual se encontra facilmente e com quem mantém uma relação de confiança. Desta maneira, é às vezes possível evitar que uma situação problemática mas num estado ainda inócuo, se transforme numa dificuldade grave necessitando de um processo de acompanhamento muito mais pesado.

«Aconteceu-me diversas vezes que um jovem tenha vindo dizer-me que não está a frequentar a escola há dois ou três dias. Quase sempre, um jovem nesta situação tem grandes dificuldades em encontrar alguém com quem ousará partilhar este facto. A maior parte tem medo de voltar à escola, simplesmente porque não sabe como justificar a falta. Evidentemente, quanto mais tempo deixam passar, menos coragem têm para o fazer. Nesse caso, a nossa intervenção pode revelar-se particularmente eficaz e preventiva, sendo obviamente muito mais fácil ajudar um jovem a voltar à escola depois de alguns dias de ausência do que após uma expulsão devido a uma falta prolongada injustificada. Sem a possibilidade de se dirigir a um recurso como um Educador de Rua, o jovem esperará a maior parte das vezes que a situação se torne inextricável antes de se dirigir a um serviço social...»

Ateliê dos Educadores de Rua da Bélgica

9. In Le Ligueur - Mais comment peut on être adolescent? – Philippe Meirieu – 21 de Outubro de 1992.

1.4. A primazia do sujeito sobre os sintomas.

No trabalho educativo de rua, a relação com o indivíduo –ou com um conjunto de indivíduos– considerado como "sujeito" é fundamental. O trabalho educativo de rua pretende de facto contribuir para que cada um possa demonstrar o seu valor como ser singular e actor da sua própria vida, em contraponto às pressões que reduzem os indivíduos e colectividades a um estatuto de objecto (sintomas, estigmas, estatísticas, etc.). Os Educadores de Rua esforçam-se por reabilitar a primazia do ser humano.

«É o gesto da recusa, da resistência, que cria o sujeito». «É a capacidade mais limitada de se desalinhar em relação aos seus próprios papéis sociais, a não-pertença e a necessidade de contestar que fazem viver cada um de nós como sujeito... O sujeito constrói-se simultaneamente pela luta contra os aparelhos e pelo respeito pelo outro enquanto sujeito.»[10]

O trabalho educativo de rua e o percurso que se lhe segue pretendem (re)atribuir ao público-alvo o seu lugar de actor-sujeito na sua totalidade, podendo incidir sobre a sua situação, o seu futuro e o seu contexto. Trata-se, pois, de visar que o sujeito possa se reapropriar **o seu próprio projecto de vida.**

«A perspectiva dos Educadores de Rua é generalista, e por isso pouco importa o tipo de pedido. O que conta é a maneira de a ouvir, de a construir e de a formalizar: a pessoa é o sentido da intervenção, e é ela que deve dar o ritmo, o tema, e ultrapassar os passos necessários para mudar a sua situação. A nossa ajuda é somente um apoio à capacidade das pessoas para transformar a sua realidade e o mundo.»

Ateliê dos Educadores de Rua de Espanha (Ateliê de País Basco)

Contudo, dizer que o sujeito é colocado no centro não chega, e nem sempre é óbvio. Às vezes, "o sujeito é raro ou difícil" e existe a tentação de "fazer no lugar de" e de predefinir os guiões de outrem. Além disso, os contextos políticos e institucionais também nem sempre permitem esse regresso do sujeito.

Frequentemente encontram-se Educadores de Rua presos entre um programa de actividades já organizado e uma encomenda de acompanhamentos de tipo "de cima para baixo", não fruto portanto de uma procura proveniente dos interessados.

«O trabalhador social que se implica neste tipo de intervenção social não tem outra saída senão seduzir os jovens e convencê-los a inserirem-se no enquadramento do seu programa ou serviço, o que, infalivelmente, os coloca numa posição de consumidores mais ou menos passivos.»[11]

A mais-valia relacional do Educador de Rua necessita de **presença e implicação, partilha da vivência,** proposição, mediação... Suscitar a vontade de ser e de fazer é um requisito indispensável antes de qualquer acção do jovem ou do adulto.

10. Alain Touraine - "Critique de la modernité", Paris, Editions Fayard – 1993 – p.318-331.
11. Edwin de Boevé e Pierre Van den Bril in "Côté cours – Côté rue" – Analyse des pratiques et politiques de formation à l'ordre du jour – Junho de 1995.

«Na realidade, a dificuldade reside numa possível confusão entre as noções de ajuda e de conselho, ou mesmo de assistência. Ajudamos através da escuta atenta. Ajudamos mostrando respeito pela luta que uma pessoa trava contra as dificuldades, e reconhecendo os seus êxitos. Ajudamos demonstrando aceitação e compreensão pelos sentimentos sentidos pelo outro, independentemente da estranheza que nos provoque, ou da sua violência. Ajudamos oferecendo uma relação próxima e não possessiva. É ajudar, afinal, apenas reconhecer e defender as capacidades do outro e o seu direito de resolver o seu problema de acordo com os seus próprios valores, os seus próprios desejos e as suas próprias tradições culturais.»

Ateliê dos Educadores de Rua do Senegal

1.5. O trabalho educativo de rua, uma educação "extramuros"[12].

«Através da sua implicação directa nos meios de socialização dos jovens, o Educador de Rua é simultaneamente uma testemunha privilegiada das dificuldades específicas da juventude e um mediador que acompanha o jovem na sua caminhada existencial e social.»[13]

Para as crianças e os jovens em ruptura, afastados ou excluídos dos espaços primários de socialização e de inserção social –a família, a escola, o trabalho–, a rua torna-se um espaço supletivo de socialização. Alguns adultos ocupam também esse espaço como lugar de vida ou de sobrevivência.[14] A rua é um espaço público do qual cada um se apropria em função da sua situação e das suas necessidades, e que adquire sentido se tivermos em conta os ritmos de vida e expectativas daqueles que nela se encontram.

Lugar socialmente dedicado à mobilidade e à circulação das pessoas e dos bens, a rua torna-se um lugar quente de negociação entre os actores a partir do momento em que alguns se sedentarizam nela para viver ou sobreviver, enquanto outros querem maximizar a sua eficácia socioeconómica e a segurança pública. Assim, através de umas relações muitas vezes tensas, a rua torna-se objecto de luta entre diversos modos de apropriação com, de um lado, um movimento de privatização liberal do espaço público cada vez mais gerido segundo uma lógica de propriedade privada e, do outro lado, uma abordagem de socialização marginalizada que investe o espaço público como lugar de existência privada e de "bricolagem" identitária.

Inserindo-se neste espaço de negociação, o Educador de Rua tenta principalmente descobrir como as pessoas e os grupos em ruptura social se apropriam da rua. Investir nos lugares de interacção e de pertença daqueles que frequentam a rua ou vivem nela representa um dos desafios importantes do Educador de Rua. Informado e consciente das balizas normativas que enquadram o espaço público e que entram em choque com o modo de vida daqueles que o ocupam de maneira marginalizada, o Educador de Rua tem o cuidado de tentar compreender como alguns adoptam esse lugar como espaço de fuga, de protecção, de transição e de tomada de risco, como lugar de expressão e de reivindicação, como lugar de aprendizagem e de trabalho, como espaço de prazer e de sofrimento.

Nesta ordem de ideias, a rua não é só o alcatrão, são também os largos, as praças, os passeios, os centros comerciais, os átrios dos prédios, os vãos de escadas, e são também, talvez sobretudo, os amigos. Com eles, quando é possível, "protegemo-nos" contra um mundo visto como angustiante e inacessível, numa apatia ou numa impulsividade que inquieta. Infelizmente, dadas as várias pressões, pode acontecer também que os amigos escasseiem ou que a sobrevivência os ponha em concorrência (comércio, mendicidade) ou disperse (acções judiciárias, mortalidade) indivíduos que sem isto teriam sido solidários entre si.

Neste contexto, onde o interesse do Educador de Rua está em penetrar e reforçar os laços sociais entre os actores, a oferta relacional deve anteceder o pedido. Esta necessidade é fundadora do trabalho educativo de rua. Esta prerrogativa implica também que a montante da intervenção, o Educador de Rua esteja predisposto a apreender a cultura e o modo de vida daqueles que frequentam o espaço "rua".

12. Resumo de um texto de Bernard Monnier, educador especializado. Informations sociales N°60.
13. Pector, Jacques (1999) Le travail de rue et l'action-recherche réflexive. Projet de recherche. Montreal, Quebeque.
14. Esta secção tem sido redigida principalmente na base da contribuição de autores que trabalham com jovens. Sugere-se ao leitor que trabalha com um público diferente (adultos) que faça as ligações adequadas entre este conteúdo e as realidades que acompanha. A leitura do capítulo 3 contém também pistas que permitem alargar essa visão.

A abordagem é feita num território do qual os jovens, de alguma maneira, se apropriaram e no qual o educador deve fazer-se aceitar como adulto capaz de estabelecer uma relação. **Um período de observação** permite um conhecimento apurado do bairro, das suas instituições, das práticas de apropriação espontânea dos jovens, dos ritmos de presença e de ausência, dos tempos fortes de agregação ou de diluição dos grupos: o educador descobrirá os momentos e os sítios onde poderá ser aceite mais facilmente. Este conhecimento poderá ser utilmente completado por elementos trazidos por outros intervenientes ou instituições, **mas a observação no terreno** é primordial. A presença junto dos jovens será progressiva, de maneira a que o adulto não seja entendido como perigoso ou estranho e que se possa estabelecer um início de partilha e de relação.

A livre adesão do jovem à oferta de relação e de acompanhamento educativo do educador assenta na liberdade deixada ao jovem de descobrir-se, medindo o grau de **confiança que poderá depositar no educador.**

Nesta aventura, o Educador de Rua desenvolve uma **abordagem global da personalidade** do jovem, privilegiando as suas capacidades e as suas riquezas em detrimento da sua história marcada por fracassos e dificuldades.

A partilha de experiências e os "fazer com" podem ser múltiplos e diversos, desde a situação mais natural e mais informal, individualmente ou em grupo, até a uma actividade muito organizada.

Esses momentos partilhados têm uma dupla finalidade:

- **Aparente:** responder a um objectivo ou a uma necessidade específica: lazer, desporto, trabalho, alojamento, saída, legalização administrativa, obtenção de um direito...
- **Latente:** desenhar, construir, viver uma relação confiante e implicada que permita aos jovens descobrir referências e interiorizar os valores e interditos fundamentais, mudar a imagem de si próprios, favorecer a mudança das condutas e representações, e experimentar novas relações sociais.

Porquê o trabalho educativo de rua?

Vontade de acompanhar grupos considerados associais, através uma **relação de ajuda** e uma **abordagem estritamente educativa.**

O trabalho educativo de rua, para quem?

– O trabalho educativo de rua dirige-se a:

- grupos de crianças, jovens e adultos em situação de pedido de ajuda ou de apoio;
- indivíduos afastados ou excluídos dos espaços primários de socialização e de inserção social;
- indivíduos em ruptura social, material, relacional, simbólica, por rejeitarem as normas, ou por serem rejeitados por elas;
- indivíduos que estão fora do alcance ou não abrangidos pelas organizações e instituições existentes.

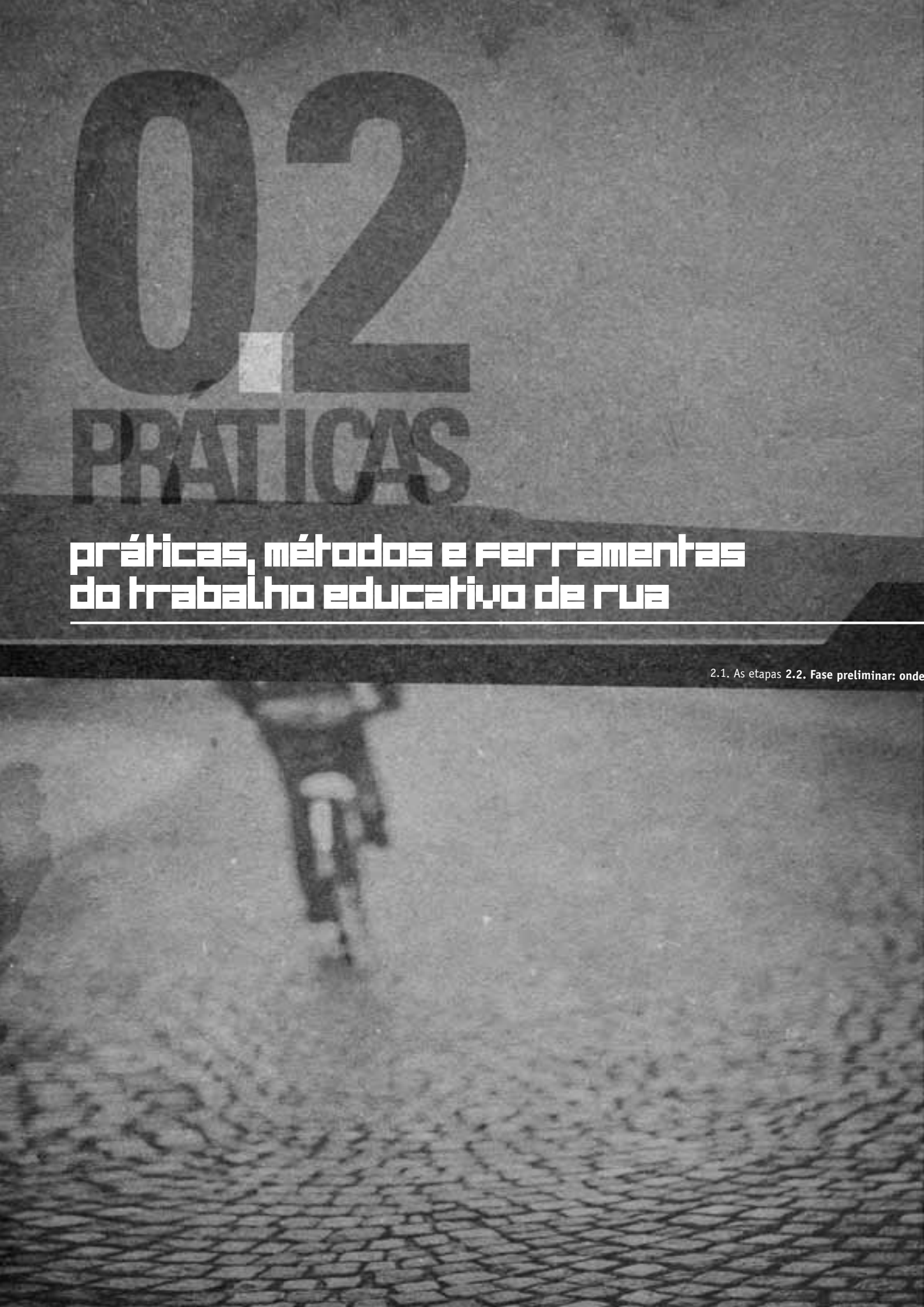
Quaisquer que sejam as dificuldades encontradas, o processo educativo apoia-se nos recursos próprios das pessoas.

O trabalho educativo de rua **é um meio, não um fim.**

– É uma **acção socio-educativa conduzida numa perspectiva de longo prazo,** que parte da necessidade, do pedido, da aspiração dos públicos-alvo e que tende a **reforçar a sua capacidade de assumir-se e de construir as suas próprias perspectivas de vida.**

– Esta relação de ajuda implica a **confiança do público e o respeito pela sua integridade** e autonomia. O contacto com o Educador de Rua é feito **voluntariamente.**

– Além da realização pessoal, o Educador de Rua contribui para a redução dos danos ao dirigir-se a pessoas **(jovens e adultos) submetidas a múltiplas exclusões, em vias de marginalização ou em ruptura social.**



0.2 PRÁTICAS

práticas, métodos e ferramentas do trabalho educativo de rua

2.1. As etapas **2.2. Fase preliminar: onde**

2. Práticas, métodos e ferramentas do trabalho educativo de rua.

Sabendo que o trabalho educativo de rua **não é um modelo pré-estabelecido** "pronto a aplicar", importa aqui destacar os ingredientes que permitem aos actores de terreno **inventar e reinventar a sua própria prática.**

2.1. As etapas.

Existem, no conjunto dos exemplos recebidos e provenientes dos diferentes países, grandes semelhanças. Pode verdadeiramente falar-se de sequências, o que é característico de uma metodologia. Antes de descrever o fio condutor seguido por diversos Educadores de Rua no mundo para implementar a sua prática, deve-se contudo insistir no carácter não linear do processo. Embora se possa encontrar uma certa lógica sequencial nas etapas apresentadas, percebe-se que elas encaixam umas nas outras, que implicam movimentos de vaivém e que adquirem sentido e força à medida que se vão desenvolvendo, muitas vezes de maneira circular.

Uma vez feita esta advertência, importa conceber que várias etapas marcam a implementação do trabalho educativo de rua e que assim, a montante da intervenção propriamente dita, a qualidade da integração no meio permite a estes profissionais oferecerem um acompanhamento individual e colectivo significativo. O tempo e a energia dedicados às primeiras etapas constituem um investimento para as seguintes, e um regresso regular e circular sobre estas sequências permite renovar permanentemente a ancoragem da prática.

- **A primeira etapa** do trabalho consiste num **estudo do meio,** que pode ser **teórico** (conhecimento histórico, social, cultural), mas também **prático** (encontro com pessoas do bairro).
- **A segunda etapa** consiste numa **presença** no terreno ou no território do público a atingir, é o "vaguear" ou "volta ao bairro". Trata-se aqui de observar directamente, mas sem necessariamente intervir. Esta etapa permite uma impregnação no seio da cultura do meio onde estamos a investir, além de favorecer o reconhecimento dos lugares a investigar. Esta observação deve ser feita com regularidade, de maneira a conhecer a dinâmica do meio e passar a ser reconhecível pelo público visado como estando naturalmente presente no terreno.

«A pergunta poderia ser: Mas como identificam os jovens?

Uma historieta: a nossa equipa teve que fazer esse trabalho de reconhecimento detalhado logo quando chegou ao centro da cidade. Teve que fixar caras, "pintas", "personagens", cães que apareciam mais ou menos regularmente, na maior parte das vezes em lugares muito frequentados: jardins, frentes de comércios, estação de comboio, etc.

Uma vez realizado esse primeiro reconhecimento, a equipa esteve atenta aos jovens ou grupos que contactavam com essas primeiras referências. Pelo carácter dinâmico e variável deste público, a equipa teve que treinar em permanência a sua memória visual e completá-la minuciosamente. Esta postura só é possível graças a uma presença frequente e regular, e a um trabalho de equipa, importante para a transmissão e partilha das observações recolhidas.»

Excerto de "Etat des lieux Centre ville" codase França[1]

- **A terceira etapa** é a da **identificação:** trata-se de dizer quem somos e porque estamos ali. Esse momento de transição constitui uma ocasião para o Educador de Rua começar

1. www.codase.org ou preventionspécialisee@codase.org

a construir o seu papel, negociando o lugar que irá ocupar no seio dos actores do meio onde trabalha.

«Na véspera, tinha combinado com o Blaise que ele iria voltar para casa às 18h. Esperei até às 22h para verificar, mas para minha grande surpresa, ele não estava lá. Voltei então ao mercado onde encontrei os seus amigos. Fiquei um bocado na conversa e na brincadeira com eles, e só passadas umas horas é que finalmente eles aceitaram mostrar-me onde ele se abrigava para dormir... num canto bem escondido atrás das latrinas públicas da estação rodoviária, onde ninguém teria imaginado procurá-lo.»

Ateliê dos Educadores de Rua do Togo

– **A quarta etapa** implica a **construção de uma ligação** com o público, ou seja o contacto directo com as pessoas que se pretende atingir e o esboço da relação de acompanhamento.

«Fazemos saídas nocturnas e diurnas. A fase de observação permitiu constatar que as crianças que vivem na rua têm condições de existência de grande desamparo: têm dificuldades para encontrar comida, sofrem de ameaças, de insultos e de repressões por parte dos moradores.

Eles impressionam pela solidariedade que os une. Criaram um código de vida que lhes é próprio. Por exemplo, as saudações fazem-se com o punho. Têm uma linguagem própria e sinais convencionais. Ganhar a sua a confiança é o nosso desafio.»

Ateliê dos Educadores de Rua do Burkina Faso

Entre o primeiro contacto com o indivíduo e as trocas de ideias mais ou menos confidenciais, o processo é progressivo e passa-se de uma desconfiança inicial para uma relação de confiança.

A partir do momento em que é conhecido pelo meio, os contactos passam a ser naturais e o Educador de Rua pode dirigir-se mais facilmente ao seu público. Mas há casos em que ele opta por esperar um sinal para iniciar a sua aproximação: uma reacção à sua presença vinda do espaço da rua ou do próprio público, uma prova que uma relação de confiança estaria a começar a estabelecer-se.

– **A quinta etapa é a do acompanhamento e da intervenção.** Esta pode passar pela criação de um espaço de relação com os jovens que pode dar lugar a uma estruturação de actividades (o que ajuda a encontrar outros jovens) ou limitar-se a intervenções individuais. Pode também progressivamente conduzir a acções mais colectivas ou comunitárias que impliquem uma negociação entre o público acompanhado e os outros actores do meio (comerciantes, autoridades públicas, etc.)

«As equipas de trabalho educativo de rua oferecem um serviço de educação não formal às crianças de Kathmandou que vivem e trabalham na rua. As crianças que os nossos Educadores de Rua encontram têm assim a oportunidade de seguirem cursos de socialização e actividades educativas: jogos, desportos, educação básica, cultura geral, consciencialização dos riscos da vida de rua, saúde, sida, drogas, higiene de base e cuidados médicos.

Em cada zona há crianças "habituais" que os educadores reconhecem e com quem tentam estabelecer laços muito sólidos. Alguns continuam a preferir a vida da rua, por gostarem da liberdade que proporciona. Para esses, os educadores organizam sessões de consciencialização, e dão-lhes informações e conselhos sobre cursos profissionais.

Um outro papel importante das equipas móveis é o de melhorar as relações com os comerciantes locais, os proprietários de imóveis, a polícia e outras organizações de apoio às crianças de rua. Trata-se de fazer que eles participem nas nossas actividades e compreendam que as crianças de rua fazem parte integral da sociedade.

A polícia recebeu informações sobre a vida das crianças de rua, com o objectivo de melhorar o seu relacionamento com elas. As equipas também distribuíram cartazes de crianças desaparecidas nos postos de polícia. As relações com os comerciantes e os proprietários de ferro-velho continuam a melhorar. Muitos já conhecem as crianças que vivem nas imediações e tratam-nos com respeito, e vice-versa.»

Ateliê dos Educadores de Rua do Nepal

Como foi referido anteriormente, estas diferentes etapas não são lineares e estanques, o que implica que existam interferências entre elas e se renovem continuamente.

O essencial, neste processo, é que a presença passiva e activa do Educador de Rua lhe permita **"ser reconhecido como uma evidência"** e de tornar-se efectivamente um marco ou uma referência para a pessoa susceptível de necessitar de ajuda. Esta sequência forma um círculo, sendo que o Educador de Rua é chamado a recomeçar, sem parar, esse percurso, noutro sítio, com outros públicos e com outras dinâmicas. Mas, a cada volta, dá-se um salto qualitativo que se opera ao nível do potencial da sua acção, mesmo quando ele não atinge nunca um conhecimento perfeito das situações, do meio e das soluções a propor.[2]

Alguns acham essencial referir uma etapa suplementar: o **desfecho** e a **durabilidade** da acção de terreno. De facto, considerando a importância dos laços estabelecidos com os indivíduos e o papel desempenhado por um Educador de Rua ao longo do exercício da sua prática, estima-se oportuno que os laços estabelecidos tenham um momento de desfecho, antes de o educador deixar a profissão ou uma determinada área de acção. Este procedimento contribui, de um lado, para a não reprodução de rupturas sociais com as quais as pessoas da rua são muitas vezes confrontadas, e do outro, pode facilitar a introdução do profissional que o vai eventualmente substituir. Quando os recursos o permitem, alguns encorajam o antigo Educador de Rua a que gaste algum tempo para introduzir o novo, de modo a assegurar a continuidade no meio. Esta prática de apadrinhamento é fundamental. Além de garantir a passagem de testemunho entre o novo Educador de Rua e o seu futuro público, é sobretudo a transferência de uma ligação de confiança e a transmissão do capital simbólico e cultural que será efectuada através desse acompanhamento. O apadrinhamento pode, em certos casos, durar vários meses.

2. In Le travail de rue en Communauté française de Belgique. Nature et enjeux. Christine Schaut e Luc Van Campenhout, FRB, 1994.

2.2. Fase preliminar: onde e quando fazer trabalho de rua?

Antes de mais, é sempre desejável aproveitar a experiência dos ex-Educadores de Rua, ou pelo menos conhecer o seu historial para perceber as reacções do meio.

«Dave considera que o bom trabalho realizado pelos seus antecessores facilitou a sua integração e o seu trabalho no bairro. No entanto, os seus colegas acharam que seria uma boa estratégia deixá-lo andar por lá sem saber muito bem o que estava a fazer, sabendo como é útil perder tempo a observar. Com o duplo objectivo de ver e ser visto. Este prazo de integração permite que, no meio, se passe a palavra, e que passemos a ser conhecidos.»

Ateliê dos Educadores de Rua do Quebeque

É certo que a realidade institucional nem sempre permite uma grande liberdade de acção na fase preliminar. Uma concertação afigura-se necessária de modo a aproximar os objectivos das instituições e as aspirações do público-alvo. Estas aspirações e necessidades são aliás às vezes muito mais próximas e conciliáveis do que previsto.

Sobre este aspecto, seria prejudicial opor as autoridades ou as administrações aos Educadores de Rua. O político é muitas vezes o primeiro parceiro do Educador de Rua na procura de respostas estruturais e duradouras.

Qualquer que seja o enquadramento ou a instituição que contrata um Educador de Rua, o que interessa é a importância dada à **relação com o sujeito,** à sua **capacidade em emancipar-se** e em ser **respeitado** no seu percurso. É primordial, por outro lado, que seja dado ao Educador de Rua um quadro deontológico claro que respeite os princípios da **confidencialidade,** nomeadamente através do cumprimento do **segredo profissional.**

A transmissão e a difusão de confidências junto de outras pessoas poderia hipotecar fortemente a relação de confiança pacientemente construída entre o indivíduo e o Educador de Rua.

2.2.1. Negociar o investimento nos espaços e ritmos da rua

A **proximidade geográfica** é obtida pelo investimento nos lugares através da prática do trabalho educativo de rua, cujo carácter extramuros constitui uma das suas principais características. O facto deste modo de acção ser praticado fora ("na rua") implica um movimento em direcção ao outro: vai-se para os contextos de vida das pessoas em vez de trazê-las para o interior de enquadramentos instituídos.

O Educador de Rua segue a dinâmica daqueles que pretende atingir e circula nos seus territórios, onde procura criar o seu lugar. Adoptando uma abordagem dinâmica no tempo e no espaço, o trabalho educativo de rua apoia-se num processo de integração progressivo e não intrusivo.

«Contratada como Educadora de Rua em Villeray, Stéphanie começou pelo metro e as escolas, frequentando esses lugares em horários variados. Villeray é uma zona tampão entre Parc Ext e St Michel. Os jovens movimentam-se muito entre esses dois bairros.

Mesmo tendo já os seus contactos dentro do meio, ela dispendia tempo para vaguear e ler no parque e assim ser vista e chamar a atenção das pessoas.»

Ateliê dos Educadores de Rua do Quebeque

Cada "espaço rua" apresenta características diferentes e exige uma prática de infiltração adaptada. Um parque onde andam prostitutas não é igual a um subúrbio onde reina um sentimento de insegurança, nem a um local devoluto onde grupos de jovens passam a noite no chão ou em sofás insalubres. Intervir nestes sítios exige um respeito dos códigos do espaço.

«Antes de aparecer num meio ainda desconhecido, preparo-me física e mentalmente, estudo os meus comportamentos bem como os meus estados de alma. Tento dominar o meu stress interno. Antes de cada saída para o terreno, estou atento à minha maneira de me vestir. Estou atento à minha maneira de estar, ao modo de expressão, de forma a não criar uma distância demasiado grande entre mim e os jovens.»

Ateliê dos Educadores de Rua do Vietname

Em certos países pode ser na praia, noutros é no centro comercial, nos bares, nas casas de juventude, nas praças públicas, em cabanas na floresta, nos mercados, em casas privadas, em estações ou ruelas, nos guetos ou nos centros das cidades... uma diversidade inumerável de lugares são frequentados por Educadores de Rua, em função das regiões do mundo e dos públicos a apoiar.

Quando se considera o tempo gasto inicialmente a não fazer mais do que observar, o sentimento de ineficácia na fase de integração pode ser vivido com angústia: o educador sente-se culpado por ser pago sem produzir, sente a necessidade de se ocupar, de obter resultados, para ficar com a ideia de estar a controlar o processo em que está inserido. Mas a metodologia de trabalho educativo de rua exige um tempo. Para conhecer o bairro –os seus actores, as suas zonas de conforto, os seus corredores– é necessário esse tempo, às vezes longo, que permite que o Educador de Rua possa integrar-se no contexto e instalar o seu dispositivo de maneira a maximizar o potencial dos actores e os recursos do meio. Quando se gasta tempo suficiente no início, o conhecimento do meio revela-se sempre útil, posteriormente.

A integração num meio para fazer trabalho educativo de rua não se resume a uma integração geográfica mas inclui também uma **adaptação cultural** aos códigos, às linguagens, aos valores, às dinâmicas, aos conflitos etc. Trata-se para o Educador de Rua de ser capaz de não atribuir juízos de valor aos comportamentos e ao contexto cultural que encontra.

«Em África, por exemplo, a honra da família, a sua dignidade, passam muitas vezes à frente do interesse da criança. Compreender este facto é tentar conciliar o imperativo de salvaguardar os direitos da criança e a invenção de estratégias que permitam avançar sem queimar etapas. De resto, em África como nos outros sítios, a família é um elemento do problema mas também um elemento da solução. Deve-se, portanto, no seu seio, recriar

espaços para as palavras, para o diálogo, para que as violências, nas suas manifestações agudas, não se repitam...»

Ateliê dos Educadores de Rua do Senegal

Esta adaptação não implica o **mimetismo,** antes pelo contrário. Não é demais insistir na importância, para um Educador de Rua, de ser ao mesmo tempo **solidário** e **diferente** das populações encontradas. Demasiados jovens Educadores estreantes hipotecam a sua integração na rua ao tentarem imitar os hábitos, costumes e comportamentos do público-alvo.

Manter-se igual a si próprio é essencial. É no confronto das diferenças que um real enriquecimento mútuo se torna possível.

Uma tal proximidade não implica constatar apenas o estado actual do território, mas também ter em conta o histórico das situações, assim como o contexto cultural, social, político e económico no qual elas se inscrevem.

«Quando falamos de culturas variadas, não fazemos só referência às culturas de origem, mas também às culturas de rua, às culturas dos jovens, às culturas urbanas que se forjam sobre os territórios da cidade e nos seus subúrbios.

O trabalho educativo de rua deve considerar essas populações como geradoras de cultura e estabelecer diálogos seguindo essa regra de reconhecimento.»

Ateliê dos Educadores de Rua de Espanha e do País Basco

Esta consciência da evolução de um meio, dos seus antecedentes e do seu futuro, é essencial para a ancoragem de uma abordagem que aposta nos recursos e aspirações do público visado. Ela permite encetar uma estratégia de acção enraizada nas referências culturais das pessoas em vez de uma artificialmente imposta em função de normas que lhes seriam exteriores.

«A experiência aqui relatada fala das crianças associadas às forças e grupos armados na República Democrática do Congo. Utilizo, no quadro de actividades sócio-culturais, o método da livre escolha, pedindo a cada criança-soldado que cante uma canção da sua aldeia e que exiba um passo de dança. Usamos também o desenho.

É a partir dessas actividades que as crianças começam a dar-nos as referências tradicionais das suas aldeias. É a partir dessas referências identificadas que tentamos a seguir procurar as famílias dos ex-combatentes desmobilizados para a reunificação.»

Ateliê dos Educadores de Rua da República Democrática do Congo

Ao mesmo tempo que mantém bem vincadas a sua identidade e a sua alteridade, isto é, as suas filiações e a sua diferença em relação aos outros, o Educador de Rua deve portanto aprender a conhecer o meio para assentar o seu lugar e o seu papel. Pela sua presença regular, ele partilha o quotidiano das pessoas e integra certas rotinas. É assim que elabora pouco a pouco com eles um conjunto de experiências e de referências partilhadas que podem aproveitar juntos para construir projectos e abrir novos caminhos.

«Depois de se ter mostrado no território, ter explicado que se é educador, o nosso mandato e o nosso enquadramento institucional, o quadro da relação, ter solicitado e ouvido histórias, ter sentido os vazios e os desprezos, ter andado sem ser reconhecido, ter ousado aproximar-se de um grupo... depois de todo esse longo processo para chegar a conhecer a zona com os pés e o coração, os primeiros pedidos surgem. Alguém nos procura ou espera que passemos ao pé dele para nos chamar.»

Ateliê dos Educadores de Rua de Espanha (Ateliê de País Basco)

«Temos a convicção de que a partilha das realidades de vida com os jovens tem um papel importante na nossa integração no seu espaço. A participação nas actividades do dia-a-dia, nos momentos de alegria e de tristeza com um jovem em ruptura ou com o seu pequeno grupo, faz parte da nossa prática.

O facto de vivermos certos modos de vida tais como tomarmos juntos uma "refeição" de restos alimentares, jogar futebol com eles, participar numa discussão do grupo... suscita ao mesmo tempo um laço afectivo de solidariedade e de confiança. Esses momentos permitem-nos também compreender alguns dos seus pensamentos, os seus sentimentos de revolta ou de resistência.

Essas experiências vividas vão guiar a nossa intuição e ajudar-nos a ter as reacções adequadas ao contexto e adaptadas a esses jovens.»

Ateliê dos Educadores de Rua do Vietname

2.2.2. Ciclos e tempos do trabalho educativo de rua.

Com o trabalho educativo de rua, a relação com o espaço e com o tempo é um jogo constante de equilíbrio entre a estabilidade e as mudanças de horário e de itinerário, de maneira a adaptar-se aos meios e às situações, assim como para dinamizar a sua participação.

O **horário de um Educador de Rua** é muito difícil de definir, e deve constantemente ser repensado. A frequência de certos lugares exige uma regularidade, e portanto o horário deve ser cadenciado. Mas por outro lado, a sua presença estratégica em certas ocasiões, ou ainda a flexibilidade da sua acção nalgumas situações, podem esticar e condensar o horário do educador. Os exemplos seguintes ilustram bastante bem o espectro existente entre "realidade do quotidiano" e "realidade de excepção".

«Uma semana de trabalho normal representa 25 a 30 horas de trabalho educativo de rua, incluindo os fins-de-semana, porque o número de crianças aumentou sensivelmente nos últimos tempos. Duas equipas (cada equipa é composta por duas pessoas, uma que fala grego e, outra albanês) trabalham todos os dias em dois bairros diferentes.

As equipas tentam estar na estrada o mais tempo possível e em horas muito diferentes, para analisar o fenómeno da exploração das crianças durante todo o dia e toda a noite. Um pormenor importante é que vemos crianças com idades diferentes em função da hora, os mais novos mendigando durante o dia, enquanto que os mais velhos trabalham à noite, vendendo flores ou tocando música no exterior de clubes e restaurantes.

Para as crianças que são acompanhadas pela família, tentamos ser uma base de referência válida. É por essa razão que, além das duas equipas que trabalham diariamente, um grupo de Educadores de Rua profissionais e voluntários visitam os bairros mais frequentados

e organizam eventos que podem ser de pintura ou de outra actividade manual para crianças. Com o slogan "brincar na rua", abordamos as crianças que mendigam na rua e sensibilizamos o grande público para o fenómeno e sobre as nossas actividades.»

Ateliê dos Educadores de Rua de Grécia

«Excerto de uma semana típica (Inverno).

10h00 *Encontro marcado na administração dos abonos para deficientes. O jovem não estava. Deixei uma mensagem no seu gravador.*

11h00 *Casa de chá "Pic-Nic": grupo de quatro jovens. Um deles vai casar daqui a quatro meses, está à procura de informação sobre formações para animadores. Antes de tentar a sua sorte, deve terminar o seu trabalho comunitário em Jette.*

Um rapaz mais velho senta-se. Animador, trabalha numa estrutura com a qual gostava de reforçar contactos. Trocamos ideias. Chamada do jovem que faltou no encontro marcado para pedir desculpa e fixar outro encontro.

Almoço. Envio de e-mail relativo a um projecto artístico no bairro Brunfaut.

14h00 *Casa de chá Rua Brunfaut. Escrevo uma carta a um tipo na prisão. Um jovem aproxima-se e senta-se: "há que tempos, tudo bem?...". A municipalidade começou os arranjos no nosso campo de jogos. Ele queria saber o que estão a fazer. Vamos juntos à câmara para procurar as plantas. Telefonema dum jovem que precisa de uma prova da sua inscrição numa formação.*

As plantas na câmara. Pelos vistos já tinham feito arranjos há sete anos. Inicialmente havia um estacionamento e um campo de basquete. Vão construir habitação social no espaço do campo de basquete.

"Ponto negro" do dia: encontro um jovem que teve um acidente de trabalho há dois anos. Está em tribunal para ter direito a 25% de invalidez. Fomos juntos a um café Internet à procura de informações. Aí, estavam mais outros dois jovens.

O outro veio buscar o seu justificativo de formação.»

Ateliê dos Educadores de Rua da Bélgica

«Gary, treze anos, está confinado no seu "cartel" situado no coração da praça mais importante da capital, para não dizer do país, "Champs de mars". Gary era um dos mais regulares da instituição; todas as manhãs, vinha participar nas actividades organizadas especificamente para eles no Centro de Educação Popular. Depois de três dias de ausência e sem notícias, fizemos uma visita ao seu "cartel", como temos o hábito de fazer, para saber o que se tinha passado.

10h15 *Chego ao "cartel" e encontro o nosso jovem Gary entregue a ele próprio com o pé esquerdo esmagado e a deitar um cheiro nauseabundo. Um jovem do mesmo cartel atirou-lhe, como castigo, um bloco a um pé. Esse castigo veio na sequência de um jogo selvagem e desumano chamado "Guerra dormida". A regra do jogo é que aquele que for surpreendido a dormir tem um castigo, que às vezes pode ir até à morte.*

10h30 *Eu, Gary e um outro jovem do "cartel" dirigimo-nos para o Hospital da Universidade do Haiti, com um táxi que aceitou levar-nos.*

10h45 *Chegamos às urgências do hospital.*

14h00 PM *Na hora em que todos os funcionários da instituição saíram, um dos médicos fez-nos finalmente um sinal.*

13h00 PM *Depois de lhe ter suplicado, acabou por passar uma receita. Depois de ter comprado tudo, levo-lhe. Pede para esperar.*

16h30 PM *Enquanto espero que o médico volte, deixo o jovem com o amigo na antecâmara das consultas.*

16h55 PM *Estou de volta. As crianças fugiram. Volto ao "cartel", onde também não estão.*

19h00 AM *do dia seguinte. Regresso ao "cartel", o Gary está, levo-o novamente ao hospital com o material e os medicamentos em mãos.*

10h00 AM *Um médico trata o jovem Gary.*

Durante uma semana e meia, fui todos os dias ao "cartel" do jovem Gary para lhe levar os remédios. Hoje, estamos satisfeitos, Gary está vivo, como os seus dois pés, e em grande forma.»

Ateliê dos Educadores de Rua do Haiti

Para não perder o fio nem o fôlego, importa ao Educador de Rua reequilibrar regularmente o seu grau de investimento de tempo no terreno.

• O Educador de Rua deve constantemente rever o seu itinerário e o seu horário para atingir diversos públicos e para acompanhar a dinâmica dos seus modos de vida:

- planificação de momentos (estações, dia/noite, doseamento entre a regularidade e as variações de horário e de itinerário);
- escolha dos lugares (equipamentos socioeducativos, espaços comerciais, ruas, largos, átrios, caves, cafés...);
- ferramentas de observação e de análise (apontamentos, sínteses, reflexões colectivas...);
- qualidade da informação da equipa e das relações com os parceiros.

• Assim, à medida que assinala e frequenta os sítios onde se concentram as populações visadas, ele deve ao mesmo tempo encontrar estratégias para se tornar acessível aos solitários e "fugitivos" que permanecem afastados desses lugares.

Porém, observa-se que o ritmo da prática vai mudando com o tempo: o risco é de, passados alguns anos, já não haver quase nenhum trabalho educativo de rua. À medida que se avança, o tempo enche-se de pedidos e encontros planificados, a tal ponto que se torna difícil manter uma disponibilidade suficiente para estar de facto presente na rua.

– Deve-se gerir/**equilibrar o fluxo de pedidos e a continuidade de tempo de rua: reservar na agenda uns dias RUA**.

– **Esta presença no terreno é muito importante,** entre outras razões, **para atingir os adolescentes que,** geralmente, **têm mais tendência para interpelar o Educador de Rua na rua para falar, quando sentem essa necessidade.**

– Deve-se **manter:**

- **O tempo de presença, para ir ter com aqueles que não vão ter connosco** e que são o público prioritário para o Educador de Rua.
- **A tónica sobre a disponibilidade do Educador de Rua, que é uma característica desta prática.**
- **A regularidade das presenças na rua, precisando e cumprindo os lugares e os dias.**

2.2.3. O "vaguear": uma das principais chaves do Educador de Rua.

O tempo gasto no processo de imersão constitui uma das chaves da aproximação, por dar a oportunidade de captar a cartografia e o ritmo da rua, permitindo uma melhor adaptação. O conhecimento subtil dos lugares e dos seus usos, assim como das relações que neles se estabelecem passam a ser trunfos importantes para posicionar-se num novo meio. "Perder tempo" a "não fazer nada", vaguear pelo bairro é necessário em trabalho educativo de rua para o Educador se impregnar do ambiente e dos códigos do meio ao mesmo tempo que se cria subtilmente um lugar sem chocar os públicos visados com a imposição de um mandato.

«Encontrei um dia uma criança da rua, Rocky, com oito anos, que mendigava nas esplanadas de Matonge, um bairro animado da Freguesia de Kalamu, em Kinshasa. No momento do primeiro contacto, não pensava que poderia conseguir o feito de uma reunificação familiar.

Abordei o Rocky oferecendo-lhe um refresco e um pouco de comida, porque ele tinha mesmo fome.

Ao fim de vários encontros, a criança acabou por me falar, com toda a sinceridade, da sua situação. A mãe tinha ido para Angola quando ele tinha quatro anos, quando o pai morreu. Não tinha ninguém para o sustentar (escola, roupa, comida...). Mas antes de ficar na rua, vivia com o avô.

Depois de ter obtido, da criança, os dados da família, conduzi um inquérito junto do avô, que reconheceu que o neto tinha desaparecido há 13 meses. Um encontro marcado com Rocky foi suficiente para que depois o levasse junto do avô para uma reunificação com muita alegria. Hoje, o pequeno Rocky retomou uma vida normal.»

Ateliê dos Educadores de Rua da República Democrática do Congo

O "vaguear" é uma técnica privilegiada por muitos Educadores de Rua para tomar o pulso das populações visadas e facilitar assim o acesso a hipóteses de um futuro melhor. Como foi relembrado pelos colegas bascos na reunião de Oslo em 2007, aprender a arte de "não fazer nada" pode tornar-se a chave de contacto em trabalho educativo de rua.

«Um truque para se sentir confortável nos locais frequentados por aqueles que queremos atingir: chegar um pouco mais cedo e estar ocupado, por exemplo lendo um jornal. Instrutivo, o trabalho educativo de rua!»

Ateliê dos Educadores de Rua do Quebeque

Concretamente, se existem projectos de trabalho educativo de rua "prontos a aplicar e pré-programados", importa salientar no entanto que as coisas correm sempre de maneira imprevista. Primeiro, porque um episódio acontece muitas vezes de forma fortuita –e episódios, há muitos–, e depois porque os elementos que permitem um acompanhamento eficaz são raramente previsíveis.

Em vez de uma formatação da acção, é melhor conceber o projecto pelo seu processo, e à medida que vão acontecendo episódios, histórias, encontros... A qualidade dum processo desses é tanto mais interessante quanto permite **evolução** e **criatividade.** Nesse estádio, as capacidades de observação e de análise são primordiais.

A não-planificação a priori não retira nada à necessidade para o Educador de Rua de trabalhar de maneira **pertinente, eficiente** e sobretudo, de estar **preparado** para agir e acompanhar.

A **qualidade** do processo é mais importante do que os resultados visíveis. Esta abordagem não significa contudo menos **atenção, implicação** e **investimento** por parte do Educador de Rua, que deverá estar **receptivo** a tudo o que a situação vai induzir graças a ele e/ou apesar dele.

«Ela mendigava e limpava vidros de carros na rua, com os filhos. No nosso primeiro contacto, ela mostrava-se bastante hesitante em falar com "estrangeiros". Ela perguntou a nossa profissão, o que fazíamos. Apresentámo-nos como sendo professores que tentavam integrar crianças na escola. Conversámos com ela de maneira amigável, perguntando pela saúde dos filhos, mais particularmente a do mais novo (sete meses, na altura), o que favoreceu a comunicação. Depois de mais de quatro meses de encontros regulares na rua, a equipa dos Educadores de Rua conseguiu uma boa relação com ela e implicá-la, com os filhos, em todas as actividades que organizávamos.

É muito importante esclarecer que não procurámos informações da parte dela em todos os contactos tidos com a família. Saber ouvir implica que a equipa saiba estabelecer um contacto permanente e estável com o grupo-alvo em geral. No nosso caso, esta mãe começou a desvendar espontaneamente as suas impressões sobre a sua situação e as suas preocupações relativamente aos filhos, dizendo-se pronta para começar uma vida longe da rua. »

Ateliê dos Educadores de Rua da Albânia

2.2.4. Dar-se a conhecer no meio, consolidar os contactos.

Ao procurar estar o mais acessível e disponível quanto possível, o Educador de Rua passa a fazer parte do cenário. Inserido no tecido social, através de diversas redes de relações com actores significativos do meio, "pivôs" ou "intermediários", este interveniente de proximidade torna-se capaz de animar uma certa sociabilidade e assim contribuir para o crescimento do bem-estar social pela activação e a recuperação de solidariedades de base.

«Nas escolas, ela entrou em contacto com os vigilantes e auxiliares de lazer para facilitar o seu acesso à praça. Participou também num Conselho de uma escola polivalente.»

Ateliê dos Educadores de Rua do Quebeque

As primeiras pessoas com quem estabelecemos relação agem muitas vezes como multiplicadores de contactos.

No Quebeque, fala-se de "poteau", termo utilizado para designar as pessoas com quem o Educador de Rua mantém uma relação privilegiada e que o ajudam a integrar-se em certos contextos ou a transmitir mensagens para dentro do meio. Conforme os países, usam-se nomes diferentes para essas pessoas que ajudam a introduzir o educador: intermediários, contactos, parceiros...

«Trata-se de estabelecer laços com terceiros que partilham o mesmo espaço ou que estão na vizinhança de um jovem da rua (por exemplo o dono de um albergue popular, a vendedora de cigarros, os grupos frequentados pelos jovens...). »

Ateliê dos Educadores de Rua do Vietname

Situar-se de maneira eficaz no campo da parceria impõe a cada um de precisar bem a sua missão e de apresentar claramente as práticas que envolve.

Tem que se pensar o que responder quando nos perguntam "O que fazes?", porque é uma pergunta recorrente.

- **A resposta é variável, conforme a idade da pessoa que coloca a pergunta.**
- **Deve-se insistir na confidencialidade** como valor central desta prática.
- **É importante explicar o porquê dos relacionamentos com jovens e adultos,** evocar a relação de ser e dar exemplos.
- O educador deve sentir-se pronto para **explicar os seus relacionamentos com o organismo que nos contrata e com os outros** (por exemplo: a polícia).

Muitas vezes, pede-se aos Educadores de Rua que participem na manutenção ou no restabelecimento da segurança e do clima social. Os representantes políticos querem pensar que os modos de acção podem convergir, ou até confundirem-se: já se viu pedirem às vezes à polícia para realizar uma acção de animação social com jovens, e aos Educadores de Rua para contribuírem para a ordem pública...

Os jovens e outros públicos em dificuldade precisam de balizas para se reinscreverem numa relação construtiva com a lei. Os papéis respectivos da polícia e da equipa educativa devem ser clarificados e as práticas de cada uma têm que ser coerentes e distintas.

O Educador de Rua é portador da lei e muitas vezes o único adulto com o qual os jovens ou outros públicos excluídos podem estabelecer uma relação livre e estável.

– Uma espécie de teste é às vezes implementado pelos jovens, sobretudo para verificarem as reacções do Educador de Rua. Ele deverá encontrar, apesar da dificuldade, o caminho que o posicionará como adulto credível e referencial.

«Uma espécie de teste, no parque, foi de observar a reacção do Educador de Rua perante uma faca que saía subtilmente de uma peça de roupa»

Ateliê dos Educadores de Rua do Quebeque

O trabalho educativo de rua é uma prática socioeducativa face a um público em situação de sofrimento social, no seu meio de vida. Enunciar esta afirmação coloca de facto o Educador de Rua numa teia de desafios, interesses, interlocutores e actores múltiplos:

– Os jovens e adultos a quem a acção diz respeito;

– os habitantes do bairro;

– os profissionais da acção social;

– os Autarcas.

A equipa de Educadores de Rua deverá portanto negociar o seu lugar, o que implica uma definição clara das especificidades desta prática que é ao mesmo tempo educativa e informal. Os termos usados para a descrever –"educação no meio de vida", "presença social ou presença educativa no bairro», "trabalho de proximidade"...–, não dão conta dessas dimensões particulares.

Alguns comanditários e/ou instituições desejam às vezes que a equipa de Educadores de Rua seja identificada como parceira antes do trabalho de aproximação e da relação com os públicos-alvo. É essencial relembrar no entanto que no arranque de uma acção de trabalho educativo de rua, a primeira etapa deve ser o estabelecimento de uma relação com os públicos encontrados.

2.3. Métodos do trabalho educativo de rua.

A educação não formal e informal e a acção centrada no contexto de vida da criança, do jovem ou do adulto são realizados, essencialmente, através de **três tipos de acções:**

- **o acompanhamento individual;**
- **a acção colectiva;**
- **a acção comunitária.**

É interessante sublinhar, a partir dos testemunhos recebidos, o facto de que o trabalho educativo de rua é vivido muitas vezes como **processo** cujas modalidades são raramente preestabelecidas. Importa também salientar que este processo desenvolve-se **explorando as potencialidades** da situação e que nessa perspectiva, os **objectivos** e a **intenção** parecem secundários.

Se, efectivamente, o método se baseia nas **potencialidades** (do jovem, por exemplo), o Educador de Rua não deverá implementar **a sua** solução. Deverá antes esperar que algumas condições convirjam, para finalmente **acompanhar** uma dinâmica tornada inelutável.

O **contexto** e o **meio** não se dissociam de forma alguma deste acompanhamento, que se deve suportar no que se vive e no que existe no quotidiano. **Antecipar, acompanhar** e **consolidar** os efeitos obtidos constituem, portanto, a trama do trabalho educativo de rua. Conforme é analisado mais à frente, na secção sobre a avaliação, esta maneira de abordar a intervenção apostando nas potencialidades e nas circunstâncias da situação, em vez de aplicar uma solução predefinida, inscreve-se numa lógica dita de **propensão,** que se distingue da lógica **instrumental.**

Variando de acordo com os públicos visados, e conforme as missões à volta das quais se articula o mandato singular de cada Educador de Rua, alguns utilizam à vezes "iscos" materiais que devem corresponder à cultura e às necessidades das pessoas abordadas. Um cupão-refeição, algo para petiscar, uma bola ou um outro equipamento de desporto, bilhetes de espectáculo, um bilhete de transporte, material técnico e uma sala para fazer rádio, gravação musical ou montagem vídeo, ou então preservativos, seringas... podem ser exemplos de ferramentas utilizadas para empreender um relacionamento educativo com as pessoas acompanhadas. Claro que essas ferramentas têm mais pertinência quando se inscrevem como suporte de uma relação de acompanhamento mais significativa, enquanto que perdem do seu alcance se passam a representar apenas uma finalidade em si.

Código ético dos Educadores de Rua.

« – O processo educativo implica uma relação horizontal participativa.

– O laço a estabelecer com o habitante da rua deve traduzir-se numa relação baseada numa óptica educativa.

– A intencionalidade da nossa intervenção deve ser clara, assim como tudo o que é proposto.

– Toda a acção do educador procura garantir a integridade dos habitantes da rua e do próprio educador.

– Procura-se a coerência entre aquilo que dizemos, fazemos e pensamos (ser, fazer e saber).

– O processo educativo da pessoa que vive na rua é sempre prioritário face ao nosso interesse pessoal.

– *Como profissionais, é importante reconhecer o que nos afecta de um ponto de vista emocional enquanto estamos a desenvolver o nosso trabalho.*
– *No seguimento da nossa acção profissional, é necessário contar com um espaço de escuta que nos permita expressar o que nos inquieta ou o que achamos que põe a intervenção em perigo.*
– *O nosso trabalho educativo é baseado num quadro teórico e metodológico que deve garantir a existência de referências para a nossa acção.*
– *A complexidade do nosso trabalho exige que beneficiemos de uma formação permanente.»*

Ateliê dos Educadores de Rua do México

Partindo desta concepção global de intervenção, que se propõe potenciar os recursos do meio em interacção com os recursos investidos pelo Educador de Rua, percebe-se que os vários níveis de acção –individual, colectivo e comunitário–, entrecruzam-se com frequência. Para uma melhor compreensão destes aspectos complementares da intervenção, relembram-se a seguir as definições formuladas pelos membros da Rede internacional dos Educadores de Rua no "Guia de formação em comunicação com a comunicação social", publicado em 2005.

2.3.1. O acompanhamento individual.

«No seguimento de pedidos formulados pelo público-alvo, um acompanhamento pode iniciar-se. Este acompanhamento só se concebe através de uma abordagem global, não dissociada das realidades quotidianas. Ele deve ser encarado como um processo participativo com carácter educativo, apontando para a emancipação e para a autonomia do público-alvo.

Esta abordagem participativa pretende atribuir (ou reatribuir) ao público-alvo um lugar de actor-sujeito na sua totalidade, para poder agir sobre a sua situação, o seu futuro e o seu contexto. A intervenção é muitas vezes generalista e multiforme: ela pode ir da escuta até à mediação, do apoio na luta pela sobrevivência até à realização pessoal. As possibilidades e as situações são muito vastas.»

Durante as suas voltas no bairro, o Educador de Rua pode assim ser solicitado para acompanhar as pessoas em diversos aspectos das suas realidades, seja pontualmente ou a longo prazo, para os "pequenos problemas" ou para dificuldades mais consequentes.

O Educador de Rua propõe portanto uma ajuda participativa implicando uma adesão e uma aliança que provêm do respeito pela defesa dos direitos individuais, da confidencialidade e do reconhecimento da capacidade do indivíduo em emancipar-se.

Escuta e negociação na ajuda individual.

Uma vez o contacto estabelecido, começa então uma outra fase na relação: falar do que interessa à pessoa, das coisas importantes e das coisas banais, passar tempo juntos, interessar-se e descobrir-se. Ao entrar nesta fase, os pedidos começam a aparecer, as necessidades e os medos podem ser verbalizados.

A partir desse momento, e usando diversas técnicas e ferramentas, faz-se a dois um diagnóstico da situação, torna-se consciente o pedido reelaborado e ajuda-se a pessoa a encarar um plano de acção. Esta fase pode ser mais ou menos estruturada, mas é importante que um plano de acção seja estabelecido, para que as duas partes saibam para onde caminha esta relação educativa.

Trata-se nomeadamente de recapitular a situação, os objectivos a atingir, os meios e tácticas a implementar. Regularmente, o plano será revisto com as pessoas e com a equipa, de maneira a avaliar o processo. Assim, evitar-se-ão atitudes paternalistas e contraproducentes, e coloca-se o sujeito numa posição de actor da mudança.

«É preciso relembrar isto? O Educador de Rua é muitas vezes obrigado a jogar a longo prazo: a fragilidade e a complexidade dos públicos que acompanha impõem-lhe todo um mundo de paciência, um tesouro de engenho.

O restauro da auto-estima passa também pela readaptação no meio. Ou seja, uma pessoa pode mais facilmente conseguir aceitar-se a si própria a partir do momento em que se dá conta que está a ser aceite pelos outros, que tem um lugar entre eles, que já não está estigmatizada ou a ser vítima de rejeição.»

Ateliê dos Educadores de Rua do Senegal

O processo da relação de ajuda.

O Educador de Rua está disponível e preparado para que as pessoas possam contactá-lo. Este trabalho é laborioso porque não é fácil fazer parte da paisagem, fazer cair as defesas face a um estrangeiro e falar à vontade. Esse momento é o mais importante, é quando se cria o elo, precário e frágil mas fundamental, para começar a puxar os fios da história e abrir um espaço de escuta.

Mas é preciso tempo, porque muitas vezes o pedido inicial camufla a verdadeira necessidade. Os pedidos podem ser relacionados com necessidades materiais (alimentação, habitação, saúde...), com problemas ligados ao consumo de drogas, à necessidade de encontrar um trabalho, a uma urgência ligada a uma situação emocional, à necessidade de alargar as relações positivas num contexto familiar irrespirável ou frágil... A cada indivíduo corresponde um pedido particular.

«As conversas particulares constituem uma fase chave do acompanhamento. A frequência dos encontros adapta-se em função dos objectivos e das problemáticas. A dificuldade reside na avaliação correcta das capacidades e da motivação do jovem, de modo a respeitar o seu ritmo de progressão. Isto requer ajustamentos permanentes das propostas e respostas educativas. A análise que fazemos no primeiro encontro é que serve de base ao acompanhamento mas, ao longo do processo, surgem outros elementos que nos obrigam a reajustar a nossa ajuda.

A situação escolhida descreve o percurso de Anis, dezoito anos, durante um período de seis meses.

Este jovem não foi assinalado pela equipa, mas a sua detenção, na consequência de um acto de vandalismo no bairro, sensibiliza a equipa. Só depois da saída da prisão e de uma temporada num centro de detenção é que temos a hipótese de nos encontrarmos com ele.

O encontro com o Anis faz-se no bairro. A animadora dos Serviços "Point Information Jeunesse" põe-nos em contacto. Exprime a necessidade de uma ajuda: dorme há seis meses num carro, pois tem sido expulso de casa pela mãe por questões de violência.

O primeiro encontro tem lugar na sala. O único pedido de Anis tem a ver com a questão do alojamento. Para ele, o aspecto complicado de suportar nesta situação é que não pode

tomar banho com regularidade. Falamos com ele de Point d'Eau (banhos públicos) onde pode tomar um duche, lavar a roupa gratuitamente, e ter um apartado dos correios. Já conhece toda a rede dos serviços reservados às pessoas sem abrigo ou sem recursos de Grenoble.

Anis explica-nos que já tem dormido duas ou três vezes no Centro de Acolhimento Municipal (CAM) situado do outro lado da cidade, mas acha que as condições para ser aceite são demasiado restritivas. Tem que se estar lá antes das 17h para reservar um lugar, e o acesso é negado a quem está sob o efeito do álcool ou de drogas. Quer dizer que quando se "rebenta" com os amigos, acaba por dormir num carro.

Nessa primeira parte do encontro, vários sinais revelam que este rapaz esconde um grande sofrimento: o seu forte consumo regular de álcool, de cannabis, e o seu desleixo corporal denunciam o seu mal-estar.

Ficamos surpreendidos de ver que Anis aceita o seu estatuto de sem-abrigo e que não se posiciona como vítima. Geralmente, quando ajudamos um jovem que é expulso do domicílio familiar, é raro que aceite ir dormir no CAM e frequentar lugares concebidos para os sem-abrigo. Identificar-se com esse grupo é muito duro.

Depois de ouvirmos o seu pedido, tentamos introduzir o quadro da realidade. Encontrar uma casa vai talvez demorar uns dias, ou mesmo uns meses. O contexto actual torna o acesso ao alojamento temporário muito difícil. O Anis deve portanto explorar também a sua própria rede (família, amigos).

Ele fala-nos das suas relações com a mãe usando palavras muito violentas. O paradoxo é que no fim da sessão, quando lhe propomos fazer um estágio de inserção profissional, ele pede-nos para a contactarmos para que o aloje durante as três semanas em que vai trabalhar. Mesmo sem insistir nas perguntas sobre esse tema, temos consciência de que é aí que está a chave da problemática de Anis.

Anis nunca trabalhou, o seu nível escolar é baixo. E o seu sonho é fazer mudanças de mobílias. Conta-nos rapidamente a sua história e diz-nos que ainda tem actualmente um educador PJJ, do Ministério da Justiça, referente. Não tem afinidades com ele e nunca o vê. Pedimos-lhe autorização para contactá-lo, de forma a mantê-lo informado dos passos que vamos empreender juntos. Anis aceita.

Esta conversa permitiu-nos diagnosticar a situação deste jovem e avaliar os vários aspectos a tratar:

- *primeiro aspecto: a habitação, a alimentação, a higiene corporal;*
- *segundo aspecto: o seu sofrimento (o acidente, a relação com a mãe) e a auto-estima;*
- *terceiro aspecto: as consequências desse sofrimento (o seu consumo de álcool e de cannabis, o seu comportamento violento, os seus actos delinquentes).»*

Excerto do relatório de actividades 2007 da equipa Eybens França

Trata-se de um apoio que assenta numa metodologia que considera a variedade dos contextos e dos sujeitos, assim como a complexidade das diferenças. Quanto mais difícil é a situação do público, mais importante se torna o aspecto "tempo" da relação, sobretudo a perspectiva do longo prazo.

O Educador de Rua acompanhará a pessoa até onde esta última o deseja, na sua procura de uma saída melhor, até à fronteira do possível, sem julgar, sem moralizar, concentrando-se apenas na pessoa, nas suas capacidades e nas potencialidades da situação.

«Estamos em Dezembro de 2003, são duas da manhã. Michèle deixa o salão de Laurence, na companhia do seu fiel cachorro: Fifille. Esta pára em frente de um salão de uma senhora, até agora desconhecida da Michèle, e provoca nela um sorriso. Michèle entra para a conhecer.

O seu nome de trabalho é Isabelle. Tem perto de cinquenta anos. Parece ter bebido bastante. As duas começam a conversar, primeiro dos seus cães e depois um pouco mais dela e da sua vida, sem auto-comiseração.

Há vinte anos que se prostitui (desde os seus trinta anos). É casada com um homem violento e têm um filho com 20 anos, que se tornou esquizofrénico. A conversa dura cerca de uma hora mas os contactos vão ter uma continuidade. Michèle vai aprender muito mais sobre esta mulher cuja vida não lhe sorriu.

O seu percurso é de facto muito difícil: em pequena, o seu pai suicida-se, atirando-se à água com a irmã mais nova. Pouco tempo depois, a mãe faz igual. A sua guarda passa de mãos em mãos e ela vê desaparecer todos os seres que lhe são próximos.

Em 1984, ela perde a sua filha, num rapto trágico. A menina foi torturada e violada por um casal, história horrível e insuportável. Os culpados estão a acabar de cumprir a sua pena de prisão (o que Isabelle vive muito mal). Ela confia-se muito a Michèle e uma noite conta-lhe que vive muito mal a sua prostituição e que o marido lhe torna a vida insuportável, que a isola de tudo (e ainda por cima fica com todo o dinheiro que ganha). Não quer voltar para casa. Michèle dá-lhe o contacto de um abrigo de noite que aceita alojá-la mas Isabelle tem medo e deixa o abrigo a meio da noite. Refugia-se em casa dum cliente: Joseph. Isabelle, que duvida das intenções do cliente - que tem um grave problema de álcool -, decide deixar esse domicílio. Acha que as coisas não correm bem. Desconfiada, vai-se embora.

Michèle encaminha-a então para uma outra associação, que lhe encontra uma casa. Isabelle deixa de trabalhar. Sempre viveu da prostituição mas desta vez, com a ajuda do Centro Público de Ajuda Social, ela está mesmo decidida a parar. Actualmente, está em processo de divórcio e começa, finalmente, aos cinquenta anos, a saborear a vida, devagarinho. A história acaba bem: hoje, forma um casal com o Joseph, e os dois parecem estar apaixonados e apaziguados.»

Ateliê dos Educadores de Rua da Bélgica

2.3.2. A acção colectiva.

«A acção colectiva pode constituir uma porta de entrada, uma passagem, uma continuidade ou um resultado da acção global. Quer se trate, por exemplo, de desporto ou de actividades culturais e artísticas, esses diferentes suportes permitem atingir os objectivos sócio-educativos pretendidos.

Concretamente, o trabalho educativo de rua apoia-se em todo o tipo de actividades, que são sempre ocasiões de construir uma vivência comum e, a partir daí, gerar uma confiança acrescida.

O grande público fica por vezes surpreendido com esta dimensão lúdica. Na realidade, esta vertente da acção contribui para a implementação de um dos aspectos mais subtis da metodologia do trabalho educativo de rua a que chamamos de "duplo engodo[3]", conceito associado à lógica de propensão descrito mais à frente (2.3.5.).

3. Engodo: Tradução de "amorce" (fr.), termo de pesca significando "isco". No sentido figurado: "atractivo", "chamariz"...

Numa primeira fase, a intervenção através das actividades e dos encontros na rua parece não ter muito conteúdo, não ter muita importância. Mas numa segunda fase, quando uma situação problemática aparece, a qualidade do primeiro momento revelar-se-á determinante para ultrapassar a dificuldade. Esta abordagem pressupõe uma verdadeira antecipação: tudo está preparado para ser-se eficaz no momento mais oportuno.»[4]

«Para entrar em contacto com o público-alvo, é por vezes útil usar o que poderíamos chamar uns "pretextos para o encontro". Para os Educadores de Rua que trabalham com crianças ou adolescentes, um meio excelente consiste na proposta de animações colectivas espontâneas em espaços públicos (capoeira, percussões, malabarismo, futebol...). É primordial que essas actividades sejam logo apresentadas pelo que são realmente e que expliquemos claramente quem somos e porque é que estamos ali: "Somos educadores; temos competências, tempo, e uma obrigação de segredo profissional; se um de vocês tem uma dificuldade qualquer, estamos à vossa disposição; se ninguém tem problemas ou se alguém tem um problema mas não lhe apetece falar... então jogamos à bola."

Para os Educadores de Rua que trabalham com adultos, os pretextos para o encontro podem ser muito variados: distribuição de preservativos ou de seringas, tigela de sopa ou caneca de café... Alguns pretextos podem ser surpreendentes, como no caso dessa educadora de Liège que frequenta à noite os bairros das prostitutas: faz-se sistematicamente acompanhar pela sua cadelinha "Fifille" que vale muitos outros pretextos de encontro.»

Ateliê dos Educadores de Rua da Bélgica

«Em várias outras regiões do mundo, organizam-se actividades de circo com jovens da rua. "Cirque du monde", um projecto iniciado pelo Cirque du Soleil de Montreal, opera efectivamente em vários países. No Quebeque, várias cidades acolhem um projecto "Cirque du Monde" que permite partilhar com jovens um processo de aprendizagem simultaneamente lúdico e disciplinado que contribui para a aquisição de confiança e de competências, assim como para a prossecução de projectos colectivos geradores de reconhecimento social, ou por vezes profissonal.»

Ateliê dos Educadores de Rua do Quebeque

Perspectiva de grupo.

Esta maneira de funcionar é mais generalizada nos países mediterrânicos e do Sul do que no Norte. Nas sociedades do Sul, é difícil abordar qualquer assunto fora do grupo. E o grupo é necessário para chegar até ao indivíduo. Por outro lado, se se faz um bom trabalho com os grupos, estes serão um apoio tanto para os indivíduos como para os actores de prevenção.

Fala-se também aqui dos objectivos de grupo e dos tempos, e organizam-se actividades de lazer e de tempos livres com jovens e adolescentes, ou actividades de iniciação ao emprego, de promoção cultural, ateliês de formação, iniciativas associativas, tais como a promoção da saúde, etc.

4. Excerto do Guide de formation. Travail social de rue et communication vers les médias. Edwin de Boevé & Philippe Gosseries, 2005.

«Em Belo Horizonte, utilizamos a Capoeira e as percussões como meio de abordagem e de cativação dos jovens. A longo prazo, esta animação colectiva tem outras vantagens pedagógicas.

Historicamente, a Capoeira era utilizada pelos escravos de origem africana como treino de luta defensiva. Mais tarde, esta luta tornou-se uma arte que permite aos jovens emanciparem-se e, por vezes, encontrar um emprego. É também para eles a ocasião de reencontrar referências perdidas, como uma certa disciplina e o respeito pela hierarquia, baseada nas performances acrobáticas e no caminho iniciático. Porventura, o jovem capoeirista pode, por sua vez, desempenhar um papel educativo importante, tornando-se um exemplo na sua favela de origem.»

Ateliê dos Educadores de Rua do Brasil

2.3.3. A acção comunitária.

«O Educador de Rua não pode dissociar as suas intervenções dos contextos nos quais está a agir. Por essa razão, tem em conta o conjunto dos actores locais potenciais podendo interagir com eles. Ele participa assim nas diversas dinâmicas criadas por –e com– a comunidade local, sem perder a sua completa especificidade de actor.

O Educador de Rua terá em especial atenção a manutenção e/ou a emergência de redes sociais de solidariedade.

Pela sua acção, o Educador de Rua integra-se no contexto no qual se move. Assim, o conjunto dos actores acaba por reconhecê-lo como pessoa credível e referência susceptível de trazer à comunidade ferramentas úteis para o seu funcionamento e para a resposta às suas necessidades.

Graças à ajuda individual que ele pode dar, o Educador de Rua confronta-se com múltiplos problemas do âmbito da vida privada e individual das pessoas. O trabalho comunitário serve precisamente para retraduzir esses dados numa **dimensão pública.**

Trata-se na realidade de transformar certos **problemas recorrentes** *vividos individualmente em problemáticas colectivas, que deverão ser* **preocupações de sociedade** *presentes na agenda política.»*[5]

Perspectiva comunitária.

Além de permitir diagnósticos globais e de perceber os problemas aos quais deve fazer face, o Educador de Rua tem uma visão sistémica de um determinado contexto. Este ponto de vista pressupõe uma abertura das perspectivas no próprio bairro para as pessoas que os Educadores acompanham, de modo a permitir-lhes aproximarem-se do que já existe e de criar o que ainda não existe, e para que o resto da população possa também ser beneficiada.

«Em Colomiers, no Sul de França, um dos aspectos do trabalho educativo de rua é pensado a partir dos lugares de vida do bairro, permitindo juntar as várias faixas etárias numa vontade de misturar as origens sociais e culturais.

O objectivo é pedir às pessoas encontradas que exponham as suas paixões, os seus desejos, as suas vontades e que transformem esses entusiasmos em propostas de projectos e

5. Excerto do Guide de formation. Travail social de rue et communication vers les médias. Edwin de Boevé & Philippe Gosseries, 2005.

actividades para o bairro. É proposto que a pessoa exprima a ideia / projecto perante a câmara de filmar ou, se for difícil, que escreva. O fruto dessa recolha é depois apresentado em refeições colectivas na praça principal onde são convidados todos os habitantes que participam na criação dum verdadeiro diagnóstico de cidadãos a partir das ideias / projectos expressos e das discussões que elas geram. No seguimento da actividade são implementados ateliês de prospectiva.»

ACSE Colomiers[6]

Usamos aqui a tomada do poder por parte dos públicos-alvo, a sua participação e criatividade, assim como o seu sentimento de utilidade social. Os problemas individuais, as dificuldades e os conflitos pessoais devem exprimir-se mais amplamente. Da mesma maneira, o trabalho educativo de rua deve apoiar as dinâmicas associativas locais para que essas populações possam utilizar um canal de expressão, um suporte social ou uma possibilidade de participar na vida da cidade.

«Quando uma relação de confiança se estabelece entre o Educador de Rua e o seu público, ele é muitas vezes considerado como a pessoa que detém a chave das soluções de todos os problemas. Tive essa experiência, no dia 12 de Janeiro 2007, num encontro com 37 crianças de Malueka, um bairro desfavorecido da Freguesia de Ngaliema, em Kinshasa. Essas crianças em situação difícil, mais alguns pais, estavam mobilizados e reunidos na residência familiar de um amigo do bairro. O objectivo do encontro era a abertura de um sítio de formação para as crianças mensageiras da paz a Malueka (Kinshasa Oeste).

Ao longo desta conversa colectiva, as crianças interpelaram-me sobre diversos problemas (escolarização, falta de electricidade no bairro, falta de material escolar...), pedindo-me que encontrasse soluções. Da mesma forma, algumas mães pediram-me para defender a causa das crianças de Malueka junto do Governo e das instituições das Nações Unidas, nomeadamente a UNICEF. Isto tudo apesar do esclarecimento feito sobre o objectivo da minha visita, ou seja a formação das crianças mensageiras, baseada num programa bem definido.

Perguntei-me: "Afinal, quem sou eu? Educador ou Pai Natal?"»

Ateliê dos Educadores de Rua da República Democrática do Congo

A análise de terreno feita pelos Educadores de Rua é complementar de outras, feitas por outros actores ou parceiros. A acção de rua situa-se numa lógica de mediação, para facilitar o acesso eventual aos dispositivos previstos para os jovens em dificuldade.

As equipas educativas na rua não devem integrar-se nos vários dispositivos dos quais os jovens com mais dificuldades são afastados ou excluídos. A sua missão visa aliás restabelecer os elos entre esses jovens e o seu meio e ajudá-los a usufruir dos dispositivos. Mas as equipas devem evitar serem confundidas com estruturas não inclusivas.

Em contrapartida, o Educador de Rua, a equipa, devem trazer aos diversos parceiros os seus conhecimentos específicos relativamente aos jovens em dificuldade e as disfunções sociais.

6. www.acse.info

2.3.4

As diferentes concepções do trabalho educativo de rua.[7]

Modo de abordagem	Aspecto técnico do trabalho educativo de rua	Aspecto político do trabalho educativo de rua	Interacções entre as diferentes concepções
Concepção comunitária	O trabalho educativo de rua é um modo de abordagem cujo objectivo é atingir, através dos jovens, os adultos e o conjunto dos actores locais.	O trabalho educativo de rua "desaparece" progressivamente e transforma-se em trabalho comunitário propriamente dito.	O trabalho educativo de rua constitui uma fase preliminar do trabalho comunitário.
A animação	O trabalho educativo de rua permite aferir os pedidos dos jovens e propor actividades que respondam às suas expectativas.	O trabalho educativo de rua visa a responsabilização das pessoas ajudadas através da realização de projectos de que elas se apropriam progressivamente.	Muitas vezes, a animação constitui uma fase preliminar da educação de rua. Mas não se completam necessariamente num mesmo organismo. Em muitos casos, nota-se uma "especialização" numa destas áreas.
A educação	O trabalho educativo de rua é um modo de aproximação que antecede um acompanhamento individual (acompanhamento social e/ou terapêutico).	O trabalho educativo de rua ajuda à reconstrução da pessoa como actor social, até à reconstrução do seu tecido social. Tenta assim travar a exclusão social.	A animação é mais frequentemente utilizada como uma fase preliminar da educação de rua do que vice-versa. Com certas pessoas, é dificilmente concebível propor animações. O trabalho comunitário é difícil porque os meios onde opera o Educador de Rua não têm uma consciência colectiva. É um meio donde se quer sair.

7. Le Travail de rue en communauté française, Relatório de investigação para a fundação Roi Baudouin, Bruxelas, 1994.

2.3.5. Atitudes e posturas.

«O mais importante a considerar não é a natureza das actividades ou das intervenções, mas sim a relação de confiança. Esta depende muito da atitude que os educadores têm com as crianças... Têm que as ouvir antes de lhes dar conselhos, estar atentos, não mentir, acreditar nas capacidades das crianças e valorizá-las, não fazer promessas sem se ter a certeza de poder cumpri-las. São regras de bom senso, e podem ser mais ou menos implícitas, mas não deixam de ser verdadeiras competências profissionais que os educadores adquirem ao longo das suas experiências.»

Ateliê dos Educadores de Rua das Filipinas

Testemunhas dos bastidores onde se joga o quotidiano das situações que vivem as pessoas, os Educadores de Rua têm um acesso privilegiado a aspectos da vida íntima e social da população. Ao lidar com as pessoas no seu dia-a-dia e não em contextos de intervenção formal, os Educadores de Rua podem efectivamente ultrapassar uma leitura sintomática das situações e constatar com mais profundidade as suas condições e estilos de vida, as suas dinâmicas e redes sociais assim como os altos e baixos das suas realidades.

Uma das práticas mais usadas pelo Educador de Rua é a **escuta activa** que, contrariamente a outros dispositivos, é realizada no seio do contexto natural dos sujeitos. São eles quem decidem qual o momento e o local para falar, para fazer um pedido ou uma proposta, para falar sobre um problema. Pode ser praticada num vão de escada dum prédio, num carro, num bar, num passeio... Sentados ou em pé, ou trocando passes de bola, a comunicação está estabelecida; depois, será preciso organizá-la, mas neste estádio ela é extremamente importante. Quando falamos de populações estigmatizadas ou com graves défices de participação social, é muito importante estabelecer canais de escuta directos, confidenciais, voluntários e neutros.

Para conduzir correctamente a escuta, existem técnicas e atitudes a adoptar, e cada educador desenvolve o seu próprio estilo. O mais importante é manter uma posição clara e um quadro de trabalho, porque num esquema tão aberto, facilmente se baralha, desorientando-se assim o sujeito que se quer acompanhar. O Educador de Rua entra e sai do contexto do sujeito; é um transmissor, uma ponte, uma vanguarda, um elo de ligação que consola e apoia. Mas não é um habitante, nem um vizinho, nem um membro da família, nem um amigo.

É aliás importante referir que, no quadro desta missão, trabalhar no bairro onde se vive não é fácil nem adequado.

«O educador, como intermediário entre dois mundos, deve também explicar na rua a lógica social dominante, as suas vias, os seus mecanismos e os seus caminhos.»

Ateliê dos Educadores de Rua de Espanha (Ateliê de País Basco)

«Os educadores devem (depois de serem aceites pelas crianças e terem ganho a sua confiança) ser diferentes dos adultos que elas conhecem no seu quotidiano. As crianças vêem-nos como um meio de conexão com a realidade existente fora dos guetos sociais.

Isto é facilitado quando os Educadores de Rua não vivem no próprio bairro. A nossa profissão é geralmente absorvente e geradora de stress. Por um lado, temos as horas flexíveis de trabalho, as situações inesperadas e imprevisíveis, a necessidade de estar presente em vários sítios para intervir em momentos de crise, e por outro lado, há os comportamentos

difíceis, agressivos e grosseiros dos jovens, a brutalidade e a pobreza dos guetos com que temos que lidar diariamente. Isto representa só por si um verdadeiro desafio.

Tínhamos Educadores de Rua que faziam um trabalho notável, mas que viviam a poucas ruas do bairro das crianças acompanhadas. Tivemos um problema quando elas começaram a bater à porta de casa dos educadores... Há momentos em que não se quer estar no contexto de trabalho, e essa impossibilidade pode constituir uma verdadeira ameaça.»

Ateliê dos Educadores de Rua de Polónia

Não se tratando apenas de um deslocamento da intervenção para fora (extramuros), esta presença no território do outro condiciona vários aspectos do trabalho educativo de rua. A esse respeito, a adaptação e a discrição que esta posição impõe interpelam singularmente a reflexão metodológica e a ética desta prática.

«O trabalho social de rua é um ofício que exige paciência porque, na maior parte das vezes, os jovens com quem trabalhamos mostram-se caprichosos e agressivos. O Educador de Rua deve observar certas atitudes para conseguir captar a sua atenção: estar disponível para ouvir e não se queixar dos seus comportamentos, ser corajoso e aberto.

Por vezes considerado como cúmplice dos jovens da rua, o educador deve aparentar uma atitude susceptível de ajudar os habitantes do bairro a compreenderem que esses jovens têm um lugar na sociedade humana e merecem uma vida digna.»

Ateliê dos Educadores de Rua da República Democrática do Congo

Existem divergências, nos exemplos citados, no que diz respeito à necessidade de inscrever a acção do Educador de Rua no quadro de uma abordagem **individual** e **afectiva** e/ou **enquadrada institucionalmente.** A questão do compromisso parece no entanto determinante.

A ausência de **julgamento** moralista acerca das situações encontradas é bastante marcada, assim como a importância de respeitar uma certa **discrição,** a **confidencialidade** e o **segredo profissional.**

É também interessante salientar que o **modo de eficácia** procurado na acção é indirecto.

A capacidade de **adaptação constante** ao processo, a sua **inscrição no tempo** e os **efeitos** produzidos pela situação são portanto elementos preponderantes.

Esta abordagem implica a importância de não se fechar numa **planificação prévia** e de aceitar que no **desenrolar do processo** existam **momentos que parecem vazios e ineficazes.**

Estar no terreno e ter uma impressão de ineficácia parece ser uma angústia recorrente dos Educadores de Rua, mas que faz, por vezes, parte do método.

É aqui que se coloca a questão da **complexidade** de qualquer situação.

Geralmente, os Educadores de Rua sentem-se mais à vontade, mas também com mais dúvidas, com um mandato amplo e não centrado numa problemática como a toxicodependência ou a delinquência, por exemplo.

Abordar as diferentes problemáticas de maneira mais **global** e **generalista** permite reposicioná-las melhor umas em relação às outras.

Apostar no processo em curso só pode ser feito no **tempo, progressivamente, devagar e de maneira contínua.**

É interessante fazer a ligação entre a **ajuda individual,** a **acção colectiva** (as actividades) e a **acção comunitária** porque é através da interacção desses três níveis de acção que se realiza o **"duplo engodo"** e que uma real antecipação é possível. O "duplo engodo" consiste em agir em diferentes fases consideradas na sua interdependência e valorizando tanto as dimensões mais informais como formais da acção.

Numa primeira fase, a intervenção através das actividades e os encontros na rua parecem sem grande conteúdo e importância. De facto, estar na conversa ou ocupar-se à volta dum jogo ou dum desporto sem finalidade específica pode parecer de pouca utilidade.

Mas numa segunda fase, quando uma situação problemática aparece, a qualidade do primeiro tempo revelar-se-á determinante para superar a dificuldade. Tudo é implementado **previamente** para ser **eficaz** no **momento mais oportuno.** Na realidade, esta noção de "duplo engodo" realça a ideia que o tempo investido a "não fazer nada" durante um encontro na rua por exemplo ou a "partilhar uma actividade" como um jogo de futebol, dá a oportunidade de tecer um universo de sentido partilhado e uma relação de confiança sobre a qual poder-se-á contar quando uma situação requer a ajuda de um Educador de Rua, quer seja numa base individual, colectiva ou comunitária.

Em suma, trata-se de trabalhar sobre as condições que tornarão a seguir mais eficiente a intervenção do Educador de Rua enquanto o laço entretanto criado tornará possível apoiar-se na situação para desenhar uma acção fortemente ancorada e adaptada às necessidades, às aspirações e à cultura das pessoas envolvidas.

Tudo se joga, metodologicamente, à volta das escolhas que o Educador de Rua fará, num leque de opções possíveis. Poderá ser interessante explorar esta dimensão e esta ideia de que um Educador de Rua mantém sempre **"uma porta aberta"** e uma grande **flexibilidade** na sua acção.

«O Kamel vinha muito regularmente às minhas actividades desportivas. Notava que ele vivia coisas complicadas, estava às vezes coberto de "nódoas negras" mas nunca falava disso. Um dia teve o braço partido, pelo pai. Encontro-o primeiro na rua e ele explica-me o problema. Mais à frente, encontro o pai, que fala do incidente. Combinamos vermo-nos a três para fazer o ponto da situação e deixar que todos se exprimam. Organizou-se assim um acompanhamento regular. Nunca o Kamel teria vindo falar comigo se não tivéssemos gasto tempo para nos conhecermos através das actividades. Pouco a pouco, uma relação de confiança instalou-se, permitindo-me ser eficaz no momento mais importante. Depois deste acompanhamento, o pai nunca mais bateu no filho.»

Ateliê dos Educadores de Rua da Bélgica

Sentido de humor.

Pode parecer secundário, mas o uso do humor é indissociável do trabalho educativo de rua. Aliando inteligência e espírito de perspicácia, o humor permite aligeirar consideravelmente os contextos muitas vezes difíceis.

O humor não deve ser confundido com a ironia ou o cinismo, que podem às vezes magoar os indivíduos.

«Para trabalhar com crianças, temos que ser inventivos, engraçados e dinâmicos. Temos que tentar diversificar as actividades quotidianas tendo em conta os pedidos delas. Assim, as crianças deveriam, em princípio, permanecer atentas e não se aborrecer. »

Ateliê dos Educadores de Rua do Nepal

Inter-relacionar pessoas e dispositivos.

Estas relações servem também para que os dispositivos estejam conectados e constituam itinerários de circulação social. Os educadores direccionam alguns jovens para dispositivos generalistas que não conheciam ou não ousavam utilizar (casas de juventude, instalações desportivas, equipamentos culturais). Os adultos em situação de risco de exclusão social são muitas vezes encaminhados para serviços públicos (apoio jurídico, sistema de saúde, instituições sociais...). O Educador de Rua acompanha, dá segurança aos sujeitos e passa o testemunho a outros profissionais. Estas práticas, que muitas vezes são utilizadas com pessoas em dificuldade social, têm por efeito a melhoria da cooperação entre serviços.

«A metodologia do trabalho educativo de rua compreende também as visitas de famílias e de serviços, assim como actividades propostas nas nossas instalações. O nosso escritório em Tirana está situado no centro da cidade. (...) A localização é para nós uma vantagem, porque não há, no centro, outras organizações a propor os mesmos serviços. Na medida em que a maioria das crianças encontra-se no centro da cidade, a existência de uma estrutura acessível durante as horas de "trabalho" tem sido considerada como realmente necessária.

O grupo-alvo (...) é constituído pelos ciganos do ramo dos Roms e as minorias egípcias. Trata-se de pessoas com características culturais muito fortes mas que sofrem de discriminação social e racial. Viajam muito em toda a Albânia e atravessam muitas vezes as fronteiras sem documentos legais.

As parcerias são o ponto-chave de uma intervenção global e eficaz. Uma rede de várias estruturas estatais e não governamentais opera através do mecanismo de reencaminhamento que é implementado aqui para tornar os serviços acessíveis às crianças e aos seus pais. »

Ateliê dos Educadores de Rua da Albânia

Orientar e abrir novos dispositivos.

Muitos pedidos recebidos vão muito além das capacidades de resposta dos Educadores de Rua, que devem então orientar as pessoas para profissionais mais especializados. Para isso, a prática mais usada é de acompanhar a pessoa e estabelecer um quadro de apoio com o profissional.

Mas às vezes não existe nenhum dispositivo especializado, e é aqui que o trabalho educativo de rua se torna pioneiro e fundador. É frequente que um programa de educação de rua implemente uma experiência piloto para responder a um pedido especial e que, depois de um processo de avaliação, a administração disponibilize recursos para passar da experiência a um programa autónomo. O Educador de Rua pode então continuar o seu trabalho.

Em muitos bairros, não havia ludotecas, serviços de cuidados sanitários para as pessoas que vivem na rua, serviços para jovens, balcões de informação para estrangeiros... Os Educadores de Rua implementam muitas iniciativas deste tipo, e desenvolvem assim novos recursos para a comunidade. Assim, os educadores invadem por um tempo outros espaços educativos, para aumentar as respostas aos pedidos e institucionalizá-las. O Educador de Rua é um barómetro que serve para ajustar os novos serviços à realidade da vivência das pessoas. Muito além da ajuda pontual, esta intervenção tem um impacte notável sobre a comunidade e o alargamento dos direitos.

Favorecer a participação das populações mais vulneráveis.

Nos projectos individuais ou colectivos, tenta-se que as populações tenham acesso aos serviços públicos, e na medida do possível, que possam participar na vida política. Os projectos servem também para dar voz à rua nas administrações e para influenciar novas políticas. Não se trata de uma tarefa fácil, e é um assunto que merece provavelmente ser mais debatido, mas é fundamental, numa construção metodológica, não esquecer essa dimensão política, que tem uma repercussão enorme sobre os indivíduos e sobre as comunidades.

Alargar as perspectivas das pessoas.

Faz-se aqui referência às actividades de descoberta, quer sejam serviços, dispositivos ou lugares. Para as pessoas com pedidos desse tipo, é importante sair do bairro, abrir-se, conquistar novos territórios, tornar-se autónomo, enfrentar olhares desconhecidos, tornar-se anónimo e capaz. O trabalho educativo de rua oferece um acompanhamento nesses processos de abertura, dando-lhes a forma que o sujeito ou a situação requer.

Realizar acções com grupos naturais.

Nos países do Sul, sobretudo, o Educador de Rua trabalha com grupos naturais, que são o melhor veículo para abordar as dinâmicas de grupos e individuais. Propõem-se actividades e, a partir daí, inicia-se um processo em que o grupo se questiona e se consolida. Para os indivíduos, o seu grupo representa tudo, pelo que o reforço dos laços com o grupo constitui a melhor política de prevenção.

Acompanhar e cuidar das pessoas-recurso da comunidade.

Se é importante trabalhar com as pessoas que fazem pedidos concretos, é também necessário apoiar as pessoas de referência que orientam de maneira natural, informam, continuam e organizam a vida comunitária. O trabalho dos Educadores de Rua não seria de nenhuma utilidade se não existisse um substrato de apoio natural integrado na vida quotidiana: empregados de cafés, pequenos comerciantes, polícias, mecânicos, vendedores ambulantes, líderes... Deve-se perder algum tempo e esforço para falar com esses "marcos" do território, para os ouvir, orientá-los a eles também, apoiá-los e discutir com eles as evoluções do bairro.

Fazer parte da vida comunitária.

Na mesma linha, diríamos que o trabalho educativo de rua, apesar do facto de normalmente ser dirigido a indivíduos, constrói-se também sobre os grupos e instala-se numa comunidade que deve ser entendida e reconhecida para ser transformada em cúmplice do trabalho de integração. Além disso, não serve de nada obter mudanças numa situação concreta de uma pessoa se não existir também uma mudança mais profunda e colectiva do contexto. É por isso que o Educador de Rua vive a vida do bairro, faz com que a população com a qual trabalha participe nas suas actividades e que, dessa maneira, fiquem reduzidas as distâncias e desconfianças, podendo assim abrir-se um espaço de confiança e solidariedade.

Agir como mediador na comunidade.

O trabalho de mediação realizado por Educadores de Rua em certos bairros onde se acotovelam residentes, comerciantes e jovens ou adultos, pode ajudar a desfazer tensões e pode mesmo às vezes levar ao melhoramento de certos aspectos da qualidade de vida das pessoas que frequentam a rua, criando oportunidades de solidariedade entre actores que, caso contrário, poderiam prejudicar-se mutuamente.

«Por exemplo, no bairro Mont-Royal da cidade de Montreal, o organismo que faz trabalho educativo de rua oferece desde há alguns anos um serviço de mediação entre os comerciantes e as pessoas da rua de modo a contribuir para uma coabitação, ou até para uma integração mais harmoniosa.»

Ateliê dos Educadores de Rua do Quebeque

«Tendo primeiro rejeitado as crianças que enchiam o seu restaurante e importunavam os seus clientes para obter os seus restos de comida, a cozinheira-proprietária ficou sensibilizada relativamente às necessidades dessas crianças quando um Educador de Rua convidou as crianças a comer à mesa dele.

O reposicionamento da imagem destas crianças provocada pela consideração que o Educador de Rua demonstrou por elas leva a mulher a mudar o seu olhar sobre essas crianças que doravante deixam de ser meros obstáculos ao seu negócio e passam a ser consideradas, plenamente, como pessoas, e vistas como crianças em situação de necessidade. A partir desse momento, em vez de deitar comida fora, ela oferece os alimentos que os clientes deixam no prato. Esse gesto, além de denotar uma alteração na maneira de os considerar, poupa aos jovens os olhares de desdém que sentem quando têm que procurar comida no caixote do lixo. »

Ateliê dos Educadores de Rua do Senegal

Estratégias

- Estar presente e disponível.
- Não julgar as pessoas e limitar-se a considerar os actos e as situações.
- Ser um recurso para a comunidade.
- Interessar-se pelas pessoas e pelas suas histórias.
- Trabalhar com uma perspectiva política e comunitária, ou seja não tratar apenas o indivíduo como sintoma mas como actor de mudança. A intervenção baseia-se na relação e no afecto; isto sem prejuízo de medição de resultados, de comunicação e de aplicação de medidas de ajuda concretas, imediatas e eficazes.
- Trazer à comunidade discursos alternativos aos da estigmatização. Inter-relacionar pessoas, grupos e dispositivos sociais.
- Criar espaços "neutros" para o encontro e a promoção das actividades das pessoas.

Tácticas

- Ser conhecido no bairro.
- Ser discreto e respeitador.
- Possuir informações diversificadas e úteis: primeiros socorros, endereços Internet, redução de riscos, novidades sobre o bairro, relações de parentesco e de amizade...
- Saber descodificar os pedidos.
- Utilizar o corpo como linguagem e como presença para apoiar quer o sofrimento quer o bem-estar.
- Mover-se na interface entre os representantes da administração local e o bairro, entre o institucional e as pessoas. Não vacilar em nenhum desses dois espaços.
- Implementar actividades de formação, de lazer, de aventura, recreativas, etc. com as populações para as quais se trabalha, para lhes abrir novos horizontes, promover a participação e as experiências positivas, para criar laços de confiança e espaços de escuta onde podem surgir pedidos.

Palavras-chaves

- Disponibilidade e proximidade.
- Presença regular e sólida.
- Discrição, respeito dos ritmos e culturas.
- Compreensão do território.
- Compreensão dos tempos.
- Fazer contactos.
- Recurso comunitário.
- A flexibilidade metodológica: adaptação a cada situação.
- Conhecimento e reconhecimento mútuo dos profissionais presentes no terreno.
- Ferramentas e recursos próprios.
- Uma equipa como apoio.

2.4. Gestão do trabalho educativo de rua.

Organizar o trabalho e a gestão dos recursos humanos.

O trabalho em equipa, em duo ou em dupla é de encorajar. Demasiados profissionais esgotam-se por estarem sozinhos e entregues a eles próprios. Conforme os contextos culturais e os mandatos, há equipas que mandam sempre os educadores aos pares para o terreno, enquanto outras vão, em certos sectores, a solo, proporcionando, no entanto, diversos meios de partilha e de troca de experiências, de modo a não deslizarem para uma situação de isolamento (visitas de terreno recíprocas, encontros regulares, contacto telefónico regular, etc.).

A gestão deve apoiar-se num projecto de equipa, de serviço e de sector. Trata-se de um projecto pedagógico onde convém escrever os objectivos globais e operacionais assim como as modalidades de realização. As acções devem ter uma calendarização, de curto e médio prazo.

Embora esse trabalho possa parecer fastidioso ou condicionante, ele é o garante de um contexto institucional forte e propício à mobilização das equipas. Além disso, quanto mais o enquadramento da equipa, do serviço e da instituição está definido, melhor se consegue integrar novos elementos.

Esta gestão por objectivos permite a definição de uma base de trabalho, um fio condutor. Por vezes, certas equipas são destabilizadas por causa de divergências profissionais que têm como consequências:

- A falta de trabalho de equipa (repartição das tarefas, do público, trabalho a solo).
- Uma perda de público e de qualidade nas acções.

Algumas equipas não conseguem resistir às pressões e aos pedidos das diversas instituições, por não terem fixado as suas prioridades.

A normalização rígida é de banir, dada a necessidade de respeitar as diferenças dos terrenos e de expressão das equipas educativas. No entanto, alguns aspectos de gestão devem ser exigidos.

Vários pontos têm que ser considerados:

- Definição clara do organigrama hierárquico e dos perfis dos postos.
- Uma atenção particular deve ser dada à animação pedagógica e à ajuda técnica destinada à equipa educativa.
- Instauração de circuitos de informação internos.

As reuniões de equipa todas as semanas são também momentos de regulação. Realça-se:

- A ordem do dia sistemática.
- O livro de actas.
- O respeito dos horários.
- A implicação dos participantes.
- As condições que favorecem um espaço de expressão para cada um.

As ferramentas e modalidades para produção de informação.

O domínio e a qualificação das ferramentas para produção de informação são indispensáveis. As modalidades de relatório dos profissionais a utilizar podem ser desde fichas de projectos, sumários, fichas individuais de acompanhamento a estudos anuais sobre o público até ao mapa de pessoal.

As agendas onde são consignados todos os encontros, as tarefas e actividades representam a primeira ferramenta de registo do trabalho educativo de rua. De resto, a sua análise qualitativa deve ser feita regularmente de forma a chegar a uma abordagem mais afinada das actividades e da sua diversidade.

As ferramentas são o conjunto dos apontamentos e o livro de bordo da equipa. Os diagnósticos regulares e reactualizados dos bairros, assim como as avaliações, permitirão indicar se há necessidade de reconduzir a acção de forma idêntica ou se há uma necessidade de extensão, ou de deslocamento para outro território.

Qualificar e apoiar as equipas educativas.

Embora faça parte de uma equipa, o Educador de Rua, na sua prática quotidiana, encontra-se muitas vezes sozinho no contacto com os jovens e em muitas situações educativas. Uma equipa é necessária para poder ganhar distância para a análise e para a avaliação das situações e das acções. As equipas de rua não podem fazer tudo. Devem, assim como os seus dirigentes e coordenadores, ter uma noção clara da sua missão e das suas competências.

«Um director com uma experiência de trabalho com jovens comprometeu-se a acompanhar os seus novos educadores no seu trabalho educativo de rua. Isso tem constituído um treino útil "de terreno", reduzido o seu sentimento de isolamento e dado uma nova confiança para trabalhar com jovens em dificuldade. Estar próximo da rua deu também ao director uma melhor compreensão dos problemas que afectam o bairro. Permitiu-lhe falar com mais autoridade nas reuniões com representantes de outras organizações e ganhar um maior reconhecimento do valor do trabalho com jovens em dificuldade.»

Ateliê dos Educadores de Rua do Reino Unido

No quadro dessa missão, a equipa deve poder tomar as iniciativas e os riscos que se impõem. Isto só é possível se a direcção da qual depende a acção está presente e é responsável, se a equipa de terreno beneficia de uma efectiva margem de manobra e se uma confiança recíproca existe entre elas.

A direcção tem a responsabilidade de garantir o suporte, a supervisão e as condições que permitirão prosseguir com um bom ritmo de prática.

Relações entre instituições e entre parceiros.

No decorrer da acção, a presença no terreno e a partilha da vivência com os jovens permitem constituir e manter um "capital de confiança" e um "acompanhamento relacional" necessários à realização da missão.

Quando a equipa de Educadores de Rua está a ser solicitada de forma regular em múltiplos lugares de discussão e de concertação, esta questão deve ser debatida internamente para evitar que isso prejudique a presença junto dos públicos.

Deve-se ser no entanto vigilante face ao aparecimento de sintomas de "reunionite aguda":

- O tempo de presença efectiva no terreno e junto dos públicos tende a diminuir;
- Os tempos mais eficientes para essa presença tendem a desaparecer (indisponibilidade da equipa à noite, nos fins-de-semana...).

O partenariado interinstitucional (elaboração e concertação das acções) pode ser assegurado por outros actores que não os de terreno; os dirigentes e/ou responsáveis hierárquicos têm um papel a desempenhar a esse nível.

«Num bairro onde a taxa de delinquência é elevada, os jovens educadores em dificuldade juntaram-se a uma equipa em rede instalada para prevenir a delinquência juvenil e os comportamentos anti-sociais. Reconhecendo os aspectos positivos desse trabalho, os educadores estavam no entanto preocupados com a questão da confidencialidade, da partilha de informações com a polícia e da preservação do seu estatuto de educadores. Negociaram um período de instalação conjunta para a qual os valores e os papéis de cada agência parceira foram discutidos e clarificados. Isto permitiu atingir um consenso sobre uma série de protocolos, que deram aos jovens educadores em dificuldade uma confiança acrescida e um maior respeito pelo seu trabalho.»

Ateliê dos Educadores de Rua do Reino Unido

O trabalho da equipa de intervenção no terreno é da responsabilidade da entidade empregadora. A existência de um terceiro elemento (Direcção, Director Executivo...) entre os dirigentes políticos eleitos e o actor de terreno é indispensável.

Qualificação e supervisão.

Revela-se indispensável sublinhar a necessidade de uma qualificação ao nível das práticas através da formação permanente ou pela instauração de uma supervisão, para acompanhar:

- A progressão e a maturação profissionais;
- a análise do meio e a elaboração de estratégias de integração;
- a análise de situações e a elaboração de estratégias de intervenção;
- a reflexão crítica e o questionamento dos desafios e das consequências;
- a introspecção e o recuo face às relações com o meio;
- a dissipação do stress e das tensões;
- a gestão dos riscos de esgotamento profissional;
- o desenvolvimento pessoal;
- o trabalho em equipa alargada (partilha das informações, reflexão sobre as situações, sessões de acompanhamento feitas a dois em alturas de balanços com o jovem e a elaboração do contrato educativo).

A instauração de uma relação de confiança é essencial para os Educadores de Rua poderem questionar a sua prática. Para conseguirem orientar-se o melhor possível, os Educadores de Rua ganham muito com o apoio na procura de recursos personalizados e adaptados ao

seu perfil e às suas necessidades específicas, quer seja na base de um apadrinhamento por parte de um veterano da prática, de uma ajuda psicológica disponibilizada no contexto de trabalho, de uma consulta privada com um profissional especializado ou ainda no quadro de uma supervisão colectiva.

Algumas condições favoráveis ao trabalho educativo de rua.[8]

- Uma equipa que oferece suporte;
- supervisão externa;
- acompanhamento, coaching por parte de outro profissional do trabalho educativo de rua;
- apadrinhamento na fase de integração;
- margem de manobra e suporte para ter tempo de atravessar a fase de integração;
- enquadramento, coordenação por um profissional que compreende e assume o mandato do trabalho educativo de rua;
- conhecimento da prática e da sua ética, através do auxílio e da coordenação;
- reconhecimento mútuo do trabalho dos outros actores no terreno;
- orçamento de rua (dinheiro de bolso), ferramentas, material correspondente às necessidades do público (preservativos, caixa de primeiros socorros, informações, jogos...);
- acesso à informação.

8. ATTRueQ région Montréal. Ver também na bibliografia os trabalhos sobre a supervisão, realizados por Annie Fontaine com Médecins du Monde, assim como aqueles realizados com Michelle Duval da École de travail social de l'UQAM sobre as relações entre os Educadores de Rua e os outros intervenientes.

2.5. Avaliação do trabalho educativo de rua.

Em primeiro lugar, há que distinguir entre **controlo** e **avaliação.**

O controlo consiste na verificação da implementação efectiva das acções, utilizando recursos humanos e financeiros, o que se reporta mais à gestão de projectos.

Simultaneamente interno e externo, esse controlo é importante e necessário no quadro de uma profissionalização do Educador de Rua. Seria ilusório e contraproducente pensar que um Educador de Rua não tem contas para prestar a ninguém.

Antes pelo contrário, ele representa mais do que nunca um verdadeiro **"serviço público"** (daí a necessidade de controlo), isto é, alguém ao serviço daqueles que vivem dificuldades diversas e que pedem um apoio que as outras entidades e instituições não podem ou não querem dar.

A questão da avaliação é mais complexa. Ela interroga os nossos modelos de **pensar a eficácia.** François Jullien, filósofo e sociólogo, demonstra na sua obra "Traité de l'efficacité" (Tratado da eficácia),[9] "a dificuldade que sempre teve, segundo ele, o pensamento europeu para teorizar a eficácia. Ele opõe a essa dificuldade a abordagem chinesa da estratégia, que comenta a partir dos textos fundadores, alguns datando do século V/VI antes de Cristo."[10]

Duas maneiras de pensar a eficácia são assim propostas, como ilustrado no quadro a seguir.

O **modelo de propensão** realça as condições de êxito de uma intervenção social. Tentemos esboçar os contornos dessa visão:[11]

	Modelo instrumental	**Modelo de propensão**
Lógica de concepção **Motivo da acção**	Modelização da acção Aplicação	Inscrição no processo Exploração
Estádios da acção **Relação com o meio**	Meta, objectivos, padrão, execução Ruptura do tecido social	Hipótese, acompanhamento, consolidação Apoio na configuração
Modo de eficácia esperada	Directo	Indirecto
Modo de realização	Planificação prévia Compromisso / golpe	Sem predeterminação Desenrolar / adaptação
Atitude prioritária	Voluntarismo	Implicação
Lógica de lugar **Lógica de tempo**	Atribuições específicas Curta, intensiva e mensurável	Sem lugar próprio Longa, lenta, progressiva
Acto decisivo	Golpe de antecipação	Duplo "engodo"
Modo energético	Correlação de forças	Flexibilidade
Critério de coerência **Qualidade de resultado**	Respeito pela linha directriz Visibilidade	Polaridade interactiva Discrição

9. "Traité de l'efficacité", François Jullien, Paris, Grasset, 1996.
10. "La prévention, un concept en déperdition", Jacqueline Fastrès, Jean Blairon, Luc Pire, 2002.
11. J. Fastès – Jean Blairon – "La prévention dans l'aide à la jeunesse. Un concept en perdition" - R.T.A. Asbl 1997.

Se, a priori, o modelo institucional de pensar a eficácia parece mais claro, não apenas aos olhos dos ocidentais, rapidamente, o seu confronto com a prática do trabalho educativo de rua demonstra a sua não-pertinência no quadro de uma verdadeira avaliação.

Lógica de concepção e motivo da acção.

Em trabalho educativo de rua, quando se parte de um modelo de intervenção preestabelecido, entra-se muitas vezes em choque com a realidade do terreno, que é imprevisível.

Apostar no processo em curso e explorar os potenciais da situação permite não se fechar em quadros rígidos de soluções preestabelecidas a aplicar a qualquer custo.

A qualidade de tal processo é tanto mais interessante quanto permite evolução e criatividade.

Estádios da acção e relação com o meio.

Qualquer situação possui em si a solução para o seu problema; o Educador de Rua vai constantemente reavaliar a situação face à sua evolução. Ao mesmo tempo que assegura um acompanhamento específico, tentará consolidar os efeitos obtidos. Para isso, ele apoia-se sobre as potencialidades, sobre o que se vive e o que existe no quotidiano.

O Educador de Rua não avança com a sua solução para o problema, sem esperar que certas condições convirjam, para finalmente acompanhar uma dinâmica tornada inelutável.

Modo de eficácia esperada e modo de realização.

A eficácia do trabalho educativo de rua não se resume a um resultado directo e unívoco. Deve-se retomar como elemento preponderante a capacidade de adaptação constante do processo, a sua inscrição no tempo e os efeitos produzidos pela situação.

Atitude prioritária.

A não-planificação a priori não retira em nada a necessidade de o Educador de Rua trabalhar de maneira pertinente, eficiente e de estar preparado para este tipo de intervenção. O modelo de propensão, pelas suas características, não requer menos atenção, implicação e investimento por parte do Educador de Rua do que outro qualquer, devendo estar receptivo a tudo o que a situação vai implicar graças a ele e/ou apesar dele.

Lógica de lugar – lógica de tempo.

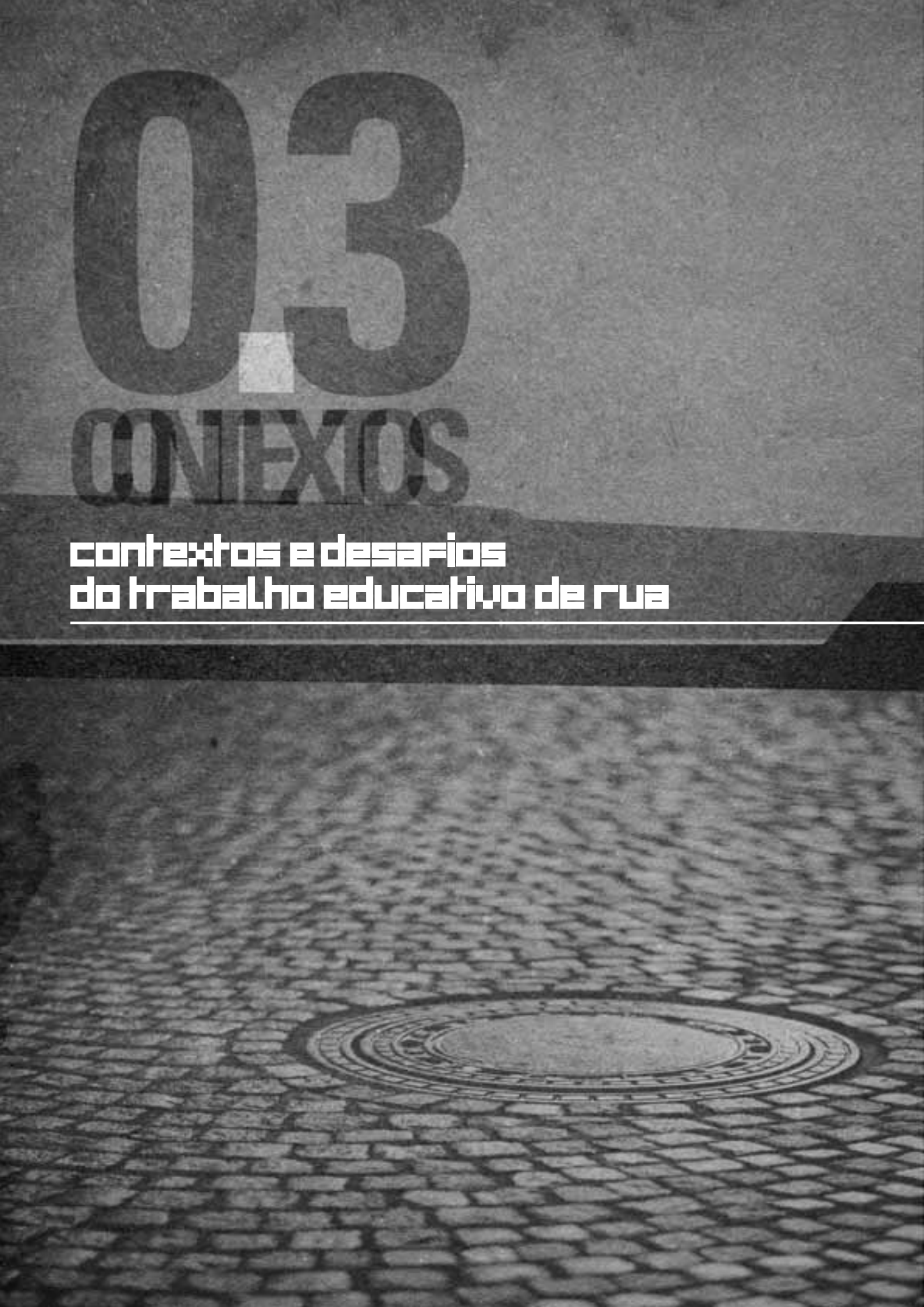
Esta preocupação é acompanhada por outra preocupação constante: a de não se deixar apropriar por uma problemática específica, o que iria esconder as múltiplas facetas e a complexidade de qualquer situação.

Abordar as várias problemáticas de maneira mais global permite reposicioná-las melhor entre elas.

A aposta no processo em curso só pode ser feita com tempo, progressivamente, devagar e de maneira contínua.

Acto decisivo.

É a conjugação entre o longo prazo e a antecipação que fazem a pertinência do trabalho educativo de rua. Os Educadores de Rua fazem muitas vezes referência a essa ligação imperativa entre a ajuda individual, a acção comunitária e a acção colectiva, porque é através da interacção destas três vertentes que se lança o "duplo engodo" e que uma verdadeira antecipação é possível.



03 CONTEXTOS

contextos e desafios do trabalho educativo de rua

3. Contextos e desafios do trabalho de rua.

3.1. Uma prática plural.

O trabalho educativo de rua caracteriza-se pela pluralidade das suas fontes de influência e das suas designações, assim como, pela adaptação dos seus métodos a variados públicos e realidades sociais. Hoje presente numa larga maioria de países, no seguimento de acções de combate a diversos problemas sociais, esta prática abrange desafios comuns, apesar dos diferentes contextos onde evolui.

3.1.1. Uma pluralidade de influências.

O trabalho educativo de rua tem origens e influências diversas. Herdeiro de correntes de intervenção de tipo caritativo ou de correntes políticas, ou colocado ao serviço dos gestores sociais tecnocráticos mas também dos movimentos sociais, o trabalho educativo de rua serviu de meio de moralização das classes sociais como também de meio de emancipação das populações dominadas.

No fundo, as tensões que atravessam hoje a orientação do trabalho educativo de rua encontram a sua origem numa história já antiga onde diversos actores e instituições usaram esta prática como meio de regulação das classes sociais, como bálsamo aplicado às carências sociais ou ainda como ferramenta de mobilização dos grupos sociais marginalizados.

Nesse contexto, e tendo em conta o alcance internacional desta publicação, afigura-se difícil uma sintetização do histórico desta prática. Na realidade, existem muitas histórias do trabalho educativo de rua: oriundas da América do Norte ou do Sul, da Europa ocidental, da África, da Ásia, dos países escandinavos ou da Europa de Leste, elas cruzam-se ou divergem. Iniciada ora por missionários religiosos ora por militantes sociais, enquadrada por vezes por sociólogos, outras vezes por trabalhadores sociais ou educadores, apoiada em certos países pelas autoridades políticas e noutros contextos considerada como subversiva, a prática do trabalho educativo de rua construiu-se a partir de múltiplas vontades, em parte convergentes, em parte contraditórias.

Hoje, apesar de continuar a existir variados tipos de trabalho educativo de rua, constata-se que essas diversas influências alimentam simultaneamente a prática e as tensões que atravessam a sua orientação. Observa-se, relativamente à prática do trabalho educativo de rua, um interesse crescente nos últimos anos, que revela ao mesmo tempo o esforço de mobilização da sociedade civil para a melhoria do bem-estar colectivo, como o recurso instrumental ao reinvestimento local para um controlo mais eficaz e economicamente vantajoso.

Assim, mesmo se efectivamente alguns poderes políticos parecem estar convencidos da aparente congruência do trabalho educativo de rua, pode-se lamentar no entanto que não retenham dele a totalidade das suas componentes. Nalguns países do Norte, o aparecimento de verbas foi acompanhado de medidas com visão de curto prazo e centradas essencialmente em preocupações de segurança pública ou com alcance sócio-sanitário muito localizado. Enquanto assistimos portanto a uma promoção excepcional do trabalho educativo de rua, no fundo ele permanece muitas vezes ignorado e substituído por novas finalidades. A Sul, o interesse também existe, mas nem sempre é sustentado por apoios financeiros, e quando esses existem, são acompanhados de imposições condicionantes.

Num tal contexto, cada história local e nacional do trabalho educativo de rua deve portanto ser examinada de perto para poderem ser apreendidas as motivações que contribuíram na definição da sua tonalidade própria. Contudo, apesar das divergências que marcam a evolução do trabalho educativo de rua nas diferentes partes do mundo, vários Educadores de Rua, hoje reunidos numa mesma rede, querem potenciar esta prática para contrariar a desumanização dos modos de gestão das estruturas sociais e educativas, patente através da negligência pelas autoridades públicas das populações marginalizadas ou, ao invés, pela sua integração em lógicas hiper-institucionalizadas.

Em suma, no cruzamento das múltiplas trajectórias do trabalho educativo de rua, a reunião das experiências de diferentes países permite sublinhar a pertinência desta prática como meio de ultrapassar o fosso crescente em que se afundam certas franjas da sociedade, numa espiral de degradação das suas condições de vida. Ao permitir uma aproximação das populações e das suas dificuldades, esta prática extramuros parece ser efectivamente uma maneira de desenvolver uma acção social capaz de se adaptar à evolução das ditas realidades sociais.

Noutros termos, esta convergência de histórias variadas permite hoje reconstruir uma concepção comum da acção social, mais humana e realista, onde o indivíduo volta a ser uma prioridade, e não um meio.

Hoje, embora o contexto institucional e político ligado ao trabalho educativo de rua varie consideravelmente entre países, esta prática distingue-se sobretudo pelas questões que coloca e os desafios que enfrenta. De facto, considerando que este tipo de acção não pode ser reduzido a um nível puramente técnico, ou seja metodológico, importa reconhecer que o seu interesse advém do seu nível ético e político que estão em interacção constante com o seu meio e a evolução societal.

É neste contexto que aparece e que se inscreve a génese da rede internacional dos Educadores de Rua. A constituição de um colectivo de Educadores de Rua não é um acontecimento menor. Efectivamente, os poucos meios geralmente disponibilizados para os projectos de trabalho educativo de rua não facilitam um investimento colectivo desta natureza. Os Educadores de Rua estão geralmente demasiado ocupados pelas numerosas tarefas e dificuldades que caracterizam esse tipo de trabalho social, e são obrigados a investir uma grande energia na procura de meios financeiros para garantir a sobrevivência do seu projecto.

Apesar disso, a rede criou-se, sobretudo por sentir-se a importância de tomar uma posição perante certos desafios e circunstâncias actuais e pela constatação de que muitas necessidades não estavam a ser cobertas. Verificando que são confrontados com dualidades e desafios comuns, os Educadores de Rua julgaram que a sua aliança poderia ajudá-los a prosseguir os seus objectivos de melhoramento do bem-estar colectivo. A esse respeito, o compromisso dos Educadores de Rua na República Democrática do Congo de conseguir a promulgação de uma nova lei sobre a protecção da criança é revelador da potencialidade desta mobilização nacional e internacional e demonstra a força simbólica que pode representar este trabalho comum.

3.1.2. Uma Profissão, vários nomes.

Existem numerosas designações para identificar o trabalho desses profissionais que frequentam os lugares públicos (a rua, os parques, os pátios de escolas etc).

Cada país, cada contexto, tem a sua própria história, que gerou uma categorização particular. Categorização e denominação que finalmente ganham o seu sentido em função de cada contexto.

O denominador comum a todos os Educadores de Rua é **o acompanhamento do público no sítio onde ele se encontra.** As estratégias que distinguem as várias abordagens articulam-se à volta de variáveis tais como a proximidade, o público, as problemáticas, etc.

As tradições e culturas locais influenciam também os conceitos.

Mas em todo o lado, **a rua torna-se um novo centro de gravidade.**

O termo **"trabalho de rua"**[1], traduzido na maior parte das línguas, é o termo mais utilizado para designar o facto de trabalhar na rua.

Em certos países, como na Bélgica, a palavra "social" completa essa denominação.

1. Nesta obra optou-se por trabalho educativo de rua, em coerência com o termo que se usa nos textos em Português, desde que a rede internacional se criou. Esta denominação dá ênfase à característica da Educação não formal própria do trabalho de rua, embora também seja traduzido em Português de outras formas, como p. ex. trabalho de rua, trabalho de proximidade, equipas de rua, entre outras.

Um distinção é então feita entre:

- **A educação de rua,** que privilegia o acompanhamento socioeducativo e a acção comunitária.
- **A animação de rua,** que privilegia a organização de actividades colectivas, desportivas, culturais e o acompanhamento do público na realização dos seus projectos.

A predominância educativa encontra-se também nas designações como **pedagogo de rua** (Polónia), **educador de rua** (países francófonos e países de língua espanhola) e **professor de rua** (Itália).

No Quebeque, por exemplo, ao lado do trabalho educativo de rua que visa mais particularmente os espaços sociais ditos marginais como os bares, as "piqueries", os squats e apartamentos..., fala-se também de **trabalho de meio,** quando é realizado em espaços sociais instituídos como as escolas, os estabelecimentos, etc.

Os anglófonos usam também o termo **"Outreach work",** que designa um trabalho educativo de rua que privilegia a reorientação ou o retorno a serviços específicos e adaptados aos problemas que o público encontra. Do outro lado do espectro, temos o **"Detached work"** que não trabalha senão na rua.

Esta enumeração de termos utilizados em vários sítios do planeta não é exaustiva, dada a multiplicidade de realidades. Assim, em função das culturas locais, dos contextos institucionais e das diversas problemáticas ligadas à organização dos serviços sociais em cada país, uma terminologia variada caracteriza as diversas práticas associadas ao "trabalho educativo de rua". Os seus muitos matizes, que marcam as suas semelhanças e diferenças, são quase impossíveis de descrever numa obra tão curta. É de reter desta pluralidade que as palavras não exprimem tudo e que importa situar cada definição no seu contexto.

«Vi esse tipo de crianças nos bairros onde trabalhava antes, mas não vinham ter connosco, ao sítio onde trabalhávamos. Decidi então reunir as pessoas que querem ajudar esse tipo de crianças entregues a elas próprias e marginalizadas. Essas crianças são tão marginalizadas que até as estruturas de ajuda da comunidade dos jovens não seriam capazes de as ajudar. Assim, o único método é chegar a elas de outra forma, e é exactamente esse o princípio do trabalho educativo de rua. Cada dia representa um novo desafio, nunca há rotina. É isso que gosto. Aprendo também imensas coisas que me são muito úteis na minha vida privada, assim como muitas coisas sobre mim próprio. Tenciono, no futuro, estender o trabalho educativo de rua e apoiar novas organizações, porque é um método eficaz e económico de ajudar as pessoas em situação difícil.»

Ateliê dos Educadores de Rua da Polónia

«Na rua e nos bairros, os pais costumam chamar-me "o advogado dos jovens". Não sei bem porquê, porque trabalho mais sobre projectos de estágios profissionais destinados aos jovens. Mas a verdade é que, a partir do tema do estágio, acabamos muitas vezes por falar de muitas outras coisas que preocupam os jovens. Tornamo-nos rapidamente uns generalistas do interesse do jovem.»

Ateliê dos Educadores de Rua da Tunísia

3.1.3. Públicos diversificados.

Ninguém está imune à pauperização e à desfiliação. É assim que se encontram na rua todas as faixas etárias e uma grande diversidade de situações (meninos de rua, crianças que trabalham, pessoas exploradas, prostitutas, sem-abrigo, marginalizados, toxicodependentes...).

Apesar de, geralmente, o público-alvo ser constituído por crianças e jovens, é um facto que muitos adultos são abrangidos e acompanhados pelos Educadores de Rua. Cada vez mais são aliás famílias inteiras que acabam na rua. Esta diversidade de públicos implica adaptações metodológicas.

Se a rua tem os seus riscos e perigos, ela também constitui um lugar de socialização e de resistência. A problemática complexa e pesada das crianças de rua merece ser conhecida melhor pelo que ela é, mas também pelo que ela revela sobre a apropriação e os usos da rua pelas crianças. Para alguns profissionais, ocupar a rua não é só a resultante negativa e alienante dum processo de desfiliação; representa também, para muitas crianças, estratégias positivas de sobrevivência no imediato, de reconstrução de laços sociais estruturantes e de transição para aprender a controlar melhor o seu futuro.

Compreender melhor o fenómeno nas suas múltiplas dimensões permite adoptar abordagens de intervenção no respeito pelos verdadeiros desafios. Permite por exemplo ultrapassar a visão caritativa e miserabilista (a rua como espaço negativo) que privilegia atitudes correctivas (retirar a criança da rua) para passar a ver a rua como um lugar produtor de sentido e de valores, e de a utilizar como quadro de acção para ajudar a criança a construir o seu futuro de adulto responsável.

Uma atenção particular deve ser dada à questão do género e à importância de considerar correctamente as diferenças existentes entre jovens - raparigas e rapazes -, mulheres e homens. Embora sofram do mesmo tipo de exclusão, eles e elas nem sempre possuem as mesmas ferramentas para resistir e sobreviver. A rapariga, na rua, corre mais perigos. Por outro lado, é inegável o papel crucial da mulher, como actriz de desenvolvimento. Daí a importância de se apoiar sobre os recursos próprios do meio, como certos grupos de mulheres.

Raparigas e mulheres da rua: uma dupla estigmatização.

A situação das raparigas e das mulheres que vivem na rua é duplamente complexa, porque a sua condição de mulher e a sua condição social conjugam-se para as colocar em situação de maior exclusão e vulnerabilidade face ao machismo dominante da sociedade contemporânea.

Tal como para muitas outras mulheres no mundo, uma das maiores violações dos seus direitos humanos reside na negação do domínio do próprio corpo, na negação dos seus direitos no que diz respeito à sexualidade e à reprodução, que se manifesta da forma mais crua na maternidade. Quando uma rapariga ou uma mulher adulta engravida, no seguimento de práticas sexuais de risco não protegidas, livremente consentidas ou no quadro da prostituição, ou após abusos ou violações, a decisão sobre o prosseguimento da gravidez é muitas vezes tomada por instituições e programas de ajuda. Como existem poucos locais de acompanhamento e cuidados profissionais, assiste-se à recusa imediata do desejo de se tornar mãe na rua. Esta exclusão social derivada do facto de ser mulher é tão profunda que o problema torna-se invisível e que faltam informações fiáveis sobre a sua dimensão real.

Nos casos em que adolescentes ou jovens mulheres solteiras vivem na rua com os seus filhos, a tendência que predomina é de dar prioridade à situação de vulnerabilidade do bebé, afastando-o da mãe para o colocar à força numa instituição (pública ou privada). O conflito

moral permite à primeira vista, a violação de certos direitos. Na realidade, face a uma situação de mãe adolescente ou de gravidez, a rua muitas vezes possui a sua própria rede social de apoio que a protege dos riscos e acode às necessidades primárias. Infelizmente, é raro que a voz e os pedidos da jovem mãe sejam ouvidos, numa abordagem baseada nos direitos, de forma a garantir à jovem mãe e ao bebé as melhores condições para viverem juntos. O que se verifica na prática é o uso da força para retirar à mãe ao mesmo tempo a sua criança e a sua responsabilização parental.

3.1.4. Uma diversidade de realidades sociais.

A globalização de um modelo baseado no lucro conduz a uma crise política, económica, social e cultural, patente tanto no Norte como no Sul. A intensa competitividade na conquista de novos mercados, o endividamento, as políticas de austeridade e ajustamento estrutural impostas pelas instituições financeiras internacionais, produzem, a diferentes níveis, um aumento das desigualdades e da exclusão social.

A uniformização das políticas de desenvolvimento e dos comportamentos tende a reduzir os indivíduos a um papel de consumidores e a esmagar as identidades culturais. Esses fenómenos de pauperização, de exclusão e de perda de identidade acompanham-se de um processo de individualização da sociedade que se traduz pelo défice de participação dos cidadãos na gestão da coisa pública. Além disso, face ao aumento da pobreza e da exclusão no mundo, o diálogo entre os responsáveis (políticos e económicos) e as populações degrada-se, os primeiros responsabilizando os outros sobre a sua situação, carregando assim com o peso da decadência social nos ombros de cada indivíduo.

Considerou-se durante muito tempo o "excluído" como aquele que não consegue aproveitar os efeitos do crescimento económico. É assim que, apesar do aumento considerável da riqueza mundial, uma faixa importante das populações permanece em situação de grande indigência. Actualmente, perto de metade da população mundial vive com menos de 1 euro por dia, enquanto que 83% da riqueza pertence a apenas 20% da população.

Com as fronteiras do desenvolvimento a atravessarem todas as sociedades e metrópoles do Norte e do Sul, existem aqueles que aproveitam a produção e a acumulação de riquezas, e aqueles que nunca poderão gozar de uma repartição equitativa dos recursos mundiais. Jovens desempregados, sem-abrigo, pessoas com baixos rendimentos, imigrantes, pessoas vivendo em bairros degradados... O fosso entre uns e outros alarga-se.

De um lado (os "in"), aqueles que levam a melhor, tirando mais ou menos proveito do crescimento económico, mas temendo a todo o momento a queda, desconfiando dos outros (os "out"). Do outro lado, esses excluídos do crescimento económico, cada vez mais submetidos a uma forte estigmatização. Num contexto onde a identidade social virtual substitui a identidade social real, é a representação que se faz do outro que se torna realidade, alargando assim o afastamento entre uns e outros.

Esta evolução do conceito de excluídos mostra como as populações ameaçadas pela insuficiência de recursos materiais são também fragilizadas pelo definhamento do seu tecido relacional. Assim, essas populações encontram-se não só em vias de pauperização mas também em vias de desfiliação[2], isto é, em ruptura de elo social. A precariedade económica torna-se indigência e a fragilidade relacional torna-se isolamento.

2. In Magazine littéraire. – Julho – Agosto 1995 – p.21 – L'avènement d'un individualisme négatif. Robert Castel
NT: Desfiliação: usado no sentido de "perda do sentimento de pertença".

É neste contexto que aparecem, aos olhos dos abastados, as "figuras perigosas" do crescimento económico: os drogados, os delinquentes, os marginais, etc.

Em África, como em todo o lado, a rua representa o maior perigo da destabilização social dos esforços desenvolvidos para a educação das crianças. Constitui um desafio importante para os actores políticos e técnicos do trabalho social. O menino de rua, ou melhor, a criança em ruptura social, é a vítima inaceitável de um mal em desenvolvimento na sociedade inteira.

«A maior parte dos intervenientes sociais na República Democrática do Congo desenvolveu estratégias socioeducativas com muita generosidade, coragem e inteligência, em condições sempre difíceis. Começaram por se encontrar com as crianças e esforçaram-se por responder às suas necessidades primárias (comida, roupa, saúde, abrigos para a noite) esperando encorajá-las para depois deixarem livremente a rua e sobretudo obter a sua adesão a diversos projectos numa primeira fase e, quando possível, favorecer a seguir a reinserção na família ou ainda a colocação em instituições adaptadas ou especializadas (lares de acolhimento, centros de aprendizagem...). Alguns (que proporção?) conseguem sair do buraco e inserir-se nos circuitos da sociedade. Mas outros não.

Avaliando as suas estratégias e abordagens, a maior parte dos educadores põe cada vez mais em causa a sua opção inicial: abandonam a escolha das estruturas pesadas (lares, internatos) e implicam-se num processo com cariz socioeducativo. As razões desta mudança são numerosas e diversas:

- *o número crescente das crianças e jovens da rua, como lugar de vida ou de trabalho;*
- *a vontade de levar a criança a conseguir aceder à educação ou à formação;*
- *a escolha comunitária e interactiva, ou seja o movimento para a implicação da comunidade local.»*

Ateliê dos Educadores de Rua da República Democrática do Congo

Trata-se portanto do fim de um sistema de institucionalização do indivíduo e a introdução de um partenariado diversificado, resolutamente situado nos bairros onde vivem e trabalham os jovens. Em suma, é sem dúvida o educador que deve modificar radicalmente as suas estratégias, as suas abordagens e os seus métodos de intervenção social.

A partir do momento em que reconhece a criança como sujeito do seu próprio desenvolvimento, todo o seu processo de trabalho educativo é reconsiderado.

3.2. As facetas da exclusão social.

Diversos paradigmas são convocados para apreender as questões relativas à exclusão social. Esta publicação não pretende obviamente tratar de todos os pontos de vista teóricos sobre a problemática em questão. É contudo importante dar a conhecer como o facto de contactar directamente com pessoas ditas excluídas no espaço público leva a encarar a sua situação a partir de uma perspectiva que as considera, antes de mais nada e acima de tudo, como sujeitos-actores e, como consequência, resistir às leituras miserabilistas, tecnocráticas ou privilegiando o aspecto da segurança pública.

3.2.1. Viver na rua: fenómeno social emergente face à exclusão social.

Viver na rua passou a constituir um fenómeno mundial: na maioria dos países, existem grupos de seres humanos que fazem da rua o seu espaço de sobrevivência.

É importante referir que o facto de passar a viver na rua constitui o resultado de diversos processos de exclusão social, quer isto dizer que estas pessoas se encontram privadas ou afastadas da possibilidade de acesso ao desenvolvimento humano, devido a uma determinada situação social.

Em vários períodos da história da humanidade, foi negado às mulheres, às crianças, aos jovens, a participação nos processos de decisão relativamente a assuntos que lhes diziam respeito, por considerar que eram inferiores e incapazes de se pronunciar acerca da sua própria vida ou sobre a sociedade.

Os grupos de pessoas que sobrevivem na rua não existem somente nos países com fraco nível de desenvolvimento, onde é manifesta a desigualdade na distribuição da riqueza. Comummente, pensa-se que esta realidade é exclusiva das grandes cidades latino-americanas ou africanas, onde se vêem crianças, rapazes e raparigas, jovens, mulheres, famílias e adultos deambulando nas ruas. Esta situação, no entanto, também existe na Europa, na América do Norte e na Ásia.

A categoria social de análise chamada "exclusão social" ajuda-nos a compreender que a vida na rua não se reduz à pobreza económica, mas que outros factores são determinantes, podendo ser parâmetros culturais, ambientais, educativos ou políticos. Um imigrante na Europa sem documentos, por exemplo, encontra-se em situação de exclusão social, pela ausência de redes sociais de solidariedade e pela dificuldade em perceber uma nova língua e uma nova cultura, factos que o põem em situação de desvantagem quando se trata de encontrar um emprego que lhe permita obter rendimentos suficientes para pagar uma habitação digna e o acesso a serviços de saúde e de lazer.

A sua condição de imigrante ilegal irá assim mantê-lo em situação de exclusão social, apesar dos seus esforços pessoais. Existem grandes probabilidades para que viva e desenvolva uma nova identidade a partir dessa sobrevivência na rua. As pessoas em situação de exclusão social são também uma população escondida, um grupo cuja existência social é negada. São totalmente desprovidas do exercício dos seus direitos, por serem geralmente invisíveis aos olhos dos decisores. O seu modo de vida é ignorado, e às vezes essas pessoas procuram viver escondidas para se protegerem da discriminação e da violência social de que são alvo.

Face ao desconhecimento e à abordagem individualizada, é frequente que a relação estabelecida entre pessoas da rua e governos e instituições seja reduzida a uma visão de "doutrina irregular", que sanciona aqueles que se situam na "anormalidade" e no "desvio social", negando-lhes o reconhecimento de cidadãos "sujeitos detentores de direitos".

As políticas sociais, os modelos institucionais, os métodos educativos, são consequentemente de pouca eficácia na mudança do modo de vida, tornando-se até eles próprios factores de "discriminação" favorecendo a permanência na via pública, por estabelecerem uma relação instrumental da utilização de serviços que não provoca transformações relativamente às expectativas de vida futura.

Ao longo da última década, um grupo de Educadores de Rua iniciou e desenvolveu uma reflexão acerca da sua prática educativa, donde emergiu uma grelha de análise que permite perceber melhor a relação existente entre a exclusão social e a vida na rua.

As populações que vivem na rua dividem-se em diversos grupos que são o resultado da história das diversas exclusões sociais vividas por largas camadas da população. São compostas por rapazes, raparigas, jovens, mulheres, famílias, adultos e idosos de diversas origens sociais e culturais que, ao sobreviverem na rua ao longo de gerações, aprenderam a viver em grupos e a partilhar um determinado espaço público, redes sociais e conhecimentos.

Embora a literatura académica tenha referido a existência de crianças e adultos a viver na rua desde a era da colonização na América Latina, ou desde a Idade Média na Europa, deve-se salientar que só nas últimas décadas do século passado é que se verifica uma evolução massiva e mundial do fenómeno. E constata-se actualmente, com o aparecimento de várias gerações de crianças nascidas na rua, a emergência de uma "cultura de rua", altamente eficaz para conseguir sobreviver na rua, mas que constitui um obstáculo às intervenções institucionais que não reconhecem os conhecimentos próprios das populações das ruas.

O conceito de "menino de rua" é provavelmente o mais global e o mais visível, em parte graças ao interesse demonstrado por organismos internacionais e por alguns governos, que o reduzem no entanto a uma questão de abandono familiar e a falhas do sistema educativo.

Este conceito oculta as interacções sociais complexas do fenómeno da rua e nega o reconhecimento da cidadania pelo exercício dos direitos, considerando as crianças antes de mais nada como "objectos de protecção". É assim que as iniciativas dos governos e das instituições privadas que as tentam ajudar não têm geralmente nenhum efeito, por não disporem de processos participativos nem de aprendizagem social, ao reduzirem a questão ao conceito de "indivíduos inadaptados" e limitando-se a pensar no internamento institucional e na limpeza social.

Na maioria dos países, não existem políticas públicas e orçamentais destinadas especificamente a esse público.

Enquanto que no domínio das ciências puras, o saber acerca do universo ou da genética humana, por exemplo, está em constante evolução, as ciências sociais permanecem bastante alheias à problemática das pessoas que vivem na rua. Apesar do facto do fenómeno existir há mais de cinquenta anos, continua-se a falar somente de "meninos de rua" e de "indigentes". Os trabalhos de pesquisa citam-se uns aos outros sem trazerem novos conhecimentos para se compreender a complexidade do fenómeno.

Partindo do paradigma dos "meninos de rua" ou dos "sem-abrigo", não é possível chegar a novos conhecimentos sobre o fenómeno da rua. Além disso, partir de paradigmas tradicionais torna difícil a aplicação de uma abordagem do direito na prática institucional.

Além das diferentes iniciativas –algumas com resultados interessantes e outras que, pela sua inconsistência, desapareceram com o tempo–, faz falta uma estrutura organizada que possa favorecer o diálogo e o reconhecimento entre os actores sociais implicados: pessoas que vivem na rua, Educadores de Rua, instituições e governos. Geralmente, as acções públicas carecem de uma visão global do fenómeno da rua, dão a prioridade às intervenções de assistência e mantêm-se afastadas dos processos de participação dos cidadãos.

Os Educadores e as Educadoras de Rua constituem actores estratégicos cujo saber é pouco ouvido. É através deles que os programas e as instituições chegam directamente às populações nos espaços públicos ou nos esconderijos onde sobrevivem.

Infelizmente, o olhar da maior parte dos Educadores de Rua é muitas vezes também aquele olhar tradicional das instituições. Faltam-lhes ferramentas conceptuais e metodológicas para que possam levar a cabo o seu trabalho educativo junto da população, o que se traduz frequentemente pelos fracassos das intervenções.

O reconhecimento do exercício da sua profissão é muito escasso, dado que na maior parte dos países, embora seja exercida há já mais de vinte anos, há falta de espaços para especializações, facto agravado pelo fraco investimento público na formação desta profissão. Todos estes factores fazem com que a formação dos Educadores de Rua seja feita de maneira empírica: na prática quotidiana, junto das crianças e dos jovens e no seu contexto.

Trazer novos paradigmas à compreensão do fenómeno da rua, isto é, deixar de falar de "meninos de rua" para partir de uma visão mais ampla ao falar das "populações da rua", permite-nos dar-lhes uma nova dimensão, como sendo "sujeitos históricos de mudança" e incorporar o paradigma dos "direitos do homem" como elemento passível de orientar a intervenção educativa junto deste grupo de pessoas composto por rapazes, raparigas, jovens, mulheres, famílias e adultos socialmente excluídos e que encontram na rua um espaço de sobrevivência e de existência social.

Os paradigmas "populações da rua", "cultura da rua" e "direitos do homem" favorecem a criação de uma corrente de pensamento inovadora e uma nova prática social para os governos, as instituições e os Educadores de Rua. Uma corrente de pensamento sustentada por uma troca horizontal de reflexões, metodologias e programas de intervenção que terá uma incidência sobre o aparecimento de novos conhecimentos, e que ajudará a efectuar ajustes na prática social dos governos e instituições de modo a incorporar o ponto de vista do direito e do género no exercício da profissão dos Educadores e Educadoras de Rua.

3.2.2. O que fazer com aqueles que não deixam a rua?

Em todo o mundo, e desde três décadas, diversos programas públicos e privados foram desenvolvidos para oferecer alternativas de vida fora da rua. Alguns desses programas receberam importantes verbas públicas, outros foram apoiados por organizações sociais. Contudo, um número importante de pessoas continua a adoptar a rua como espaço de vida.

A decisão de permanecer na via pública e de fazer da rua uma alternativa de vida só pode ser compreendida a partir da construção de uma cultura da rua (Pérez Garcia, 2002), apreendendo-a como um conjunto de modos de vida, de costumes, de conhecimentos e de graus de desenvolvimento que permitem à população que vive na rua a elaboração de um juízo de valor para decidir ficar junto dos grupos da rua, o que representa um processo de socialização no seio das populações excluídas.

Na maioria das iniciativas públicas e privadas, prevaleceu sempre uma noção de assistência, baseada no facto de olhar essas pessoas como "objectos devendo ser protegidos"e "necessitando de uma tutela".

As representações sociais existentes acerca dessa população constituem um conjunto de falsas crenças que impedem uma mais ampla reflexão sobre a complexidade deste grupo social. A problemática é sistematicamente reduzida ao domínio familiar/privado, e considera as pessoas como vítimas, inadaptadas, perigosas e depositárias de todos os males.

A discriminação tutelar constitui uma das maiores violações dos direitos do homem aplicadas às pessoas que vivem na rua.

Elas são, de facto, conotadas com "menoridade" e "incapacidade", sem que a sua opinião seja ouvida sobre os assuntos que lhes dizem respeito, é-lhes recusada a qualidade de sujeitos de direito, isto porque a visão tutelar não reconhece a cidadania àquelas e àqueles que são excluídos da vida social.

A própria definição conceptual, ela mesma, que tem sido utilizada para designar estas populações levar-nos-ia a um debate interessante sobre a dificuldade intrínseca em as reconhecer como actores sociais na cidade: sem tecto, sem-abrigo, vagabundos, drogados, dependentes, menores em situação particularmente difícil, meninos de rua, são expressões que contribuem para o seu não reconhecimento como cidadãos ou como interlocutores válidos.

A discriminação tutelar é uma expressão subtil e mascarada da discriminação tradicional, que faz a diferença com aqueles que se situam fora da "normalidade". Este tipo de discriminação apoia-se sobre dois princípios factuais: ser menor e incapaz, quaisquer que sejam a idade e as capacidades cognitivas. Isto significa que todas as acções de protecção não são "acções afirmativas com uma abordagem baseada nos direitos" para facilitar o exercício dos direitos do homem, porque no fundo é utilizada como meio para justificar acções autoritárias.

No caso dos meninos de rua, este aspecto ganha contornos de uma curiosa complexidade, dado que a partir do "discurso sobre os direitos" impõe-se um olhar tradicional baseado na visão das necessidades que se sobrepõe a uma visão baseada nos direitos. Parece portanto fácil chegar à conclusão que é possível violar um direito para colocar outros direitos sob tutela. Por exemplo, "salvar-lhes a vida" aparece em contradição com o direito do seu direito à liberdade e a dar a sua opinião sobre os assuntos que lhes dizem respeito, enquanto que uma visão integral dos direitos humanos não poderia estabelecer uma hierarquia entre os direitos, porque todos eles devem beneficiar do mesmo respeito.

3.2.3. O consumo de substâncias como causa do desencadeamento da exclusão e da negação dos direitos.

Vários estudos (Lucchini, 1993; Medina, 2000) defendem a ideia que o consumo de drogas na população da rua constitui uma componente forte da identidade e da socialização no seio dos grupos de pares. É frequente observar-se que raparigas, rapazes, jovens, homens e mulheres adultos que vivem na rua sofrem de um uso problemático de substâncias ilícitas, razão pela qual o processo de inserção em espaços alternativos outros que a rua se torna cada vez mais complicado para eles.

A carência de redes sociais positivas e a estigmatização social que os acompanha impedem a fixação num emprego formal que possa contribuir para um processo de inclusão. A imagem de uma espiral descendente de acontecimentos negativos é a melhor descrição daquilo a que os consumidores chamam "tocar no fundo".

A discriminação tutelar, que traduz uma abordagem tradicional, baseia a sua intervenção na negação dos direitos daqueles que vivem na exclusão social. As vozes da população de rua são ignoradas porque considera-se que os consumidores de drogas atentam contra eles próprios e não possuem as faculdades necessárias para cuidar de si. Assim, damos prioridade às decisões da autoridade sobre a vida da infância e da juventude da rua.

3.2.4. Criminalização e repressão.

Um outro extremo da visão assistencialista reside na criminalização da pobreza, como resposta frequente do poder público face ao fenómeno da rua.

A nível mundial, o fenómeno social das pessoas que vivem na rua aumentou e tornou-se mais complexo. A resposta oficial tem mantido a tendência controladora e repressiva do seu crescimento através de estratégias diversas. O caso talvez mais conhecido, por causa das violações flagrantes dos direitos do homem em relação aos habitantes da rua, é o chamado modelo "Síndrome de Giuliani", que foi aplicado na cidade de Nova Iorque e beneficiou de uma visibilidade internacional. Consistia essencialmente no que se apelidou de "tolerância zero" e a implementação de dispositivos de assistência subvencionados para as populações que vivem fora do "estilo de vida americano". Tudo isto acompahado de queixas de brutalidade por parte das forças policiais, e da constatação de uma deterioração das condições de vida nas ruas de Nova Iorque.

O olhar de Rudolph Giuliani sobre o espaço público e sobre os habitantes da rua traduz a tal discriminação tutelar descrita anteriormente; essencialmente porque reduz a pobreza à responsabilidade das pessoas que "constituem um problema para os habitantes da cidade", invertendo assim a relação de desigualdade, e negando o facto de que é a sociedade que excluiu esses jovens sem emprego e remetidos para trabalhos informais.

No mesmo plano, este processo nega a existência das populações de rua, particularmente a das crianças, associando-as à miséria, ao trabalho precário, à ausência de políticas sociais de redistribuição, para qualificar directamente a vida na rua de antro de potenciais delinquentes.

3.3. Os desafios de posicionamento do trabalho educativo de rua.

Os capítulos anteriores explicitaram as finalidades e motivações do trabalho educativo de rua, a maneira de implementar e concretizar esta prática, assim como a diversidade dos seus contornos e das realidades às quais ela ambiciona responder. Nesta parte final da reflexão sobre a metodologia do trabalho educativo de rua, pretende-se destacar os desafios de posicionamento da prática no contexto social actual.

3.3.1. O trabalho educativo de rua, uma resposta social a um problema social.

No contexto descrito mais acima, constata-se que a sociedade na qual vivemos é cada vez mais fragmentada, com a existência de grupos de pertença que se diferenciam e se rejeitam mutuamente cada vez mais, e de maneira sistemática. Aparentemente, tudo é pretexto para a diferenciação: a cor da pele, o bairro de residência, a escola, a religião... Os fossos alargam-se entre jovens e velhos, entre homens e mulheres, entre jovens de bairros complicados, etc.

Neste clima de divisão, para as populações estigmatizadas, a identidade de delinquente ou de toxicodependente torna-se mais apetecível que a ausência total de identidade. Como foi referido anteriormente, esta rotulagem inscreve-se num fenómeno de estigmatização pelo qual uma identidade virtual substitui pouco a pouco a identidade real dos mais fragilizados. Deste modo, é o que se pensa do outro, as representações e os preconceitos que passam a prevalecer sobre a realidade.

Deve-se ter a consciência do quanto a experiência quotidiana do estigmatizado é pesada para o indivíduo e para os seus próximos. O fenómeno parte de um elemento geralmente objectivo e real para a seguir deduzir-se todo o tipo de características mais subjectivas e muitas vezes erróneas. Um jovem de um bairro degradado, por exemplo, arrisca-se a ser rapidamente considerado como perigoso. De maneira progressiva, e partindo da constatação inicial, a estigmatização arrasta consigo todo o tipo de consequências, tais como:

- uma desvalorização, na pessoa estigmatizada, das suas próprias capacidades e potencialidades ("se vive nesse bairro, terá mais dificuldades de aprendizagem");
- uma desumanização e a impressão de perigosidade por parte do estigmatizado ("existe muita violência nesse bairro... e ele?");
- uma interiorização do estigma e das suas características nefastas; o lugar de delinquente é melhor que nada;
- a construção de uma identidade virtual que substitui a identidade real;
- um sentimento de mal-estar e de insegurança constantes na pessoa estigmatizada;
- o sentimento de estar permanentemente em representação; o estigmatizado perde o seu direito à vida privada.

Um dos principais desafios do trabalho educativo de rua é portanto de trazer de volta a relação social com base nas identidades sociais reais. Trata-se precisamente de contribuir para dar visibilidade à imagem real dos públicos encontrados.

Eles são o que no nosso país chamamos "Khate", uma palavra que, na origem, designava unicamente os farrapeiros mas que é usada actualmente para apelidar as crianças que trabalham, vivem e dormem na rua.

"Khate" é um termo muito pejorativo, e as crianças refutam-no. Mas de qualquer forma,

o uso deste termo revela bem a percepção negativa que a opinião pública tem em relação aos meninos de rua. São consideradas como parasitas sociais, pequenos delinquentes, toxicodependentes e ladrões. O facto de usarem uma linguagem grosseira, de estarem sujos e de recusarem qualquer imposição social faz com que o público pense que os meninos de rua são realmente pessoas associais.

Ateliê dos Educadores de Rua do Nepal

3.3.2. O Educador de Rua: uma testemunha privilegiada.

Os Educadores de Rua estão evidentemente numa posição privilegiada para testemunhar os efeitos catastróficos de um sistema dominado pelas leis do mercado. O agravamento dos problemas económicos e as suas consequências no empobrecimento convidam a uma reflexão profunda e a sentirem-se solidários com as populações mais excluídas.

No espírito dos Educadores de Rua, *«trata-se efectivamente de ajudar um indivíduo em processo de perda de referências, em "desprendimento", para construir-se um percurso, "ligar-se" ao seu grupo social, constituindo-se como actor autónomo e responsável num processo de emancipação a longo prazo.*

Neste olhar, o pólo da subjectivação é prioritário, a dimensão de controlo social torna-se auxiliar e é colocada ao nível de efeito indirecto dum processo positivo de socialização pensado primeiro que tudo em função do actor e não em função do perigo ou do potencial culpado que ele representa.[3]

Pela sua proximidade e a sua inserção nos meios mais excluído, o Educador de Rua fica, em muitas situações, como o último elo da cadeia educacional, tentando ocupar um papel significativo onde as instâncias tradicionais falharam na sua tarefa de socialização e de integração.

A partir desta postura de testemunha-actor implicado no coração dos espaços onde se joga o quotidiano das pessoas marginalizadas, a missão do Educador de Rua vai além da intervenção directa e passa a ser múltipla:

- registar os problemas vividos;
- sensibilizar a opinião pública e as autoridades;
- contribuir para uma melhor percepção dos fenómenos de exclusão;
- *contribuir para a edificação de pistas de resolução das causas da deliquescência social.»*[4]

Como se vê, pela sua história e a sua actualidade, o trabalho educativo de rua constitui um excelente revelador e analisador do espaço social, da sua estrutura e das forças em presença nas nossas sociedades.

A implementação dessa missão de interpelação e acompanhamento passa portanto pelo reconhecimento dos valores fundamentais do trabalho educativo de rua, dos quais se destacam:

3. "Aide à la jeunesse et Contrats de sécurité" – Réflexions préliminaires, Yves CARTUYVELS, Relatório de missão, Novembro de 1994.
4. In "Guia de formação em comunicação com a comunicação social" - Edwin de Boevé & Philippe Gosseries, 2005.

– o **respeito** pelo indivíduo e o seu reconhecimento como **sujeito** e **actor** da sua própria existência;

– o respeito da livre adesão das pessoas, assim como a confidencialidade na intervenção;

– a valorização da intenção **socioeducativa** não formal e informal;

– a consideração e a valorização das **riquezas** e **potencialidades** do público-alvo.

É portanto à volta desses valores e da necessidade de encontrar **respostas estruturais e duradouras** às dificuldades vividas pelo público-alvo que se desenvolveu uma **dinâmica associativa** forte de Educadores de Rua, tanto a um nível nacional como a nível internacional. Esta aliança constitui efectivamente para os Educadores de Rua um meio de agir em coerência com as suas convicções profundas, mobilizando uma acção colectiva capaz de prolongar o alcance das suas acções individuais num nível mais global.

Conclusão.

O nosso colega senegalês, Moussa Sow, recorda-nos regularmente que aquele que planta hoje um embondeiro não colherá os seus frutos pessoalmente, dado que esta árvore só começa a frutificar depois de duzentos anos de crescimento, a menos que tenha uma longevidade excepcional, como é evidente.

No campo educacional, a realidade é muitas vezes a mesma. Que resultados deixaremos das nossas acções? Quais são os efeitos reais do trabalho educativo de rua? Será que o acompanhamento educacional se resume a um acto desinteressado?

Sabe-se a complexidade deste tipo de perguntas, assim como as respostas.

Cada um, individual ou colectivamente, responderá à sua maneira e a seu tempo.

Nesta mesma ordem de ideias, a publicação deste guia não pretende constituir uma resposta, mas um convite ao questionamento.

A sua realização inscreveu-se também num percurso onde cada passo conta e traça assim uma das possíveis vias dum progresso substancial.

Partindo das múltiplas experiências de terreno, afastadas geograficamente umas das outras, mas próximas a nível metodológico, criou-se um **verdadeiro espaço de conhecimento e de elaboração,** através de um processo participativo ascendente.

É claro que, tratando-se de uma obra colectiva, surgiu a dificuldade da compatibilização de vários estilos de escrita, o que não foi tarefa fácil. Primeiro porque a escrita não deixa de desnaturar a realidade; ora esta realidade quotidiana é muito prezada por todos os Educadores de Rua. Depois seria ilusório negar que os diferentes estilos de escrita resultam dos diferentes modelos culturais e de sociedade de cada um dos autores.

Esta diversidade revela a riqueza do exercício, do qual se espera que espelhe uma imagem **plural, multicultural** e respeitosa das **singularidades** vividas no terreno, um pouco por todo o mundo.

Não esqueçamos que os Educadores de Rua que entraram neste processo são oriundos de mais de trinta países diferentes. Quis-se, antes de mais nada, evitar a armadilha dos atalhos, das conclusões precipitadas e das comparações pouco rigorosas.

Os membros da rede internacional dos Educadores de Rua ratificaram este documento em reunião do grupo piloto, em 20 de Novembro de 2008, na Ericeira, Portugal.

Uma versão resumida será também disponível. Esta publicação será seguida de outras, sobre diversos temas, tais como a avaliação das acções, as problemáticas encontradas na rua...

A próxima publicação e as próximas trocas dirão respeito à **formação dos Educadores de Rua.** Este guia não constitui portanto um fim em si mesmo. Deve ser visto como sendo um passo entre muitos outros.

Não poderíamos sonhar melhor "fotografia" que aquela que nos apresenta Jean Blairon no epílogo que se segue.

Um epílogo que nos recorda que nada deve ser nunca considerado como adquirido, nem a nossa força, nem a nossa fraqueza, e que importa permanecermos constantemente de alerta face aos desafios que nos preocupam.

Epílogo, por Jean Blairon.[1]

Uma dupla incompreensão potencial.

O trabalho educativo de rua suscita frequentemente algumas incompreensões "práticas": o carácter informal e não programado das intervenções é interpretado por alguns como uma tendência para a ociosidade; a adaptação ao público, como uma improvisação selvagem ou como um não-intervencionismo inexplicável.

Este guia tem procurado demonstrar que a realidade é bem diferente: o trabalho educativo de rua, por muito diverso e muitas vezes imprevisível que seja, implementa lógicas de acção precisas, coerentes e pertinentes.

Um segundo risco surge então: o de reduzir este trabalho a formas de acção técnicas que poderiam ser adaptadas (isto é, aplicadas tal e qual) em todo o lado, em qualquer contexto, quaisquer que sejam as orientações.

Importa pelo contrário compreender a conexidade intrínseca entre meios e fins: uns e outros estão indissociavelmente ligados, e não encontram sentido sem essa ligação.

É por essa razão que se afigurou útil concluir este guia metodológico ligando os aspectos práticos às orientações que lhes dão sentido, tanto ao nível político como ao nível societal.

Uma cena emblemática.

Trata-se de um cartaz publicitário visto recentemente numa estação de comboio na Bélgica. O essencial do placard é ocupado por um centauro um pouco particular, por ser meio-mulher, meio-cavalo. A jovem mulher/animal, de cabelo louro ondulado, nua, vira-nos as costas; contempla um painel de horários de comboios. Atrás do painel, virado para nós, um jovem executivo, cujo fato apertado parece simbolizar a psique, contempla a "viajante"; a sua cara expressa surpresa, sua postura atracção e desconfiança. A legenda interpela-nos: "Algo suspeito? Ligue grátis para o 0800..."

A cena parece-nos emblemática de uma certa forma de erotização da delação, como se o seu exercício, num contexto carregado de ambiguidade, se tornasse tão valorizado como a resistência à tentação sexual. O "algo de suspeito", é a estranheza do centauro, estranheza carregada de desejo. Através dum deslizamento metonímico, é a delação que pode tornar-se sedutora em vez de vergonhosa.

A cena é reveladora de uma tendência para a "inversão de todos os valores" que afecta a nossa sociedade; ela testemunha também uma nova concepção do espaço público: colocado sob a vigilância permanente de cada um de nós, feito polícia "moral", o espaço público "sobreexposto" não pode acolher a diferença.

Uma reviravolta social.

Desde os anos 80, vivemos uma verdadeira reviravolta da nossa sociedade. Depois de terem estancado os grandes movimentos de contestação cultural dos anos sessenta, as sociedades deixaram de querer manter a segurança de cada um dos seus membros, e preocuparam-se maioritariamente com a segurança dos bens e das pessoas, dos grupos mais abastados, pelo menos: é o que acontece nas comunidades locais, mas também nas relações internacionais.

1. Jean Blairon, director de Réalisation Téléformation Animation (RTA), serviço de supervisão de Dynamo International et da Rede internacional de Educadores de Rua.

As violências estruturais abatem-se com muita força sobre alguns grupos sociais, entre os quais os jovens. As políticas públicas em matéria de habitação, de trabalho, de energia ou até de educação passaram a ser assumidamente de privatização e de exclusão.

Paul Virilio retrata assim esta evolução, citando Michael Heim, "longínquo discípulo californiano de Heidegger":

«Todos os sinais de declínio social, do político, da sociedade civil, devem ser interpretados positivamente como sinais da chegada do Cyber. É certo que nos arriscamos a abandonar uma parte da população à sua sorte ao entrarmos no Cyberspace, mas a tecnocultura é o nosso destino.»[2]

Propósitos completados por N. Negroponte e J.P. Barlow, presidente de Electronic Frontier Foundation:

«Entrámos na era digital, da rede universal sem responsável, sem presidente, sem cabeça... Devido à sua estrutura descentralizada, será aliás impossível censurar a rede, a não ser proibindo o telefone! E ainda bem, porque o espaço cibernético deve reflectir a sociedade dos indivíduos e nunca tornar-se um brinquedo nas mãos dos Estados.»

Paul Virilio comenta:

«O paradoxo absoluto de uma sociedade sem responsável, sem lei, sem cabeça, perfila-se já no desdobramento nocturno dos subúrbios descaracterizados e associais que alastram, em detrimento dos bairros históricos, mas também com a criação recente das priva-topias norte-americanas ou os projectos japoneses de cidades ao lado das cidades...»

Vemos com clareza os efeitos desta concepção de sociedade onde imperam a privatização e a exclusão.

Gostaríamos de criticá-la a partir das "políticas" que se impuseram na finança, e cujas consequências podemos constatar hoje em dia sobre a "economia real". Para nós, as mesmas políticas foram aplicadas na área social, com consequências catastróficas para a sociedade real – estas últimas não mobilizam no entanto investimentos mundiais maciços.

Já o economista François Chesnais[3] tinha descrito, há muito tempo, as mutações na finança que têm originado os efeitos hoje constatáveis.

O autor destacava três orientações interligadas:

- a desregulamentação, ou seja o desmantelamento de todas as legislações consideradas como constituindo entraves ao comércio livre; o enfraquecimento do poder do Estado-Nação sobre a sua economia é uma das consequências desta evolução (a esse respeito, constatam-se surpreendentes volte-faces suscitados pela crise actual, com a chamada "nacionalização" de bancos);
- a descompartimentação, que "permite" passar com muita facilidade de um produto para outro (os empréstimos hipotecários norte-americanos pouco fiáveis, subtilmente "empacotados" noutros produtos financeiros são uma das mais claras ilustrações desta situação);
- a desintermediação, ou seja a tendência para o contacto directo entre o indivíduo e a actividade financeira (o que fez por exemplo que, por terem tido pouco acesso à informação, muitos pequenos investidores individuais tivessem descoberto com estupefacção a verdadeira natureza das acções que tinham adquirido).

2. P. Virilio, "Le grand Soir", in Un paysage d'événements, Paris, Galilée, 1996.
3. F. Chesnais, "La mondialisation du capital", Paris, Syros, 1994.

Asseveramos que a área social se encontra afectada pelas mesmas derivas (em proveito dos mesmos?).

A desregulamentação é tal que se podem afirmar hoje grandes princípios sem que nenhum efeito decorrente se verifique; pode-se também aderir às convenções internacionais sem as aplicar. Pensamos na problemática da prisão de menores, nas derivas provocadas pela obsessão da segurança, que conduzem ao desmantelamento das leis que visavam a protecção da infância e da juventude ao exonerar claramente essas populações das responsabilidades inerentes aos adultos.

Deve examinar-se também a transição, patente em muitas sociedades, de um regime de protecção social incondicional para uma ajuda (cada vez mais) condicionada: sendo que aqueles que beneficiam de tal "ajuda" são à partida suspeitos de "parasitar" o sistema, enquanto que os "pára-quedas dourados" são assegurados sem nenhuma reserva aos altos responsáveis, mesmo quando incompetentes.

A desintermediação é omnipresente: é de facto doravante o próprio indivíduo, em directo, quem deve assumir, através da sua actividade, a sua "integração" social. As gamas de projectos e contratos, aos quais todos os públicos em dificuldade são submetidos, funcionam como paródias de um empreendedorismo supostamente triunfante, porque "libertado", no seio da nova sociedade dos indivíduos.

Voltaremos mais à frente à questão da descompartimentação, tratando-se de um mecanismo essencial. Mostraremos que ele afecta principalmente as actividades de ajuda e de controlo: passa-se hoje em dia sem problema de uma para a outra, e num contexto de ambiguidade tão importante como a "erotização da delação" referida mais acima.

Por agora, é essencial relembrar que estes novos funcionamentos no campo social triunfam nas sociedades onde o capital cultural ocupa um lugar sem precedente.

O desenvolvimento das sociedades apoia-se, pois, como nunca dantes, sobre os recursos culturais, realidade expressa na trilogia capital de conhecimento, capital de força criativa, capital confiança.

A falta dessas formas de capital tem infelizmente a particularidade, numa sociedade regida pelo movimento e pela capacidade de conexão a novas experiências (o que Luc Boltanski apelidou de "mundo do projecto"[4]), de produzir uma diminuição do mesmo capital: estamos em presença duma regressão/exclusão até ao infinito.

A falta de confiança que inspiramos, por exemplo, corta possibilidades de conexão das quais depende muitas vezes a constituição de uma capacidade criativa, ela própria geradora de aquisição de saberes – e inversamente: uma deficiência em termos de capital/conhecimentos pode gerar uma estigmatização no sentido estrito da palavra[5], a qual corta possibilidades de conexão ricas e raras que só podem ser abertas com um forte capital confiança, etc.

Para muitos concidadãos, geralmente jovens, as desigualdades culturais produzem uma exclusão cultural que pode agravar-se através dela própria, isto num contexto onde cada um, convidado a "responsabilizar-se", é susceptível de se ver censurado perante a sua própria situação, por "tê-la procurado, e não ter procurado sair dela".

Talvez não seja excessivo dizer, como G. Tabacchi[6], que os jovens cujas trajectórias passam da instituição de ensino para a família e dela para os lazeres, incluindo actividades de intervenção social, já não são os mesmos que aqueles cujas trajectórias passam pela rua,

4. Ver J. Fastrès et J. Blairon, Luttes culturelles, Luttes sociales, Développement n° 6, in www.intermag.be
5. Idem, ibidem, Développement n° 10.
6. Consorzio Sociale Abele lavoro, nas jornadas "Métis Europe" dedicadas aos "jovens sem limites, jovens sem fronteiras".

os lugares retirados ou mesmo clandestinos, e as vagabundagens diversas; constata-se aliás que estes dois grupos já nem sequer se cruzam.

Os protagonistas.

Estas violências, indissociavelmente culturais e sociais, geralmente exercidas no meio do silêncio e do desconhecimento, têm evidentemente suscitado reacções de recusa e contra-ataques apropriados. Como acontece muitas vezes, foi o sector associativo quem se mobilizou.

Apareceram iniciativas de inspirações diversas: dinâmicas instituintes onde se implicaram trabalhadores sociais, revoltados pela constatação do desajuste entre as formas tradicionais de acção e estas novas situações; iniciativas de cariz comunitário, ligadas às vezes à acção das igrejas; medidas de inspiração filantrópica, como o apoio de fundações, ou mesmo de instituições financeiras como o Banco Mundial. Confessamos ressentir uma certa perplexidade perante esta última categoria, que acaba por chegar a uma lógica "humanitária" que assume, no fundo, que os jovens de quem estamos a falar não possuem recursos próprios e encontram-se na orla da humanidade. Pode-se também lamentar que o desinvestimento do sector privado relativamente à sua contribuição nos mecanismos de redistribuição (os impostos são considerados hoje como uma carga que trava a actividade económica e financeira) seja de alguma maneira ofuscado por acções filantrópicas, muitas vezes pontuais e descontínuas, aliás, que vêm ocupar o lugar das medidas mais estruturais e daí justificam a sua ausência.

Pensamos, pelo contrário, que as respostas adequadas se encontram numa articulação particular dos serviços públicos (que garantem uma igualdade de tratamento e se opõem assim às intervenções "corporativas", destinadas a alguns "eleitos") com dinâmicas associativas (que se caracterizam pelo compromisso, a capacidade em restaurar laços de confiança, a mobilidade e a invenção). Mas esta articulação entre associações e Estado não está isenta de alguns problemas.

Os duplos sentidos do Estado.

As revoltas culturais dos anos sessenta fizeram muitas vezes do Estado, lembremo-nos, o adversário central: considerado como policial, braço armado das posições dominantes imiscuídas em todo o lado (a escola, o hospital, o manicómio... são "aparelhos ideológicos estatais"), o Estado encarna a ordem e a repressão.

Ao desinvestir-se cada vez mais da acção social, torna-se mais visível o duplo sentido do Estado: servidor das posições dominantes, com certeza, o Estado é também garante das conquistas dos movimentos operários e do apoio aos desfavorecidos (por exemplo nas social-democracias), assumindo nomeadamente as solidariedades colectivas.

Esta tomada de consciência do duplo sentido do Estado foi bem traduzida, em 1998, por Pierre Bourdieu:

«E se podemos portanto conservar alguma esperança razoável, é porque existe ainda, nas instituições estatais e também nas disposições dos agentes (nomeadamente os mais apegados a essas instituições, como a pequena nobreza de Estado), forças que, sob a aparência de simples defesa (como lhes será imediatamente apontado) de uma ordem que já não existe, e os respectivos "privilégios", devem na realidade, para resistir à prova de força, trabalhar para a invenção e construção de uma ordem social que não teria como única lei a busca do interesse egoísta e a paixão individual do lucro, e que daria lugar a colectivos orientados para a prossecução racional de fins colectivamente elaborados e aprovados. Entre esses colectivos, associações, sindicatos, partidos, como não reservar um lugar especial ao Estado, estado nacional ou, melhor ainda, supranacional, isto é, europeu (etapa rumo a um Estado mundial),

capaz de controlar e tributar eficazmente os lucros realizados nos mercados financeiros; capaz também e sobretudo de travar a acção destrutiva que estes últimos exercem sobre o mercado do trabalho, organizando, com a ajuda dos sindicatos, a elaboração e a defesa do interesse público (...)»[7]

Este primeiro **duplo sentido** constata portanto que o "Estado burguês", tão criticado nos anos sessenta, pode ser também um actor capaz de opor-se às derivas da individualização geradora de exclusão de que falámos.

É assim que Pierre Bourdieu falava, já em 1993,[8] da "esquizofrenia do Estado": através desta sua célebre fórmula, constatava que "a mão direita do Estado" já não sabe ou não quer saber o que faz a "mão esquerda" - aquela que se preocupa de compensar as desigualdades sociais e culturais, de resistir à violência estrutural exercida pelos mercados e reforçada no dia-a-dia por uma série de outras pequenas violências "que escapam aos olhares como às sanções". A rua é um dos seus palcos mais importantes.

Mas devemos registar aqui a presença de um **segundo duplo sentido:** para responder à face repressiva do Estado, os trabalhadores da mão esquerda (entre eles, os Educadores de Rua) inventaram uma série de práticas mais abertas, mais participativas, aproximando-se o mais possível dos seus beneficiários. O "acompanhamento" tem sido uma das palavras-chave desta transformação.

Mas assistimos actualmente a uma "inversão" desta orientação[9] a favor de uma noção de controlo "soft", descentralizado, móvel e ambíguo: o acompanhamento passa a contribuir para uma vigilância deslocalizada e maquilhada, e o trabalhador é convidado a detectar os desvios e a "avisar" as forças de normalização (isto é, informá-las).

As novas profissões do social tornam-se tão ambíguos como a imagem inicial que comentámos, onde a própria delação passa a ser objecto de desejo.

«Nalguns países europeus, como por exemplo em França, assiste-se a uma nova forma de trabalho social "multi-funções" que acompanha a reconversão colectiva ao neo-liberalismo: dum lado, trata-se de ocupar, à maneira dos "Ateliers nacionaux" de outros tempos, detentores de habilitações literárias desvalorizadas, muitas vezes generosos e militantes, ao enquadrar pessoas com posição homóloga; do outro, adormecer-enquadrar aqueles que abandonaram o sistema de ensino, propondo-lhes um pseudo-trabalho, e fazendo deles uns assalariados sem salário, uns empresários sem empresa, uns estudantes prolongados sem esperança de diplomas ou qualificações.»[10]

Assiste-se, nestas situações, a uma **descompartimentação entre as tarefas de vigilância e controlo e as tarefas de ajuda e assistência.**

A mão esquerda do Estado (e os seus numerosos delegados) é portanto convidada a praticar com fluidez transferências em direcção à mão direita, na maior das confusões, permitida pelas novas formas de enquadramento.

O trabalho educativo de rua não é, infelizmente, o único a ser apanhado por este segundo duplo sentido: o projecto "Jobpass", implementado pelo serviço público do emprego na Bélgica (Forem), deverá permitir a transferência automatizada de fluxos de informações relativas às acções dos desempregados, a partir de associações, serviços de controlo (e de

7. P. Bourdieu, "Le néo-libéralisme, utopie (en voie de réalisation) d'une exploitation sans limites", in Contre-feux, Paris, Raisons d'agir, 1998. Chama-se a atenção sobre a data de publicação, anterior de dez anos à crise atravessada actualmente.
8. Em La misère du monde.
9. C. Bartholomé, L'accompagnement, des postulats et des engagement pédagogiques à sauvegarder, www. intermag.be/images/pdf/accompagnement.pdf
10. P. Bourdieu, "La main invisible des puissants", in Contre-feux 2, Paris Raisons d'agir, 2001, p. 53.

exclusão) do próprio serviço, passando também pelos funcionários que "acompanham" os projectos individuais das pessoas à procura de emprego.

Um trabalho social como o trabalho educativo de rua encontra-se portanto confrontado com dois duplos sentidos do Estado, duplos sentidos desequilibrados, aliás: a demissão do Estado é uma tendência mais forte que a protecção que pode assegurar como actor colectivo; e o controlo impõe-se actualmente mais do que a ajuda aberta e participativa.

Os apoios internos.

Podemos pensar que estes desequilíbrios não seriam tão fortes se as correntes dominantes não pudessem contar com um apoio interno (provavelmente pouco visível) no seio mesmo das estruturas que tentam resistir à dominação e anseiam travar minimamente os seus efeitos.

Assim, a "esquizofrenia do Estado" pôde mais facilmente ser aceite, quanto mais o grupo dos trabalhadores sociais se fechava numa ideologia própria da "classe média" e que os conduzia, por um lado, a declarar que não se deixavam iludir no que diz respeito ao papel que o Estado lhes destinava, mas por outro lado, a afirmarem-se como impotentes quando se tratava ter um papel de peso nas orientações públicas. Esta ideologia "Nem-Nem", segundo a palavra de Emile Servais, (nem ingénuos, nem actores) pôde evidentemente reforçar o primeiro desequilíbrio (entre mão esquerda e mão direita).

O segundo desequilíbrio (entre acompanhamento livre e descompartimentação a favor dum controlo latente apresentado como sedutor) apoia-se, ele, sobre o estado actual da ideologia dominante.

Luc Boltanski[11] descreve-o nomeadamente a partir das seguintes componentes:

- o recurso a uma tecnicidade que supostamente encarna a neutralidade da razão, mas que impõe de facto uma lógica programática sempre inspirada pela lógica empresarial (ver tema do "projecto" denunciado por Pierre Bourdieu); a invasão das lógicas de gestão até ao coração da acção associativa constitui um exemplo disso; a pressa em desenvolver "sistemas de qualidade", um analisador;
- o descarte da responsabilidade colectiva para cima do indivíduo, intimado em "querer", dado que "querer é poder";
- um exercício do poder praticado doravante através da incitação à mudança forçada em vez de o ser pela imposição de uma ordem; incitação à mudança que transforma o capital cultural em alvo e em vector de manipulação: os conhecimentos, por exemplo, tornam-se mercadorias cuja reposição segue os ciclos da moda.

Trabalho educativo de rua e sentido da acção.

Compreenderemos então a importância, na reflexão metodológica que o trabalho educativo de rua realiza sobre ele próprio, de um certo número de elementos que se opõem inteiramente às novas formas adoptadas pela ideologia dominante.

O modelo de eficácia que a rede dos Educadores de Rua adopta, por exemplo, opõe-se em tudo a uma concepção tecnocrática da acção. Podemos regozijar-nos de que o que nos propusemos chamar, conforme François Jullien, "modelo de propensão"[12] tenha sido adoptado e apropriado pela rede: pensamos efectivamente que este modelo pode opor-se

11. L. Boltanski, "Rendre la réalité inacceptable", Paris, Demopolis, 2008.
12. J. Fastrès et J. Blairon, "La prévention, un concept en déperdition?", Bruxelas, Luc Pire, 2002.

eficazmente ao "duplo fundo" que possuem muitas tecnicidades que pretendem sustentar a "profissionalização" do trabalho social.

A atenção dada pelo trabalho educativo de rua à dimensão dos colectivos constitui uma segunda zona de oposição à ideologia dominante. Não se trata de todo de contribuir para o descarte generalizado que permite transpor para cima dos jovens a responsabilidade das desigualdades de que sofrem. Não se trata tão pouco de abordá-los como vítimas, negando-lhes assim recursos que poderiam ajudá-los a retomar um pouco de domínio sobre suas existências.

Por fim, o acompanhamento preconizado pelo trabalho educativo de rua dispensa qualquer poder exercido pelo movimento. Assumindo a necessidade, por um tempo, pelo menos, de "bastidores" protectores, fora dos palcos sociais sobreexpostos onde os jovens só podem ver-se estigmatizados, o trabalho dá tempo ao tempo e permite reduzir a exclusão; pelo menos, mobiliza as margens de manobra disponíveis nas situações com as quais é confrontado, para tentar "desfazer aquilo que o mundo social fez", para citar Pierre Bourdieu.

Agindo assim, não se limita a tentar responder às necessidades "clandestinas" de tantos jovens que a sociedade sobreexpõe sem aceitar no entanto vê-los. Lembra também, a um nível internacional, os deveres do Estado e apela à ultrapassagem das ambiguidades que fazem a crueldade do dia-a-dia de tantos jovens, actualmente.

Anexos.

Carta da constituição da rede internacional dos Educadores de Rua.

Entre os signatários e aderentes da presente Carta é decidida a implementação de uma rede internacional de Educadores de Rua.

Definição.

A rede privilegia **a acção** em benefício das crianças, dos jovens e dos adultos de rua em dificuldade. Respeitadores das singularidades, das opções de autonomia, os projectos educativos devem estar próximos das realidades quotidianas.

Interessam particularmente os projectos inovadores a realizar em benefício das crianças, dos jovens e dos adultos que fazem da rua o seu meio de vida, de forma parcial ou permanente, por opção e/ou por obrigação.

Prioridade será dada à **prevenção,** à **redução dos riscos** e a formas de **remediação,** em prol do bem-estar social.

A **educação não formal** e **informal,** e a acção centrada no **contexto de vida da criança, do jovem e do adulto** serão privilegiadas.

Fala-se de inovação quando os projectos:

- implicam uma forma singular de considerar os **pedidos** das crianças, dos jovens e dos adultos, tanto no seu entendimento como na sua resposta;
- advêm do terreno, sendo respostas sociais a pedidos provenientes do público-alvo (na linguagem da análise institucional, dir-se-ia que são o resultado de um **movimento instituinte**);
- definem-se a partir da reflexão sobre o **desafio** constituído pela situação das crianças, dos jovens e dos adultos em relação à sociedade.

Haverá que suscitar **solidariedades locais e internacionais** entre as associações, e entre os Educadores de Rua, cujo trabalho de terreno é semelhante (tanto a Norte como a Sul), e que lutam activamente contra as discriminações, contra a pobreza, para a igualdade, para a emancipação, mas também para o acesso às necessidades fundamentais (alimentação, saúde, educação, formação profissional...).

Objectivos.

A rede tem como objectivos:

- a **partilha de experiências,** a **formação** e a **reflexão;**
- a **sensibilização** da opinião e dos poderes públicos; a **promoção** do trabalho educativo de rua, das suas especificidades e das **recomendações** do Fórum de Novembro de 2002;
- a **solidariedade** e o partenariado entre os membros da rede;
- o **incentivo** para a criação de redes locais.

Modalidades.

Em cada país:

- um ou mais **ateliês de Educadores de Rua** mobilizam-se à volta das suas necessidades e especificidades;
- cada ateliê mandata um **coordenador;**
- o coordenador recolhe e transmite os resultados e as propostas do seu ateliê no seio do **grupo piloto,** que reúne duas vezes por ano;
- em caso de impedimento, o coordenador de ateliê pode ser representado por outra pessoa;
- o grupo piloto define as orientações e prioridades do projecto.

Pretende-se responder às necessidades fundamentais dos Educadores de Rua, através das seguintes modalidades de acção:

- organização de actividades **locais** específicas (seminários, simpósios...), adaptadas às situações e aos pedidos, dando assim continuidade ao Fórum de Novembro de 2002;
- realização de projectos em grupos, através da associação de alguns parceiros;
- estudo de **temáticas transversais** que merecem uma acção global (interesse e necessidade comuns sobre por exemplo: os factores que levam as pessoas a recorrer à rua como local de vida; o papel da comunicação social; os direitos das crianças; a ética e a deontologia; etc.);
- preenchimento de **lacunas em termos de formação** de base ou contínua dos actores do trabalho educativo de rua.

Estrutura.

A estrutura é constituída por:

- ***1. Ateliês.***

  Para tornar-se membro da rede e constituir um ateliê de Educadores de Rua, deve-se preencher os seguintes critérios:

  1.01 Cada ateliê deve imperativamente reunir **no mínimo oito Educadores de Rua** que tenham uma prática de terreno.

  1.02 O ateliê é assumido por uma estrutura existente ou constitui uma entidade em si (associação, federação, colectivo). É desejável que o ateliê seja constituído por Educadores de Rua provenientes de várias associações, de maneira a **privilegiar a implementação da rede localmente.**

  O ateliê **mandata** oficialmente um/uma coordenador/a, facto registado em acta que deve ser enviada ao secretariado.

  1.03 Os coordenadores dos ateliês comprometem-se a **transmitir regularmente** as informações aos membros do seu ateliê e ao secretariado.

1.04 Uma vez constituído, cada ateliê tem autonomia de funcionamento e na definição das suas prioridades.

1.05 No caso de existirem vários ateliês num mesmo país, só um coordenador por país será representado no grupo piloto. Os casos particulares serão avaliados no seio do grupo piloto.

1.06 O ateliê reúne no mínimo de dois em dois meses, de modo a criar uma dinâmica de reflexão contínua e de mobilização à volta das diversas actividades internacionais e das partilhas de experiências com os outros ateliês.

1.07 Os ateliês comprometem-se a cumprir os prazos previstos.

1.08 Os coordenadores dos ateliês comprometem-se a responder nos prazos estabelecidos a toda a correspondência proveniente do secretariado.

1.09 Os coordenadores divulgam publicamente a existência da rede e das colaborações com Dynamo International.

1.10 Os ateliês fazem chegar ao secretariado todos os artigos de imprensa ou outros suportes mediáticos relativos aos projectos da rede.

1.11 Os ateliês comprometem-se a transmitir ao secretariado todas as informações úteis relativas às novas adesões.

1.12 Um ateliê pode organizar e/ou co-organizar os seguintes projectos: seminários, grupo piloto, formação...

1.13 Cada ateliê pode representar a rede no seu próprio país.

• *2. Secretariado e coordenação geral.*

2.01 Dynamo International executa as orientações decididas pelo grupo piloto e assegura o secretariado e a coordenação geral.

2.2. Dynamo International compromete-se a transmitir todas as informações aos coordenadores de ateliês e a responder aos pedidos de informações feitos por eles.

2.3. Dynamo International assegura o acompanhamento dos projectos e a gestão do sítio Internet: (www.travail-de-rue.net)

2.4. Dynamo International representa a rede, encarrega-se da sua promoção e organiza e/ou co-organiza os encontros dos grupos pilotos.

2.5. Dynamo International compromete-se a procurar as verbas necessárias ao funcionamento global da rede, nomeadamente os custos de secretariado e de coordenação geral, os custos de comunicação e de gestão do sítio Internet.

2.6. Dynamo International compromete-se a procurar com os parceiros da rede as verbas necessárias para a realização dos vários projectos da rede, nomeadamente os custos relacionados com o grupo piloto, as deslocações, a organização de projectos específicos a realizar no âmbito da rede (publicação, simpósio, seminário, formação...)

2.7. Dynamo International compromete-se a co-organizar os projectos da rede, inclusive os encontros internacionais, os projectos ligados às temáticas escolhidas, assim como outros projectos decididos pelo grupo piloto.

2.8. Dynamo International compromete-se a facilitar a sinergia e as colaborações que possam ajudar os parceiros nos seus projectos fora da rede.

2.9. É da competência de Dynamo International a instrução dos pedidos de novas adesões e da sua apresentação ao grupo piloto, a quem compete a decisão final de aprovação. A instrução implica a verificação dos critérios de adesão definidos nesta Carta.

• *3. Agrupamento regional (América, Caraíbas, Europa, África, Ásia).*

3.01 Em prol de uma maior eficácia e intensidade de contactos, os ateliês de uma mesma região geográfica são chamados a colaborar em proximidade.

3.02 Cada agrupamento regional tem autonomia para desenvolver projectos próprios que respondam às suas necessidades específicas.

• *4. O grupo piloto.*

4.01 O grupo piloto reúne os coordenadores de ateliês, o secretariado e o coordenador geral.

4.2. No grupo piloto podem também participar peritos convidados.

4.3. O grupo piloto reúne duas vezes por ano. O secretariado redige a acta, que é enviada aos membros do grupo piloto.

4.4. O grupo piloto decide quais são os temas a tratar e os projectos a desenvolver dentro da rede.

4.5. O grupo piloto pode constituir grupos de trabalho à volta de determinados projectos (ex: comité de redacção).

4.6. A participação em todos os projectos da rede não é obrigatória, mas uma vez implicado voluntariamente no projecto, cada ateliê compromete-se a finalizá-lo conforme as particularidades, exigências e caderno de encargos do mesmo.

4.7. O grupo piloto tem poder de decisão sobre os pedidos de adesão. Caso os critérios se encontrem preenchidos, a decisão de adesão de um novo ateliê torna-se efectiva após um período probatório de dois anos.

Feito e aprovado em Lille em reunião do grupo piloto, em 22 de Junho de 2004.

Lista de contactos dos membros da rede internacional dos Educadores de Rua		
País	**Organismos**	**Coordenador**
Coordenação		
Bélgica	Dynamo international www.dynamoweb.be parcequelarueexiste.skynetblogs.be	Edwin de Boevé
Parceiros		
ÁSIA		
Filipinas	Virlanie Fondation Inc	Dominique Lemay Arlyne Fernandez
Nepal	CPCS	Jean-Christophe Ryckmans
Vietname	HCMC Child Welfare Foundation	Bui Thi Thanh Tuyen
ÁFRICA_01		
Benin	Concertation des structures d'accueil et d'hébergement pour enfants en situation difficile	Laetitia Akplogan Roger Ouensavi
Burkina Faso	C.I.J.E.R.	Koda Zinsoudo
Burundi	O.P.D.E. www.opde.org	Athanase Rwamo
Egipto	Caritas Egypt www.caritasalex.com	Hany Maurice
Gâmbia	Centre for street children and child trafficking studies	Sheikh E. T. Lewis
República Democrática do Congo	CATSR Comité d'appui au travail social de rue	Edho Mukendi
Senegal	Avenir de l'Enfant	Moussa SOW

Endereço	Telefone [t], fax [f] e t. celular [c]	E-mail
Rue de l'Etoile 22 1180 Bruxelles	**[t]** +32 2 378 44 22 **[f]** +32 2 378 44 21	dynamo-int@travail-de-rue.net
4055 Yague St. Brgy Singkamas Makati City Philippines	**[t]** 63 2 896 22 89 **[t]** 63 2 895 52 60 **[f]** 63 2 895 52 32	virlanie2003@yahoo.fr arlynef16@yahoo.com
Dili Bazar Katmandou NEPAL	**[t]** 00 977 1 44 14394	international@cpcs-nepal.org cpcs_nepal@yahoo.com
85/65 Pham Viet Chanh Ward 19 Binh Thanh District HoChiMinh City - Vietnam	**[t]** 84 8 840 14 06 **[f]** 84 8 840 14 07	hcwf@hcm.vnn.vn csxlithaodan@vnn.vn
AFVP/UNICEF 01 BP 344 RP Cotonou – Bénin		laetakp@yahoo.fr ouenro2006@yahoo.fr gresbenin_protectenfant@yahoo.fr
06BP 9268 Ouagadougou 06	**[t] [f]** +226 503 72371 **[c]** +226 703 98900	edr@fasonet.bf
Bvd du 28 novembre Kigobe n°15, B.P 6252 Bujumbura Burundi	**[t]** 257 22 23 0112 **[t]** 257 22 24 1099 **[t]** 257 22 22 7893 **[f]** 257 22 21 33 54	arwamo@opde.org athanaserwamo@yahoo.fr
Saad Zaghioul Street, Building N°24 Rami Station Alexandria	**[t]** 203 4806307 **[t]** 203 4806306 **[f]** 203 487 7332 **[c]** 002 0124785401	caritasalex@link.net hanymaurice400@yahoo.com
P.M.B. 457, Serekunda, Gambia	**[t]** 00220 9995959 **[t]** 00220 7875959 **[t]** 00220 6805959	streettraffickingchildren@yahoo.com setlewis@yahoo.com amblewisset@hotmail.com
rue Bonga, 2 Q/Matonge; C/Kalamu Kinshasa – RD Congo B.P.: 13 348 KIN I	**[t]** 243 99997 05 88 **[t]** 243 81320 28 80	edhomuk@yahoo.fr cs_trav_rue_rdc@yahoo.fr
ADE / Sénégal B.P. 261 Rufisque Sénégal	**[t]** 221 338 36 13 08 **[c]** 221 776 33 23 96	msowade@hotmail.com avenirenfant@orange.sn

País	Organismos	Coordenador
ÁFRICA_02		
Chade	Association pour la Réinsertion des jeunes de la Rue (ARJR)	Appolinaire Dioninga Ndoubatar
Togo	Action Développement - Togo	Adomayakpor T.Tsèvi
AMÉRICA E CARAÍBAS		
Brasil	Centro Social e Cultural resgate e socializaçao	Geraldo Magela de Andrade (Gë)
Guadalupe	CISMAG Centre d'insertion spécialisée de Marie Galante	Alza Bordin
Haití	Centre d'Education populaire	Jean-Robert Chéry
Martinica	I.F.M.E.S.	Marie-Claire Lavater
México	EL CARACOL www.elcaracol.org Taller Mexicano de educadoras y educadores calleseros	Juan Martin Perez Garcia
Nicaragua	CODENI	Daysi Sanchez de Illescas
Perú	REDENAC www.angelfire.com/pro/redenac/rde_myv.htm	Pilar Urbina
Québec	ATTRueQ www.attrueq.org	Serge Morin
EUROPA_01		
Albânia	ARSIS www.arsis.gr	Arapidou Natassa
Alemanha	BAG EJSA www.bagejsa.de	Hans Steimle
Inglaterra	Federation for detached youth work	Graeme Tiffany
Bélgica	Dynamo ASBL	De Myttenaere Stephan

Endereço	Tel. [t], fax [f] e t. cel. [c]	E-mail
B.P. 62.75 N'djamena Tchad	**[t]** +235 627 10 14 **[t]** +235620 97 13 **[f]** +235 52 14 52 **[f]** +235 52 14 98	arjrtchad@yahoo.fr
B.P. 30 645 LOME TOGO	**[t] [f]** 228 222.15.18 **[t]** +228 904 81 27	adomayakpor@yahoo.com
Rua Caxambu, n° 64 Bairro Nossa de Fatima Cep: 34.600-300 Sabara – Minas Gerais - Brasil	**[t]** +55 31 8734 68 12 **[t]** +55 31 3673 18 84	abordagem-de-rua@bol.com.br magela_andrade39@hotmail.com
Avenue des Caraïbes – Immeuble Lacavé 97134 Saint Louis	**[t]** +590 590 97 07 41 **[f]** +590 590 97 07 51	cismag@wanadoo.fr
Rue St Gérard # 10 Port-au-Prince Haïti	**[t]** +3509 245 8269 *(Particular)* **[f]** +3 509 222 3763	enfantsderue_cep@yahoo.com jnrobmat@yahoo.fr chery_jr@hotmail.com
Rivière l'Or 97212 Saint Joseph- Martinique	**[t]** 596 596 42 56 56 **[f]** 596 596 50 31 39	marie-claire.lavater@wanadoo.fr
Rafael Heliodoro Valle No 337 Col. Lorenzo Boturini, CP IS820 Mexico	**[t]** +52(55) 5764 2121 **[f]** +52(55) 5768 1204	info@elcaracol.org martin@elcaracol.org
Canal 2, 1°/2C al lago Abojo Barrio Bolomia, Managua Nicaragua	**[t]** +505 266 84 33 **[f]** +505 265 09 07	codeniez@ibw.com.ni aniesca@ibw.com.ni
Pascual de Andagoya 117 Maranga San Miguel, Lima 32 Peru	**[t]** 971 58103 **[f]** +00511 5783767	pilarurbina@hotmail.com
	[t] 1 418 641 0168 **[f]** 1 418 641 0045 **[t]** 1 418 621 5279 **[f]** 1 514 835 9237	attrueq@hotmail.com travailleurderue@yahoo.ca
Rr Sulejman Delvina, Pallatet Moskat 3, Shkalla 5, Ap. 28, Tirana	**[t]** +35542249879 **[f]** +35542249879	infotirana@arsis.gr
Wagenburgstr.26-28 D-70184 Stuttgart Germany	**[t]** +49 711 1648922 **[f]** +49 711 164 8921	steimle@bagejsa.de
C/o Nya, 19-23 Humberstone road – LE5 3GJ Leicester	**[t]** 0116 242 7490 **[t]** 113 279 8415	Graeme.tiffany@gmail.com fdyw@nya.org.uk
300 Av Victor Rousseau 1190 Bruxelles	**[t]** +32 2 332 23 56 **[t]** +32 477 44 83 04 **[t]** +32 2 332 30 25	dynamoamo@gmail.com dynamostef@hotmail.com

País	Organismos	Coordenador
EUROPA_02		
República Checa	Česká asociace Streetwork www.streetwork.cz	Jindrich Racek
Espanha	Hezi-Zerb Elkartea www.hezizerb.net	Jon Etxeberria Esquina
França	CNLAPS www.cnlaps.fr	Bernard Heckel
Grécia	ARSIS Association for the Social Support of Youth www.arsis.gr	Dina Theofilidi
Itália	Centro Accoglienza La Rupe	Claudia Iormetti
Noruega	Landsforeningen for utekontakter (LUK) www.utekontaktene.no	Monica Island Per Arne Skjeggestad
Países Bajos	NAPYN National Association of Professional Youthworkers	Henk Geelen
Polónia	OSOS Network of Polish streetworking organisations www.osos.org.pl	Andrzej Orlowski
Portugal	Conversas de Rua – Associação www.conversasderua.org	Helder Luis Santos
Roménia	Salvati – Copii Save the Children	Georges Roman
Suiça	Plate-forme romande des travailleurs sociaux hors murs (TSHM)	Vincent Artison
Suécia	RIF www.rif.o.se	Malin Andersson

Dados dos peritos	
Nome	**Endereço**
Jean Blairon	R.T.A. ASBL – Rue des Relis Namurwes 1 – 5000 Namur
Annie Fontaine	UQAM
Alphonse Tay	Alphonse Tay – Village d'Agou-Akplolo – Via B P. 50 AGOU-GARE - Togo
Tran Quoc-Duy	Lab.Cognition–Langage–Développement – CP 191 ULB – Av. Fr. Roosevelt, 50 – 1050 Bruxelles
Stéphane Tessier	Regards – Rue du château, 132 – 75014 Paris – France

Endereço	Tel. [t], fax [f] e t. cel. [c]	E-mail
Rakovského 3138, 143 00 Praha 12	**[t]** +42 774 912 777 **[t]** +42 777 580 587	asociace@streetwork.cz racek@streetwork.cz
Zubiaurre 30 Bajo 20013 Donostia San Sebastian	**[t]** +34 943326784 **[f]** +34 943326785	nuevosproyectos@hezizerb.net hezizerb@hezizerb.net
21, rue Lagille 75018 – Paris France	**[t]** +33 1 42 29 79 81 **[t]** +33 6 07 79 23 22 **[f]** +33 1 58 60 15 57	contact@cnlaps.fr bheckel@cnlaps.fr
35, Ptolemeon str. 54630 Thessaloniki Grèce	**[t]** 30 2310526150 **[t]** 30 2310227311 **[f]** 30 2310 227311	infothes@arsis.gr
Via Rupe 9 40037 Sasso Marconi (Bologna) Italie	**[t]** +39 051 841206 **[f]** +39 051 6750400	rupeprevenzione@centriaccoglienza.it rupeformazione@centriaccoglienza.it
PO BOX 9331 Gronland 0135 Oslo Norvège	**[t]** +47 90 59 23 23 **[t]** +47 97 58 96 88 **[f]** +47 22 05 77 01	monica@utekontaktene.no perarne@utekontaktene.no post@utekontaktene.no *(secretariat)*
Achter de Molens 23, 6211 JC Maastricht Netherlands	**[t]** +31 654283774	www.jongerenwerker.nl www.nji.nl – *English* henk.geelen@home.nl
Szaserow 115/38 04-349 Warsaw POLAND	**[t]** +48 880 860 220 **[f]** +48 224 083 298	andrexor@yahoo.com siec-osos@wp.pl
Palacio dos Coruchéus – AT53 R. Alberto Oliveira 1700 – 019 Lisboa	**[c]** +351 91 484 53 38 **[t]** +351 21 795 99 65 **[f]** +351 21 795 99 64	helluïs@conversasderua.org conversasnomail@conversasderua.org
Intranea Stephan Future, 3 – Sector 1 77116 Bucarest - Roumanie	**[t]** +40 21 21 261 76 **[t]** +40 21 311 13 43 **[f]** +40 21 312 44 86	george_roman@salvaticopiii.ro rosc@salvaticopiii.ro
Les Uttins 5 CH – 1400 Yverdon-les-Bains	**[t]** +41 79 347 34 61 **[t]** +41 24 445 35 14	vincent.artison@gmx.net vincent.artison@gmx.ch
	[t] +46 705 279713	Malin.andersson@socialresurs.goteborg.se

Tel. [t], fax [f] e t. cel. [c]	E-mail
[t] +32 81 74 67 48	jean.blairon@rta.be
	fontaine.annie@uqam.ca
[t] 00 228 922 41 01 **[t]** 00 228 919 59 75	Alphonsetay1@hotmail.fr
[t] 32 2 650 26 41 *(Bureau)* **GSM** 0477 78 36 30 **[f]** 32 2 650 22 09	qtran@ulb.ac.be
[t] + 33 1 43 35 20 74	sftessier@free.fr • dautresregards.free.fr

Bibliografia

- ***«La main invisible des puissants»,*** in Contre-feux 2, P. Bourdieu Paris Raisons d'agir, p. 53, 2001.
- ***«Le néo-libéralisme, utopie (en voie de réalisation) d'une exploitation sans limites»,*** in Contre-feux, P. Bourdieu Paris, Raisons d'agir, 1998. Nous attirons l'attention sur la date de publication, de dix ans antérieure à la crise que nous connaissons.
- Abrégé d'un texte de Bernard Monnier, éducateur spécialisé. Informations sociales N°60.
- ***«Actes du forum international des acteurs clés de l'enfance et du travail de rue».*** Jean Blairon, p.41, Novembre 2002.
- ***«Aide à la jeunesse et Contrats de sécurité - Réflexions préliminaires».*** Yves CARTUYVELS, Rapport de mission, novembre 1994.
- ***«Côté cours - Côté rue».*** Edwin de Boevé et Pierre Van den Bril – Analyse des pratiques et politiques de formation à l'ordre du jour, Juin 1995.
- ***«Critique de la modernité».*** Alain Touraine, Paris, Editions Fayard, p.318-331, 1993.
- ***«Déclaration de la Ville de México sur le Travail Social de rue».*** 30 Novembre 2007.
- ***«Derechos de las poblaciones callejeras. Redacción del cap. 31 del diagnóstico de Derechos Humanos del Distrito Federal».*** JM.Pérez, El Caracol, Comisión de Derechos Humanos, México 2008.
- ***«Detached Youth Work Guidelines 2007».*** The Federation for Detached Youth Work (2007), Leicester.
- ***«Educación de calle en Andoain 1994-2006».*** Ayuntamiento de Andoain, HeziZerb elkartea, Diputación de Gipuzkoa, 2006.
- ***«Guide de formation. Travail de rue et communication vers les médias».*** Le travail de rue, un métier particulier mais qui s'explique mal, p.11
- ***«Handicap et politique»*** –Emile Servais– ***«Eléments d'analyse sociologique des pratiques d'accompagnement»***. Bruxelles Equipage Editions, p. 250, 1993.
- ***«L'accompagnement, des postulats et des engagements pédagogiques à sauvegarder»***. C. Bartholomé, http://www.intermag.be/images/pdf/accompagnement.pdf
- ***«La ciudad, sus niños y la calle.*** J.M Pérez, Indesol, El Caracol, México, 2001.
- ***«La educación como práctica de libertad».*** Paulo Freire, ICIRA, Santiago de Chile, 1969.
- ***«La mondialisation du capital».*** F. Chesnais Paris, Syros, 1994.
- ***«La prévention, un concept en déperdition».*** Jacqueline Fastrès et Jean Blairon, Editions Luc Pire, 2002.
- ***«Le Ligueur - Mais comment peut on être adolescent?»***. Philippe Mérieux, 21 octobre 1992.
- ***«Le travail de rue en Communauté française de Belgique. Nature et enjeux».*** Christine Schaut et Luc Van Campenhout, FRB, 1994.
- ***«Le Travail de rue en communauté française».*** Rapport de recherche pour la fondation Roi Baudouin, Bruxelles, 1994.
- ***«Le travail de rue et l'action - recherche réflexive. Projet de recherche».*** Pector, Jacques Montréal, Québec, 1999.
- ***«Méditations pascaliennes».*** Pierre Bourdieu, Paris, Seuil, p. 275-276, 1997.

- ***«Outreach social work aimed at young people».*** Børge Erdal, Ville d'Oslo, Norvège.
- ***«Outreach work, among marginalised populations in Europe - Guidelines on providing intergrated outreach services».*** Mika Mikkonen, Jaana Kauppinen, Minna Huovinen & Erja Aalto and the Correlation outreach expert group, 2007.
- ***«Outreaxh work with young people, young drug users and young people at risk - Emephasis on secondary prevention».*** N. P. Svensson and S. Horner-Knight, T. Husebye, S. Muerwald, J. Schaffranek – P-PG/Prev(2003)6, October 2003.
- ***«Outside / Inside - Outreach social work with young people»***. Børge Erdal, Oslo, June 2006.
- ***«Pedagogía del oprimido.*** Paulo Freire, Tierra Nueva, Montevideo, 1970.
- ***«Planificación y desarrollo de la intervención con menores y jóvenes en medio abierto. Programa marco y sistema de planificación».*** Diputación Foral de Gipuzkoa y Gobierno Vasco, 2001.
- ***«Reconnecting Detached Youth Work: Guidelines and Standards for Excellence».*** Leicester, Tiffany, G. A. The Federation for Detached Youth Work, 2007.
- ***«Rendre la réalité inacceptable».*** L. Boltanski, Paris, Demopolis, 2008.
- ***«Traité de l'efficacité».*** François Jullien, Paris, Grasset, 1996.
- ***«Un paysage d'événements» «Le grand Soir»***. P. Virilio, Paris, Galilée, 1996.

Guía internacional
sobre anticuerpos
a través del mundo

nal
ogia
o

guia internacional sobre a metodologia do trabalho de rua através do mundo

DYNAMO INTERNATIONAL

La coopération belge au développement .be

Progress
The EU programme for employment and social solidarity 2007-2013

Juventude em Acção